

Jornal da Unicamp

Campinas, agosto de 2001 – ANO XV – Nº 165 – DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Tockfin, ou Bruninho, filho dos professores Bruno e Maria Inês, índios da nação kaingang do Rio Grande do Sul: lições de pedagogia indígena no 13º Cole

Foto: Nélido Cantani

Globalizar quem, cara-pálida?



Foto: Antoninho Penn

‘Einstein era um plagiador’

Amparado na Bíblia, o físico e professor emérito Cesar Lattes concede descontraída entrevista sobre a origem do universo, onde também afirma que a física atual é ‘charlatanice’.

Páginas 10 e 11

O raciocínio é simples, como diz Gilvan de Oliveira, formado na Unicamp, hoje professor da Universidade Federal de Santa Catarina e que atua junto a comunidades indígenas: “A globalização é um grande perigo, mas também favorece as minorias ao enfraquecer o poder do Estado. Nunca as lideranças indígenas foram tão representativas, na luta para preservar sua cultura”. A exclusão do ensino – que atinge negros, índios, portadores de necessidades especiais e outros diferentes – foi o grande mote do 13º Congresso de Leitura (Cole) do Brasil, sediado na Unicamp por quatro dias. Perto de dez mil pessoas circularam pelo campus, ouvindo e vendo sobre educação, livros e preconceito. Uma centena de seminários, mesas-redondas e painéis, e o número recorde de 930 trabalhos apresentados, confirmaram o Cole como o maior evento do gênero no País.

Caderno Temático



Foto: Nélido Cantani

Solidão e meio ambiente

O pesquisador Daniel Hogan, do Nepo, afirma que as pessoas estão preferindo morar sozinhas. O modismo faz com que o índice de habitações individuais cresça mais que a taxa populacional.

Páginas 6 e 7

LEITORES
LEITORESSEU
ESPAÇO

imprensa@obelix.unicamp.br



■ Portugal-e-Brasil

Política e Políticas: o Velho e o Novo – sob este título, foi realizado, nos dias 25 e 26 de maio de 2001, o V Colóquio do Ciclo *Portugal-e-Brasil, outras visões, outras imagens*, promovido pelo Instituto Superior de Psicologia Aplicada (ISPA-Lisboa) a partir de fevereiro de 2000. Este encontro finalizou um rico intercâmbio de debates, exposições e mostras que contaram com ativa participação de docentes da Unicamp. O *Jornal da Unicamp* noticiou, em março de 2000, o primeiro desses colóquios, em que estiveram presentes Haquira Osakabe e Tânia Alckmin, professores do IEL.

No evento que fechou o ciclo participaram, no rol dos acadêmicos, o professor Aziz Ab'Saber, do Instituto de Estudos Avançados da USP, o diretor do ISPA, professor Frederico Pereira, e pesquisadores do IFCH, Sebastião Velasco e Cruz e Reginaldo C. Moraes (Depto. de Ciência Política). Dentre os políticos, estiveram presentes o governador do Amapá, João Alberto Capiberibe, o deputado Flávio Koutzii (chefe da Casa Civil do governo do R. G. do Sul), ao lado de representantes de partidos políticos portugueses (Partido Socialista, Partido Verde, Partido Comunista e Bloco de Esquerda).

Globalização e processos de integração regional, cidadania e exclusão social, desenvolvimento auto-sustentado, restrições neoliberais à democracia e às políticas sociais, alternativas de organização e participação política, utopias dos séculos XX e XXI – estes foram alguns dos temas que movimentaram as discussões.

Paralelamente aos debates, foram realizadas outras atividades culturais: uma sessão de depoimentos em homenagem ao professor Aziz Ab'Saber, o lançamento de edição portuguesa do livro *Geografia da Fome*, do brasileiro Josué de Castro, e uma exposição de imagens e depoimentos sobre as ditaduras de cá e de lá, sob a res-

pensabilidade do jornalista Alípio Freire.

Findo o encontro, os realizadores e participantes consolidaram intenções de cooperação sistemática entre a Unicamp e o ISPA. Para esse fim, já estão sendo elaborados um convênio geral de intercâmbio e programas específicos de colaboração nos campos do ensino, da pesquisa e da difusão científica. Desse modo, o ciclo deu concretude às expectativas de seu programa inicial: "Não se trata de apenas descobrir semelhanças, mas igualmente de identificar diferenças em redor das quais projetos comuns possam vir a tomar corpo".

Reginaldo C. Moraes
Professor do IFCH

OBS.: O ISPA (Instituto Superior de Psicologia Aplicada) é uma das mais importantes instituições de ensino superior de Portugal. Trata-se de uma entidade não-estatal, constituída e administrada, desde a conhecida Revolução dos Cravos (abril de 1974,) como uma cooperativa auto-gestionada. Consolidou reputação nas áreas de pesquisa, ensino e publicações em variados campos (psicologia, psicanálise, antropologia, sociologia, educação, etc.). A comemoração dos 500 anos, com outras imagens e outras visões, alternativas às cerimônias oficialistas, foi coordenada pelo seu diretor, Frederico Pereira e, no Brasil, por Nilson Louzada (Assessor de Meio Ambiente do Amapá).

■ Capítulo fechado

Muito esclarecedora e edição especial sobre Perus. A Unicamp teve uma atitude no mínimo diferenciada, ao realizar uma publicação oficial que não visou apenas atender aos interesses da universidade, mas de todos os envolvidos no caso. Além de apresentar de forma isenta todos os resultados das pesquisas, as identificações e não-identificações, vocês mostraram também o drama dos familiares. Com certeza não será o fim do caso das ossadas (pelo menos para os familiares dos não-identificados), mas a publicação fechou um capítulo muito importante desta história, e o fez de forma séria e imparcial.

Muito 10.

Marina Franco
4º Jornalismo/PUC-Campinas

■ Cédula da Terra

Gostaria de parabenizar o repórter João Maurício da Rosa pelo texto "Cédula da Terra", da última edição eletrônica do *Jornal da Unicamp*. Espero que esse ótimo repórter continue a colaborar com vocês. Fico feliz ao ver tanta gente boa escrevendo na

publicação, que já se transformou na melhor concentração de jornalistas da imprensa campineira.

Ricardo Meirelles
Jornalista

■ Inspiração

Parabéns ao *Jornal da Unicamp*, fonte de cultura, modelo de comunicação moderna, dinâmica. A abordagem dos grandes problemas econômico-sociais que afligem o país oferecem temas para profunda reflexão.

Parabéns a Maria Alice da Cruz, atenta aos problemas da agricultura no nº 162, de maio último. O Caderno Temático está também excelente e veio enriquecer ainda mais este jornal. Continuem a me enviar o jornal, pois muitos artigos servem para ilustrar as aulas, conferências, sermões e inspiram meus artigos.

Ad majora semper! Ita in fide sacerdotis et magistri.

Cônego José G. Vidigal de Carvalho
Prof. do Seminário de Mariana (MG)

■ Qualidade

Tenho acompanhado o brilhante trabalho de vocês no *Jornal da Unicamp*.

Pauta inteligente e texto agradável, entre outros aspectos, dão à publicação qualidade compatível com a importância da Unicamp. Parabéns!

Antonio Furtado
Gazeta Mercantil

■ Texto vivo

Carlos (Lemes Pereira), muito obrigada pelo texto. Está lindo, já estou achando que não mereço tantas flores... O texto é muito vivo e bem humorado e acho que captou muito bem meu jeito e a forte amizade entre nós duas (Margareth Rago e Luce Fabbri). Vou enviá-lo ao pessoal de

Montevidéu. A matéria vai também para Argentina, Amsterdã, Itália, Estados Unidos e Espanha, onde há anarquistas e todos adoram Luce.

Parabéns pelo escritor que se revela cheio de vivacidades, adorei o Foucault e as formigas.

Margaret Rago
Professora do IFCH



■ Censura

Olá, Álvaro Kassab. Fazendo uma limpeza nos seus papéis velhos, minha amiga encontrou alguns exemplares do *Jornal da Unicamp*. Curiosa, foi dar uma espiada, já que nunca passara os olhos por eles. Então, de repente, como um raio de sol nesta manhã tão fria de junho, encontrou um texto teu: "A mendiga que iluminou o Caism". Chamou-me, leu para mim e juntas ficamos emocionadas. Que belo texto, que beleza num jornal de universidade. Tão raro...

Nós somos jornalistas de uma universidade e estamos vivendo um momento ímpar na nossa vida, sendo censuradas em nossa publicação. Nos censuram dizendo que os textos que escrevemos não são "jornalísticos", porque trabalham com elementos da literatura. Estamos aqui, resistindo, censuradas, vilipendiadas, acoissadas, mas resistimos...

Por isso foi tão emocionante ver um texto como o teu. Nos dá mais certeza de que o que fazemos é jornalismo sim, e dos bons.

Parabéns, colega. Agora vamos esperar com ansiedade pelos jornais da Unicamp. Será o nosso sol nas manhãs de inverno aqui do sul do mundo, já que o nosso solzinho foi apagado pela mão firme do autoritarismo e da incapacidade de lidar com a diferença.

E. e R.



UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

Reitor: Hermano Tavares. Vice-reitor: Fernando Galembeck. Pró-reitor de Desenvolvimento Universitário: Jurandir Fernandes. Pró-reitor de Extensão e Assuntos Comunitários: Roberto Teixeira Mendes. Pró-reitor de Pesquisa: Ivan Emilio Chamboleyron. Pró-reitor de Pós-Graduação: José Cláudio Geromel. Pró-reitor de Graduação: Angelo Luiz Cortelazzo.

Jornal da Unicamp

Elaborado pela Assessoria de Imprensa da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Periodicidade mensal. Correspondência e sugestões: Cidade Universitária "Zeferino Vaz", CEP 13081-970, Campinas-SP. Telefones: (0xx19) 3788-7865, 3788-7183, 3788-8404. Fax: (0xx19) 3289-3848. Homepage: <http://www.unicamp.br/imprensa>. E-mail: imprensa@obelix.unicamp.br. Editores: Luiz Sugimoto, Álvaro Kassab e Manuel Alves Filho. Redatores: Raquel do Carmo Santos, Roberto Costa, Antônio Roberto Fava, Isabel Gardenal e Maria Alice da Cruz. Fotografia: Antoninho Perri, Neldo Cantanti e Dário Crispim. Edição de Arte: Oséas de Magalhães. Diagramação: Dário Mendes Crispim e Flávia Di Ferdinando. Colaboradores nesta edição: Carlos Lemes Pereira, Carlos Tidei, Tatiana Fávaro, João Maurício da Rosca, José Pedro Martins. Ilustrações: Félix e Luís Carlos Paulo Silva. Serviços Técnicos: Clara Eli de Mello, Dulcinéia B. de Souza e Edison Lara de Almeida. Impressão: Artprinter Gráfica e Editora: (11) 6947-2177. Publicidade: JCPR Publicidade e Propaganda: (19) 3239-0962

PERUS
PERUS

MANUEL ALVES FILHO

manuel@reitoria.unicamp.br

Depois de sete anos de intensos trabalhos, que culminaram com a identificação de sete desaparecidos políticos, e de três anos de exaustivas negociações para dar uma destinação adequada ao acervo, as ossadas encontradas no Cemitério Dom Bosco, em Perus, foram transferidas da Unicamp para o Cemitério do Araçá, em São Paulo, onde estão sob os cuidados da Prefeitura da Capital. O traslado encerrou a participação da Universidade em um dos mais importantes e controversos episódios da história recente do país, deixando um saldo positivo, na opinião do filósofo Roberto Romano, que preside a Comissão de Perícias da Unicamp. “Para mim, como professor de ética, foi uma experiência ímpar. A despeito dos problemas ocorridos ao longo do processo, a Universidade cumpriu o seu papel no campo científico e tecnológico e se manteve sempre aberta ao diálogo com a sociedade”, avalia.

A transferência das ossadas foi realizada em duas etapas. Em 31 de maio foram os primeiros 50 restos mortais, acondicionados individualmente em caixas plásticas. Na ocasião, a Unicamp convidou autoridades, familiares dos desaparecidos políticos e organizações dedicadas à luta em favor dos direitos humanos para participar de um ato público realizado diante do columbário (edifício que abriga urnas funerárias) do Cemitério do Araçá. O reitor da Universidade, Hermano Tavares, reafirmou na oportunidade o compromisso da instituição com as principais causas sociais do país e assegurou que a Unicamp “não tem medo da verdade”, numa referência às críticas sobre as eventuais falhas cometidas ao longo do trabalho de identificação. Uma semana depois, as 994 ossadas restantes foram levadas ao Araçá, sob a coordenação do legista José Eduardo Bueno Zappa, contratado como consultor técnico da Comissão de Perícias.

Questão ética – Para o filósofo Roberto Romano, o Projeto Perus, como foi denominado pela Unicamp, permitiu que ele tomasse um caso complexo e o acompanhasse não como observador, mas como personagem. “Isso me deu condições de pensar a questão universitária, a questão da ciência, a questão da ética e a questão do relacionamento da Universidade com o Estado e com a sociedade em geral”, afirma. Tratava-se, segundo o intelectual, de um dos casos mais doloridos da consciência nacional. “Primeiro, porque tínhamos um trabalho de verificação da identidade de restos mortais de pessoas que lutaram contra a ditadura militar. Mas esse fato se somava a outro tão grave quanto, que é a questão de também serem ossadas de brasileiros enterrados anonimamente, sem nenhum rito religioso ou civil. Isso mostra que, em termos de vida social, nós beiramos o limite da barbárie”, avalia.

Toda essa situação dolorosa, conforme o presidente da Comissão de Perícia, envolveu os mais variados interesses políticos, ideológicos, morais, religiosos, científicos e técnicos. Cada um desses elementos, destaca o professor, tinha razões ponderáveis para defender sua causa e atacar a causa alheia. Os cientistas e técnicos da Unicamp tiveram, principalmente na primeira parte do trabalho, uma ação bastante eficaz no que se refere à identificação das ossadas. “Mas a partir de certo ponto, por razões de ordem pessoal e institucional, eles entraram em processo de luta interna. Com isso, o trabalho de identificação foi prejudicado e a Universidade não pôde apresentar resultados tão eficientes quanto na fase inicial”, afirma Roberto Romano.

Embate interno – A disputa a que se refere o filósofo ocorreu dentro do Departamento de Medicina Legal, que mais tarde foi extinto pelo Conselho Universitário (Consu). O embate trouxe uma segunda consequência, definida por Romano como “um atentado às normas científicas e éticas”. Um exemplo desse procedimento, segundo ele, foi o estado de abandono a que as ossadas foram submetidas durante um período. Do ponto de vista institucional, salienta, houve uma cobrança de parte considerável da comunidade acadê-

Sem medo da verdade

Traslado das ossadas de Perus para São Paulo encerra o trabalho de sete anos na Unicamp

Saída das primeiras ossadas para São Paulo: fim da participação da Unicamp em um dos mais importantes e controversos episódios da história do País

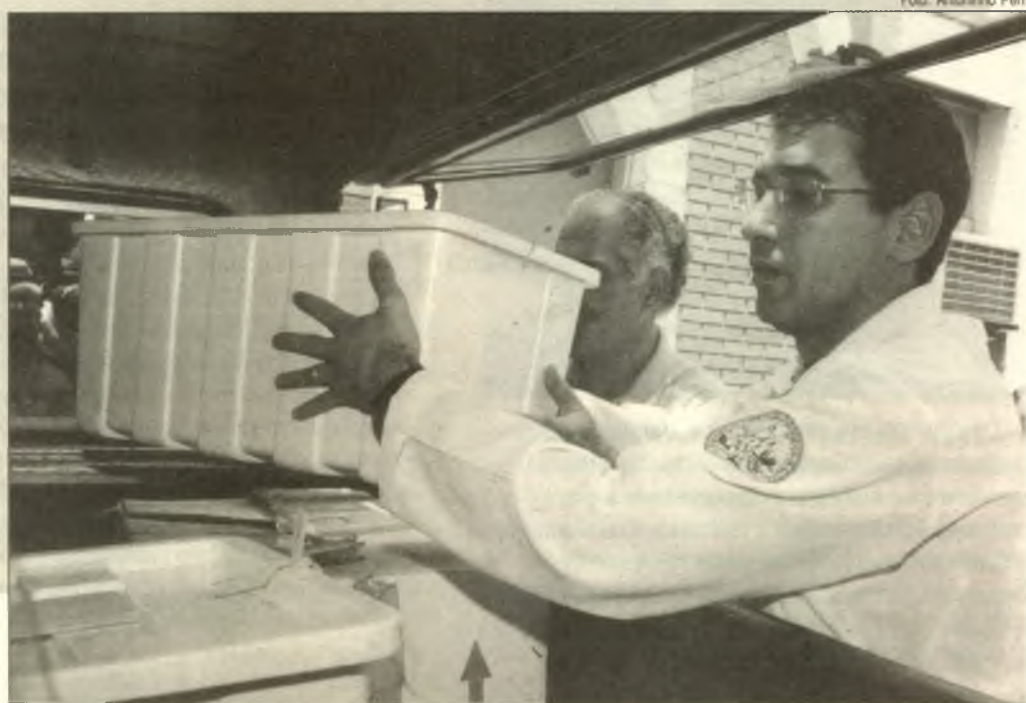


Foto: Antoninho Pertierra

mica na direção de que a Unicamp, após encerrar os trabalhos de identificação, desse um destino adequado às ossadas.

Entre as pessoas que exigiam um desfecho positivo para o caso estavam docentes que foram posteriormente conduzidos à Administração da Unicamp. Segundo Romano, isso demonstra que não é correto identificar a Universidade com os problemas havidos no âmbito do DML. “É correto, sim, dizer que as administrações não puderam ou não souberam levar a bom termo esse trabalho, sobretudo exigindo disciplina de quem de direito”. Mas adverte: “Não é certo atribuir erro de um a outro”.

Em relação à participação do Estado no episódio, o presidente da Comissão de Perícias lembra que os trabalhos de identificação tiveram origem num convênio firmado com a Secretaria de Segurança Pública. Entretanto, a Pasta dedicou ao caso uma espécie de “atenção intermitente”, nas palavras de Roberto Romano. “A Secretaria mostrava-se interessada em resolver o problema, mas nada vinha em termos concretos”, acrescenta. Essa postura, observa o filósofo, colocou a Unicamp numa situação delicada. A partir do momento em que foi feito o relatório final dizendo que a Universidade não tinha mais condições técnicas de prosseguir com o trabalho, a instituição ficou de posse de um material que não lhe pertencia.

Impulso final – A Secretaria de Segurança só começou a se mover, sustenta o professor, depois que a Reitoria constituiu a Comissão de Perícias. Uma reunião realizada entre as partes logo

em seguida deu início ao trabalho que culminaria com a transferência das ossadas para São Paulo. O impulso final só veio quando a Comissão de Perícias, em conjunto com a Reitoria, convocou uma reunião pública com os familiares dos desaparecidos políticos, autoridades, organizações não-governamentais e imprensa. Nessa ocasião, a Secretaria de Segurança Pública não enviou representante, o que foi denunciado pelo próprio Romano.

“No dia seguinte, o secretário-adjunto de Segurança, Mário Papaterra, me ligou e se disse aberto ao diálogo. Daí em diante, a Secretaria demonstrou o claro desejo de resolver o problema”, afirma. No último ano, de acordo com ele, o órgão cumpriu rigorosamente todos os compromissos assumidos com a Unicamp e os familiares dos desaparecidos políticos. No que se refere aos parentes das vítimas da ditadura, o presidente da Comissão afirma reconhecer o direito deles se indignarem com o fato de o trabalho encomendado à Universidade ter sido feito apenas em parte.

Além disso, prossegue Romano, também é preciso admitir que os familiares dos desaparecidos fizeram tudo o que estava ao alcance deles para ajudar no esclarecimento da análise das ossadas. “A luta que eles travam para cobrar do Estado brasileiro a responsabilidade pela morte dos militantes políticos é legítima”. A despeito disso, o professor revela que ficou muito preocupado ao longo das sucessivas reuniões que manteve com a comissão dos familiares.

Continua nas páginas 4 e 5



Foto: Nélido Cantanti

Ossadas são depositadas no columbário do Cemitério do Araçá: papel cumprido com transparência no campo científico e tecnológico

CANTINHO DA PAMONHA

VENHA NOS CONHECER

Em frente ao Hospital das Clínicas

DISK ENTREGA 3384-4017

Promoção Taxa de entrega R\$ 1,00

PAMONHA CURAU MILHO COZIDO CANJICA BOLO DE MILHO SUCO DE MILHO IOGURTE PICOLÉ CUSCUZ TORTA PARAGUAIA REFRIGERANTES E SUCOS BROA DE MILHO

Transparência na apuração

Filósofo Roberto Romano reclama de uso político-partidário do caso das ossadas



Romano, da Comissão de Perícias, discursando em ato público no Araçá: experiência impar

De acordo com Roberto Romano, a Unicamp sempre adotou uma atitude de máxima transparência com as famílias das vítimas da repressão. Todas as críticas apresentadas por elas foram anotadas e investigadas, como o caso da denúncia de que a Unicamp teria se apropriado de recursos destinados à análise das ossadas e usado o dinheiro para a construção de um prédio no campus. Diante disso, foi promovida uma apuração rigorosa. Um dossiê elaborado à época demonstrou que Universidade não só não se beneficiou irregularmente das verbas, como investiu recursos orçamentários ao longo do processo.

O documento em questão foi encaminhado aos familiares dos desaparecidos políticos. "O que nós esperávamos é que essas pessoas viessem até a Universidade para verificar a veracidade das informações. Elas não apenas não vieram, como retomaram esse assunto em várias ocasiões, como se não tivesse ocorrido apuração", queixa-se o filósofo. O elemento mais grave que permeou todo o processo de negociação para a transferência das ossadas foi a "perigosa vizinhança e solidariedade [dos familiares] com programas e alvos políticos e partidários".

O filósofo diz que não condena a filiação partidária, mas considera que o assunto merecia ser tratado num plano mais amplo. "Mas foi perfeitamente visível o compromisso de familiares com determinadas siglas e com alguns políticos dentro delas. Eu insisto, porém, que nem todos os políticos agiram de forma dolosa ou antiética. Contudo, houve quem tentasse desacreditar a Universidade para atingir seus objetivos. Isso, no meu entender, mesmo que eu não tivesse nada a ver com essa questão, é inaceitável".

Atitude de ataque — O intelectual diz que um político em especial, o deputado estadual Renato Simões (PT), teria agido de forma "muito errônea do ponto de vista da vida pública em relação à Unicamp". Conforme Roberto Romano, o parlamentar, apesar de ter sido procurado por ele e de ter conhecimento do interesse da Universidade em resolver a questão, manteve sempre uma atitude de ataque. "Nada, nenhum elemento feito pela Universidade foi reconhecido como bom ou razoável por ele. O deputado chegou a convocar uma audiência pública para discutir o processo de identificação das ossadas e não convidou a Unicamp", afirma.

Nesse episódio, no entender de Roberto Romano, o

deputado Simões teria demonstrado pouco desejo de fazer uma troca transparente e democrática. "Ele falou muito mais como partidário do que como representante do povo. O parlamentar se declarou um inimigo da Unicamp. A experiência que eu tive foi essa, infelizmente. Tudo isso ajudou a conturbar muito o processo", analisa o professor. Ele também aponta erros de segmentos da imprensa no acompanhamento do caso. "A imprensa, ágil em divulgar os escândalos, não teve a mesma agilidade para noticiar as correções dos erros".

Roberto Romano afirma que saiu desse episódio compreendendo melhor a integração e a luta na vida social e democrática. "A Comissão não só impôs regras, como se impôs normas. Nós procuramos, o tempo todo, manter a Universidade informada das suas atividades. Não houve nada secreto", sustenta. O filósofo destaca que o trabalho recebeu apoio expressivo de professores, funcionários, estudantes e da Administração da Universidade. "Sem isso, não teríamos conseguido ir adiante", reconhece.

Muitos erros — Para o presidente da Comissão de

Perícias, a ciência é uma atividade humana e não divina. Sendo assim, o primeiro obstáculo e também o primeiro incentivo é o erro. Conforme Roberto Romano, existem erros que podem ser fatais. "A Unicamp errou muito nesse processo, mas os erros não foram fatais. Daqui a alguns anos, quando for feita a análise da documentação e dos testemunhos, vão descobrir que a Universidade cumpriu o seu papel. Oxalá as instituições brasileiras tivessem a eficácia, a presteza e a transparência democrática que a Unicamp teve nesse episódio, sobretudo nos últimos anos".

Roberto ressalta que o processo todo ainda precisa ser analisado, das suas premissas às suas conclusões, para verificar como procedeu a instituição e os indivíduos. Isso forneceria elementos para melhorar as relações internas e com a vida pública. "Eu sugiro, inclusive, que a Universidade promova um seminário que conte com a participação de todas as pessoas e entidades envolvidas com o processo de identificação das ossadas. Considero necessária uma reflexão mais aprofundada dos pontos de vista ético, antropológico, político e acadêmico", propõe. (M. A. F.)

Deputado contesta afirmações

O deputado estadual Renato Simões (PT), presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de São Paulo, contesta as afirmações do professor Roberto Romano, presidente da Comissão de Perícias da Unicamp. Apesar de destacar o respeito que tem pela trajetória do filósofo na luta em defesa dos direitos humanos, o parlamentar afirma não ser verdade que tenha negado valor à Unicamp no processo de identificação das ossadas. "No ato público ocorrido no Cemitério do Araçá, quando a primeira parte do acervo foi transferida, eu usei a palavra para agradecer o que a Universidade foi capaz de realizar", afirma Simões.

De acordo com o deputado, desde que foi eleito pela primeira vez, em 1995, ele teve a oportunidade de acompanhar de perto o trabalho desenvolvido pela Unicamp. "Sempre fui muito crítico em relação à postura antiética e tecnicamente irresponsável do Badan Palhares. Por isso, fiz várias denúncias sobre o comportamento desse professor", diz o parlamentar.

Na visão de Simões, "as sucessivas administrações da Universidade foram omissas" no que se refere às suas acusações. O político afirma que a atual Administração da Unicamp teria rompido com os programas que ajudaram a

elegê-la. "Eu me arrependo de ter acreditado", desabafa.

O presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia também rebate a qualificação de "inimigo da Unicamp", conferida a ele por Roberto Romano. "Não me considero um inimigo da Unicamp. Minha atuação na Assembleia é reconhecida

pelas três universidades paulistas e pelo Centro Paula Souza, pois sempre esteve vinculada à luta por mais recursos e à defesa da autonomia das instituições. O fato de ser um crítico de um episódio que envolveu a Unicamp não me torna inimigo dela".

O deputado petista reafirma que defende o professor Romano, mas discorda dele no que diz respeito ao *affair* Badan Palhares. E conclui: "O momento, agora, é de cobrar do Estado o mesmo que cobramos da Unicamp enquanto ela esteve com a responsabilidade de tentar identificar os desaparecidos políticos".



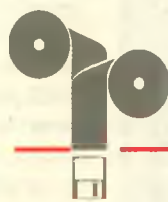
Simões, da Comissão de Direitos Humanos: "Não sou inimigo da Unicamp"

PRÉ-IMPRESSÃO

IMPRESSÃO

ACABAMENTO

Aqui está a solução!



art printer
printing technology

Gráficos & Editores

Fone: (11) 6947 2177

PERUS
PERUS

Erundina ainda se emociona

O depoimento de uma figura central para o resgate de parte obscura da história do Brasil

Figura central dos processos de localização e identificação das ossadas de Perus, a deputada federal Luiza Erundina (PSB) é apontada pelas partes envolvidas no episódio como uma das grandes responsáveis pelo resgate de uma parte obscura da história recente do país. Graças ao empenho pessoal da parlamentar, que na época respondia pela Prefeitura de São Paulo, é que os restos mortais foram retirados da vala comum, guardados em segurança e posteriormente transferidos para a Unicamp. Passados mais de dez anos, Luiza Erundina ainda se emociona ao lembrar dos apelos feitos pelos familiares dos desaparecidos políticos, que queriam saber o que teria acontecido com seus filhos, maridos e irmãos. Neste depoimento a Manuel Alves Filho, do Jornal da Unicamp, concedido numa manhã fria, em uma sala simples do seu escritório político em São Paulo, ela fala sobre a sua luta em defesa dos direitos humanos, da dor dos parentes das vítimas da ditadura e do trabalho executado pela Unicamp. E adverte: continua alerta e vigilante em relação às ações dos inimigos da democracia.



Erundina, deputada federal pelo PSB: "Maluf construiu o cemitério em lugar tão distante de propósito"

Num primeiro momento, houve a descoberta da vala clandestina e a preservação das ossadas que foram encontradas lá. Houve, inclusive, ameaças de pessoas interessadas em ocultar a verdade e levar as ossadas para algum lugar que não fosse um local em que se tivesse o controle sobre elas. Aí houve uma interferência pessoal minha, na época em que estava na Prefeitura. Eu coordenei o processo de transferência das ossadas para a Unicamp. Conseguimos que a Universidade assumisse a responsabilidade pelas investigações e pesquisas, para tentar identificar as possíveis vítimas da ditadura militar. Na época da repressão, eles [os militares] matavam os militantes envolvidos na luta de resistência à ditadura e simplesmente colocavam esses corpos numa vala.

Esses fatos foram revelados na época, inclusive por um funcionário do Cemitério de Perus, que pôde ver alguns casos de corpos sendo levados para a vala. Sabe-se que o cemitério foi construído, na gestão Paulo Maluf, exatamente naquela região muito distante, na época mais deserta ainda, com a finalidade de ocultar os cadáveres gerados pela repressão política. Eu assumi a responsabilidade, acompanhei o fechamento dos sacos plásticos que continham as ossadas, estive presente quando da lacração da sala onde as ossadas foram colocadas e determinei, à época, que a Guarda Metropolitana ficasse vigilante 24 horas.

Havia a ameaça de algum tipo de atentado para dar fim a essas ossadas, pois não interessava que chegassemos à verdade. No dia seguinte, o fato teve muita repercussão. Eu fui pessoalmente à Unicamp e entreguei o acervo, com a ajuda da Polícia, que garantiu a segurança. A Universidade, a meu ver, realizou um trabalho extraordinário. Foi graças à competência técnica dos peritos - e também ao interesse que a instituição demonstrou na prática - que foram realizadas as primeiras investigações que levaram à identificação de algumas ossadas.

A partir daí, o fato teve desdobramentos no país inteiro. A abertura dos arquivos dos antigos Dops começou exatamente nesse momento. São Paulo desencadeou o processo, inclusive com a participação de familiares dos desaparecidos políticos, que integraram uma comissão constituída por pessoas

contratadas pela Prefeitura. Essa comissão teve um papel determinante naquela ocasião. Graças ao trabalho, empenho e determinação dessas pessoas é que se começaram a descobrir novos fatos envolvendo desaparecidos políticos. Foi um momento importante de reparação daquilo que se fez contra cidadãos brasileiros, verdadeiros heróis que deram suas vidas pelas liberdades democráticas.

Muitos, inclusive, estão desaparecidos até hoje e ainda não se sabe a verdade sobre eles. Eu considero que a Unicamp teve um papel fundamental naquele primeiro momento e estimulou todo um processo de busca da verdade sobre esses fatos, no país inteiro. Depois que saímos da Prefeitura, arrefeceram-se os ânimos porque o governo do Estado não era mais pressionado pela Prefeitura e pelos familiares dos desaparecidos políticos. Pelo menos no início, essa pressão propiciou alguns meios sem os quais a Unicamp não teria condições de realizar o trabalho.

Com a minha saída da Prefeitura, o governo do Estado não se sentiu mais pressionado o suficiente para manter aquele apoio mínimo que dava como condição de trabalho à Unicamp. A Universidade, por sua vez, também arrefeceu a sua vontade e decisão de ir em frente, alegando que faltavam recursos, meios e pessoal. Aí houve certa paralisação dos esforços e até um descuido com o local onde estavam depositadas as ossadas. Os familiares alegam que isso pode ter comprometido a condição de uma investigação, de descobrir novas identidades entre o acervo.

Conforme os familiares, as ossadas teriam ficado num local úmido, desprotegido e com goteiras, o que poderia ter comprometido a preservação das ossadas no nível necessário para as investigações e pesquisas, não só da Unicamp, mas de outras instituições que vierem a dar continuidade a esse trabalho. O fato de o acervo ter saído da Unicamp e voltado para a responsabilidade da Prefeitura, com um governo que tem os mesmos compromissos de descobrir a verdade sobre esses fatos, criará melhores condições do que havia até há pouco tempo.

A retomada desse trabalho é fundamental, sem nenhuma preocupação de revanche, mas como medida de justiça aos familiares. Pior do que ter parentes mortos pela ditadura, é a

angústia e a aflição de não saber onde estão seus filhos e esposos. Eu tenho um empenho pessoal nisso, pois conheço familiares que ainda moram na mesma casa e cada vez que o telefone toca, eles têm um susto e ao mesmo tempo uma esperança de que seja alguém trazendo notícias sobre seus parentes desaparecidos. Tenho a esperança de que essas pessoas saibam, num dado momento, a verdade sobre esses fatos. E que se devolva a esses familiares, pelo menos, os restos mortais dos desaparecidos políticos.

Do ponto de vista da democracia, do ponto de vista da realidade histórica, é absolutamente indispensável o esclarecimento do que aconteceu no período ditatorial, até para prevenir que no futuro esses fatos possam vir a se repetir. E também para formar as novas gerações. Elas não conhecem os fatos. Se conhecem, é através da história oficial, que nem sempre relata com toda a verdade esses acontecimentos. Em geral, os países que viveram períodos de exceção não se interessam pela transparência absoluta desses fatos.

Sem dúvida nenhuma, é com a pressão da sociedade, dos familiares e de instituições que disponibilizam seu conhecimento científico que poderemos enfrentar essa luta. Trata-se de uma luta sem fim. Enquanto houver o último desaparecido político, seja em que país for, sobretudo na América do Sul, onde as ditaduras foram muito cruéis, de total desrespeito aos direitos humanos, temos o dever cívico, o dever ético de promover essas investigações e exigir do Poder Público toda a verdade sobre esses fatos. Ainda existe muita coisa oculta.

Quero reiterar meu compromisso de apoiar essa busca. Os inimigos da democracia dizem que isso é revanchismo e que já faz muito tempo. Mas é exatamente para evitar que esses fatos algum dia possam ocorrer novamente, que precisamos que a verdade inteira venha à luz. Isso é justiça com aqueles que foram vítimas, que perderam a vida e a liberdade. E em respeito à própria sociedade como um todo, que não teve uma participação maior porque a censura era muito pesada e não havia liberdade de imprensa.

BAR DA PRAIA®

Natureza e Delícias

Frutos do Mar - Carnes Nobres - Fogão a Lenha
Toda sexta e sábado, além do serviço tradicional do restaurante,
jantar dançante a luz de velas com música ao vivo,
no salão "As Grandes Navegações".

www.bardapraia.com.br

e-mail: bardapraia@bardapraia.com.br

Fone (0xx19) 3867-5200

Rua Tassinari, 39 - Jd. Dona Luiza - Jaguariúna - SP



As delícias da Cozinha Brasileira servidas no fogão à lenha!

- ✓ Self Service de pratos quentes, saladas e sobremesas.
- ✓ Ampla área verde.
- ✓ Lazer para as crianças.
- ✓ Aos sábados e domingos passeio de pôneis para as crianças.
- ✓ Lojas de artesanatos e produtos de minas.
- ✓ Jantar dançante com música ao vivo aos sábados.
- ✓ Almoços de segunda à domingo.

RECORTE ESTE ANÚNCIO E GANHE 10% DE DESCONTO EM SUA CONTA

Variante Vinhedo via Anhanguera - próximo ao trevo - Vinhedo

Site: rocinharestaurante.com.br

Fone: (19) 3876.4119

Dimensões humanas

Índice de construções habitacionais cresce mais que o da população e traz outro fator para as mudanças ambientais globais

JOÃO MAURÍCIO DA ROSA
jmauricio@reitoria.unicamp.br

Pessoas optam por morar sozinhas e empurram o índice de habitações individuais em um ritmo superior à taxa de crescimento populacional. Com isso elevam a demanda por matéria-prima e energia. Elevam também a fumaça, o buraco no ozônio, a temperatura. As populações afetadas pelas adversidades climáticas, chamadas de “refugiadas ambientais”, incham os centros urbanos, as filas da assistência social. Do outro lado, ocupam o lugar da fauna na floresta, no cerrado.

Nesse caos, acidentes de carro entram para a lista de males ecológicos. Morcegos vampiros sugam o sangue de humanos nas regiões de garimpo da Amazônia. Cresce a ocorrência de doenças como câncer de pele e catarata, resultados da exposição excessiva ao sol, e as auditivas, por conta do ruído nas metrópoles. O aumento da temperatura global já proíbe a saída de pessoas em determinadas horas, na Argentina e Chile.

Seria o revide da mãe natureza, neste início do século 21, diante da devastação provocada pelo homem. Ao mundo – e ao Brasil em particular – parece reservado um futuro lúgubre, se consideradas determinadas exposições do seminário *Dimensões Humanas de Mudanças Ambientais Globais: Perspectivas Brasileiras*, realizado nos dias 11 e 12 de junho, na Biblioteca Central da Unicamp, pelo Núcleo de Estudos da População (Nepo) e organizado pela Academia Brasileira de Ciências.

O professor Eduardo Viola, da Universidade de Brasília (UnB), não concorda com futuro tão funesto: “O futuro pode ser contraditório e não lúgubre, pois há extraordinários avanços tecnológicos, extraordinários avanços de construção de formas de cooperação social. Mas, ao mesmo tempo, há extraordinária assimetria social. O mundo é extraordinariamente contraditório, o futuro também é contraditório. Não é lúgubre, mas também não é rosado”.

Foto: Neldo Cantanti



Hogan, do Nepo: à espera de dados fundamentais sobre a migração pendular



Foto: Neldo Cantanti

Acima, a 13 de Maio, principal rua comercial do centro de Campinas: 88% da população morando na cidade em 2005

Ao lado, idosa na campanha da Unicamp contra a catarata: exposição ao sol contribui para a doença



Foto: Antoninho Perri

Opção por viver só é novo ingrediente do caos urbano

Analisando dados do último censo do IBGE (2000), o professor Daniel Joseph Hogan, coordenador do Núcleo de Estudos da População (Nepo) da Unicamp, deparou-se com a inversão das taxas de crescimento entre habitações e população – a favor das primeiras – e concluiu que os jovens estão se casando menos e vivendo sozinhos, ou assumindo o matrimônio mas morando em casas separadas. Também os idosos estão vivendo mais, sobretudo as idosas, que gozam de maior expectativa de vida.

Esta mudança de comportamento é o mais novo ingrediente do caos nas grandes metrópoles brasileiras. Já saturadas de edificações verticais, agora passam a atender a uma demanda por habitações individuais, o que amplia as necessidades de infra-estrutura e de investimentos em fontes escassas, como água e energia. Este foi um dos fenômenos analisados por Hogan em sua dissertação no seminário realizado na Unicamp. O modismo só veio a agravar o inchaço urbano, agora somado ao crônico problema do êxodo rural para as cidades e para áreas de colonização, particularmente na Amazônia.

Estudando as perspectivas para essas grandes cidades, o professor vê pontos de luz no fim do túnel. Um ponto positivo, segundo ele, foi a criação de novas regiões metropolitanas na década de 90. “Elas são importantes enquanto forma de lidar com problemas regionais urbanos, como o uso racional do solo e o planejamento do sistema de transporte”, explica.

Outros dados importantes do censo de 2000, que só sairão daqui a um ano, dizem respeito à migração pendular, ou seja, de pessoas que moram em uma cidade e trabalham em outra. “Essas informações são fundamentais para o controle do consumo energético e de emissões de carbono”, diz, lembrando que o desenvolvimento das telecomunicações tende a reduzir o ritmo deste pêndulo e, consequentemente, do transporte e das emissões de poluentes.

Já em relação aos refugiados ambientais, sejam das regiões da seca ou dos grandes represamentos e mudanças atmosféricas, Hogan os coloca em uma categoria que ainda carece de estudos. Mas garante que esse contingente está longe de ser o responsável pela devastação da cobertura verde e contaminação do solo.

“Embora a atividade agrícola pressione a cobertura vegetal e a diversidade biológica, a situ-

Continua na página 7

Serviço

IV Encontro Aberto sobre Dimensões Humanas de Mudanças Ambientais Globais

Inscrições : US\$ 150 até 15 de julho
US\$ 195 até 06 de setembro
Local: Hotel Glória – Flamengo – Rio de Janeiro
Data: 6 a 8 de Outubro
Contatos: <http://sedac.ciesin.org/openmeeting>

sebo brecho
Valise
de
cronópio
móveis decoração

LIVROS - CDs
GIBIS E REVISTAS

ROUPAS SEMI-NOVAS
E ACESSÓRIOS

MÓVEIS E TAPETES
ARTESANAIS

3289-0028

Av. Albino J. B. Oliveira 1351 (próximo ao Banespa)
R. Maria Luiza B. Pattaro 132 (entrada opcional)
Barão Geraldo - Campinas SP valise@ig.com.br

AMBIENTE AMBIENTE

ação brasileira não é parecida com o que acontece em outros países. A imagem do pobre sem terra obrigado a cortar a última árvore para comer, não é uma imagem brasileira”, afirma. “Nosso problema são as grandes atividades agropecuárias, com muito potencial de destruição do solo e pouca geração de empregos”.

Indícios alarmantes — Que as atividades humanas na cidade ou no campo contribuem para a elevação da temperatura do planeta, todos concordam. As conseqüências é que ainda são desconhecidas, embora alguns sinais já sejam perceptíveis, conforme a professora Leila da Costa Ferreira, do Nepam (Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais) da Unicamp.

São apenas indícios, mas alarmantes. Apoiada por dados da ONU em seu trabalho, Leila

revela que as megacidades vão mudar de endereço ainda neste milênio. “Em 2015, quatro das cinco maiores cidades do planeta estarão em países da periferia da globalização, como Lagos (Nigéria) e Dacca (Bangladesh). A urbanização acelerada dos países pobres fará a população das cidades superar a do campo por volta de 2006, pela primeira vez na história deles”, informa. No Brasil, hoje com 80% da população vivendo na cidade, o índice tende a chegar a 88% em 2005.

Esta tendência de multiplicação das aglomerações, de acordo com a professora, implica mudanças na gestão urbana para lidar com problemas como lixo, captação de água, segurança, transporte e poluição. Para verificar como esse processo anda no Brasil, Leila Ferreira estudou as ações oficiais de cinco capitais me-

tropolitanas (Porto Alegre, Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte), eixo da pesquisa que divulgou no seminário. “O objetivo é analisar experiências em nível do poder local, na formulação e implementação de políticas públicas com características sócio-ambientais adotadas por essas prefeituras após a Constituição de 1988”, explica.

São Paulo surpreende — A pesquisadora se surpreendeu com o caso da cidade de São Paulo, onde, segundo ela, a questão ambiental foi relevada em certas gestões, como se os problemas sociais considerados prioritários não tivessem ligação com o processo de degradação da metrópole. “Em uma cidade globalizada, com universidades altamente qualificadas, uma classe média intelectualizada e com consciên-

cia ecológica bastante refinada, haveria condições de se implementar uma política de meio ambiente”.

Mas Leila faz uma ressalva em relação ao projeto de restrição de uso de automóveis, o chamado rodízio, aprovado por 96% da população em 1997 e 1988. “O debate em torno da operação tornou público o problema da poluição do ar e da qualidade de vida urbana”, comenta. Contudo, não serviu para pressionar o poder público a adotar medidas quanto ao transporte coletivo. “Na verdade, os problemas ambientais de São Paulo são particulares, embora ilustrem um processo em curso em diversas partes do mundo, como o caso do próprio Rio de Janeiro, que se aproxima também da situação de cidade insustentável”, alerta.

Saúde ambiental tenta recuperar o atraso

Como enquadrar a questão ambiental entre os fatores importantes de análise por parte da área de saúde pública? Quais os impactos das mudanças ambientais de larga escala na saúde da coletividade? Em 1995, o Ministério da Saúde brasileiro só tinha indagações como estas a apresentar em uma conferência panamericana de saúde ambiental convocada pela Organização Mundial de Saúde. Precisava de idéias.

“Só há 15 dias a Associação Brasileira de Saúde Coletiva criou um Comitê Técnico de Saúde de Meio Ambiente; no âmbito do Ministério, tal comitê foi criado apenas em janeiro deste ano”, informa o pesquisador Ulisses Confalonieri, da Fiocruz (Escola Nacional de Saúde do Rio de Janeiro), que socorreu o governo federal naquela época e ainda tenta tirar o atraso do Brasil neste setor.

“Todos os problemas ambientais têm impacto na saúde, alguns podendo ser detidos, outros não. Mas não existem indicadores, que estão fora da rotina do Ministério”, afirma Ulisses, acusando a omissão do poder público na questão, embora não no debate. “O governo é omissor na geração de informação. O problema é que não se estudam e produzem estatísticas? Muito pouca gente está preocupada”.

A Fiocruz, porém, segundo o professor, vem desenvolvendo estudos e corroborando tudo o que se anunciava diante da onda de devastação do planeta. “O Brasil ainda não tem problemas com a perda da camada de ozônio, mas ela já se avizinha no Cone Sul. Assim mesmo, por conta da demasiada exposição ao sol, no lazer ou no trabalho, temos câncer da pele. Uma grande parte dos 30 milhões de cegos no mundo adquiriu a deficiência por causa da catarata, cujo principal fator também é a exposição ao sol”.

Indicadores — Visando alcançar um indicador mais confiável sobre o problema no Brasil, a equipe do professor Ulisses Confalonieri utilizou alguns parâmetros de saúde para monitorar o problema ambiental. A proposta levada ao Ministério mostra que a degradação do saneamento causa diarreia, por exemplo; que o trânsito caótico mata por atropelamento; que a malária chega à área urbana; que ruído urbano causa perda auditiva; que inundações trazem leptospirose. E o que o professor considerou mais curioso: “O morcego nos deu uma mostra de como a perda de ecossistema pode agir contra a saúde humana. Nas regiões do garimpo que devasta a fauna, o morcego, na falta de animais, vai e suga o sangue humano, fato comum no Mato Grosso, Rondônia, Acre...”.

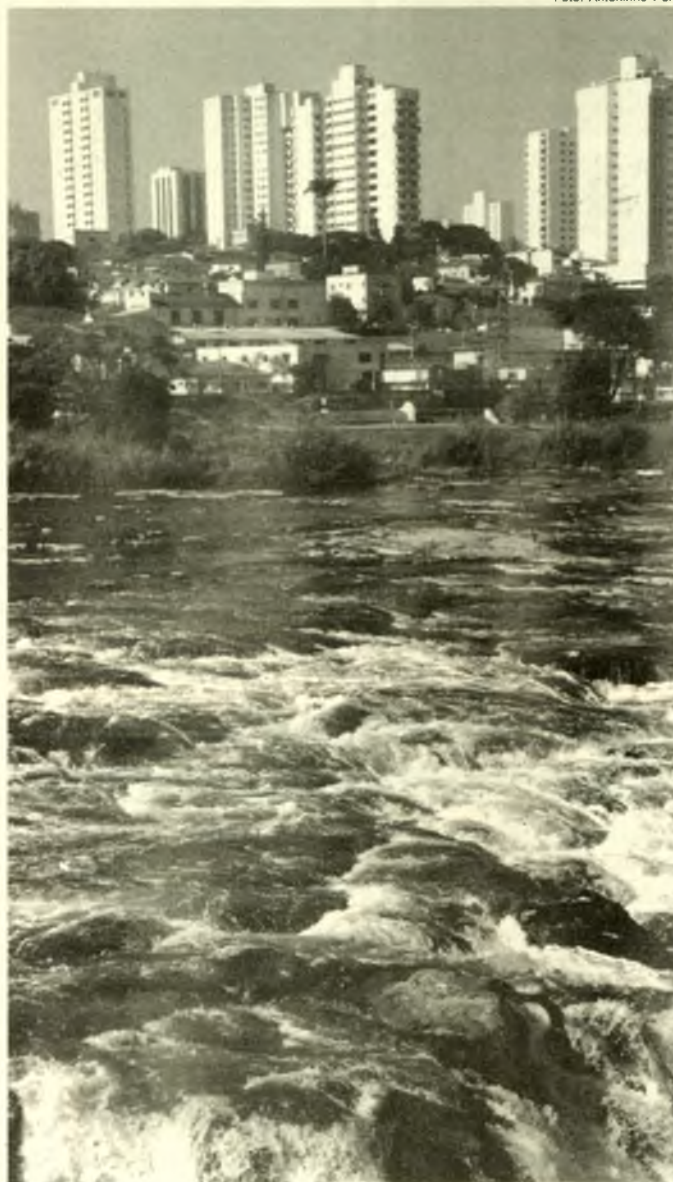


Foto: Antoninho Perri

Cidades vivem aumento da demanda por habitações individuais: maior consumo de água e energia

Ulisses, da Fiocruz: “Todos os problemas ambientais têm impacto na saúde”



Foto: Neldo Cantanli

Seminário vira livro em Encontro Mundial

O seminário *Dimensões Humanas de Mudanças Ambientais Globais: Perspectivas Brasileiras* reuniu 11 pesquisadores de diversas áreas de conhecimento. Eles terão seus trabalhos publicados em livro a ser lançado no IV Encontro Aberto da Comunidade Internacional de Pesquisas sobre Dimensões Humanas de Mudanças Ambientais Globais, programado para os dias 6, 7 e 8 de outubro, no Hotel Glória do Rio de Janeiro.

“Esta será a primeira vez que pesquisadores de um país anfitrião apresentarão um trabalho desta natureza, mostrando suas contribuições para a questão”, explica Maurício Tiomno Tolmasquin, da UFRJ, um dos membros do comitê responsável pela organização do encontro do Rio e presidente da Comissão Brasileira para as Dimensões Humanas de Mudanças Ambientais Globais.

O conjunto dos trabalhos expostos na Unicamp é uma reflexão sobre como as mudanças ambientais afetaram as populações, a partir do início da década passada — em aspectos como economia, saúde e comportamento —, e como os governos vêm agindo na negociação de mecanismos de controle das emissões de poluentes atmosféricos.

Neste ponto, o Brasil aparece como duplamente importante. “Primeiramente em relação à importância de suas emissões no conjunto das emissões mundiais, particularmente em relação ao desmatamento. Em segundo lugar, por seu papel ativo na construção de um regimento ambiental global para enfrentar a mudança climática”, adianta o professor Eduardo Viola, mencionando a Convenção do Rio em 92 (Eco 92) e o Protocolo de Kyoto em 97. Viola é cientista político do Departamento de Relações Internacionais e Centro de Desenvolvimento Sustentável da UnB.

Os autores reconhecem que o livro não pretende dar a palavra final sobre a problemática e que ainda existem muitos retroques necessários, bem como lacunas a serem preenchidas. “Mas vai mostrar exatamente qual é a colaboração da pesquisa brasileira para a questão das mudanças globais, o que não correu em encontros anteriores nos EUA (1995), Áustria (1997) e Japão (1999)”, frisa o pesquisador Maurício Tolmasquin.

Ciências humanas reforçam a luta pelo meio ambiente

O seminário realizado na Unicamp mostrou a entrada das ciências humanas no grupo das áreas de conhecimento que até então predominavam nas questões ambientais. “Toda a preocupação com as mudanças ambientais globais, até muito recentemente, foram tratadas por oceanógrafos, cientistas da atmosfera e outros cientistas de exatas e biológicas, ao passo que quase todas as perguntas têm sua origem na ação humana”, analisa o sociólogo Daniel Joseph Hogan, co-

ordenador geral do evento e do Nepo.

Eduardo Viola, da UnB, encontra outro diferencial no movimento. “Até agora, aconteceram no País seminários na dimensão da ciência natural, apenas em nível local ou brasileiro nas dimensões humanas, e um ou outro sobre as dimensões globais. Este encontro envolve totalmente o humano-global-ambiental, quando antes era disperso. É o primeiro evento com algo de novo em termos de história da ciência, com *papers* representativos do que há de me-

lhor na comunidade científica”.

Hogan admite a demora da chegada das ciências humanas nas discussões ambientais. “Esta mobilização de cientistas políticos, sociólogos, demógrafos, economistas, tem sido difícil. Surgiu então a idéia deste seminário, a fim de que esses pesquisadores mudassem seu foco para os problemas ambientais globais, avaliando determinantes na estrutura da sociedade, de consumo, e quais são suas respostas e inovações institucionais exigidas em nível nacional e interna-

cional”, explica Hogan. “Todos esses problemas são matéria para humanas”, reforça.

As respostas da sociedade, segundo um estudo específico incluído no livro, vão da indiferença diante das mobilizações, passando pelo consumo. Floresceram conceitos e terminologias. Comunidades de áreas de proteção ou de interesse ambiental passaram a ser chamadas de “populações tradicionais”; o retirante nordestino de “refugiado ambiental”; e produtos ecologicamente corretos de “verdes”.

Alunos muito especiais

Unidades da Unicamp se mobilizam para melhor atender a procura de jovens portadores de deficiências

CARLOS LEMES PEREIRA
calberto@reitoria.unicamp.br

A movimentação no quarto de Viviane Maria Missio, 19 anos, deixa transparecer apenas os preparativos de uma jovem prestes a encarar o segundo semestre letivo, após as férias. Na Unicamp, porém, uma agitação bem maior já vinha tomando conta de faculdades e institutos. Intensidades à parte, os dois cenários estão interligados. Viviane é cega e ingressou, em março deste ano, no curso de Pedagogia. Uma vitória conquistada justamente num período em que a Universidade se engaja mais decisivamente na luta pela inclusão e permanência de alunos portadores de deficiências.

As iniciativas partem de unidades diferenciadas, como o Centro de Estudos e Pesquisas em Reabilitação "Professor Dr. Gabriel Porto" (Cepre) e Serviço de Visão Subnormal, ambos da Faculdade de Ciências Médicas; Serviço de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, do Hospital de Clínicas; departamentos de Computação e Automação Industrial e de Engenharia Biomédica, os dois da Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação; coordenadorias do Curso de Pedagogia e Licenciatura, Grupo de Pesquisa, Pensamento e Linguagem, e Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino e Diversidade (Leped), da Faculdade de Educação.

Juntas, estas iniciativas valorizam a Unicamp no *ranking* das instituições de ensino superior brasileiras preocupadas em não apenas cumprir a atual legislação escolar, mas em efetivamente desempenhar uma ação de cidadania. Uma postura que ganha ainda mais importância tendo em vista a proximidade das inscrições para o vestibular 2002, daqui a algumas semanas. E uma atitude que, na verdade, está em consonância com um súbito aumento da demanda de vestibulandos portadores de necessidades especiais, verificado recentemente. Considerando-se a partir de 1994, quando a Comissão Permanente para o Vestibular da Unicamp (Comvest) passou a ter um controle mais detalhado sobre o assunto, a média de inscritos nessa categoria se manteve em nove por ano, até 1999. De repente, nos dois últimos vestibulares (2000 e 2001), o número simplesmente triplicou, com 18 inscritos em cada ano (veja quadro). Mesmo em 99, já se evidenciava o salto na procura, com 12 inscrições



Viviane, a jovem cega em seu quarto, e (no destaque) Clara, da FE: contra uma estatística das mais cruéis

de portadores de deficiências.

No entanto, a média de aprovados continua baixa, um pouco acima de três a cada vestibular. E a de matriculados, menor ainda: somente um. Com o agravante de casos como o registrado em 1997, quando uma garota cega, matriculada em Ciências Sociais, não continuou o curso por não ter obtido aproveitamento no primeiro semestre. "Eis uma estatística das mais cruéis", resume Clara Germana de Sá Gonçalves Nascimento, coordenadora de Pedagogia da FE.

"Por isso, nos sentimos confrontados com uma questão séria e desafiadora: criar condições para garantir o desenvolvimento acadêmico de alunos portadores de deficiências que já estão na Unicamp e de outros que virão, em número cada vez maior, segundo previsão que a Comvest nos apresentou", acrescenta.

Políticas institucionais — Clara e Regina Maria de Sousa, coordenadora do Grupo de Pesquisa, Pensamento e Linguagem, promoveram, na Unicamp, em 3 e 4 de maio, o debate *Estabelecimento de políticas institucionais para ingresso e permanência de pessoas com necessidades especiais*. O evento contou com a presença do reitor, Hermano Tavares;

do pró-reitor de Graduação, Angelo Cortelazzo; da assessora da Secretaria de Educação Especial do MEC, Marlene Gott, e de outros especialistas.

"Foram vários os objetivos. O ponto de partida foi possibilitar uma maior socialização das informações sobre as leis, portarias, recomendações e decretos governamentais relacionados com a acessibilidade de pessoas portadoras de necessidades especiais no ensino superior", diz Clara. "A partir daí, buscamos promover uma discussão crítica de tais documentos, das ações que têm sido realizadas pelas instituições de ensino e daquelas que ainda requerem ser consideradas". Lembrando que o debate atraiu representantes de outras universidades, ela complementa: "Tentamos ainda realizar um primeiro exercício, mais coletivizado, de elaboração de propostas e encaminhamentos de ações".

Em cumprimento à Lei de Diretrizes e Bases, a FE incluiu no seu projeto pedagógico componentes curriculares que capacitam professores de educação básica para a integração de alunos que necessitam de atenção especial. É, inclusive, a única faculdade pública do país a oferecer, gratuitamente, e dentro do curso de Pedagogia, oficinas semestrais de Libras (Língua Brasileira de Sinais). Oficinas ministradas por uma pedagoga surda. "Já formamos mais de 200 pessoas e, só no semestre passado, matricularam-se 96, o que nos obrigou a ampliar a oferta", orgulha-se Clara.

Ela ressalta como relevante o fato de essas disciplinas especiais serem abertas não só a professores da rede fundamental e alunos das licenciaturas, como a pais de pessoas surdas e até portadores de deficiência auditiva, notadamente da terceira idade, que passaram boa parte da vida limitados pelo não domínio de um código eficiente de comunicação.

O debate não demorou a render resultados práticos. "Ainda neste mês lançaremos uma campanha itinerante de conscientização da comunidade acadêmica", adianta Clara. Houve efeitos positivos inclusive para a capacitação educacional voltada para outros tipos de deficiências. "Fiz um pedido oficial à Pró-Reitoria de Graduação para a montagem de uma oficina Braille e já recebi o sinal verde; os equipamentos serão de uso comum de toda a Universidade", conta.

'Sem essa de super-herói'

Voltemos ao quarto de estudos de Viviane, a garota cega que está cursando Pedagogia na Unicamp. Em meio a equipamentos especiais, como máquina de escrever em Braille e computador interativo por estímulo vocal, há outros objetos, mais prosaicos, mas que para ela simbolizam conquistas tão importantes quanto entrar na universidade. Um teclado eletrônico que ela toca nos momentos de descontração. Fotos. Muitas. Nelas, vemos Viviane em várias fases de sua vida, praticando hipismo (a hipoterapia foi um tratamento importante para ela), natação (domina as quatro modalidades) e balé.

É nesse quarto repleto de singelos troféus que ela conta sua história: "Eu nasci prematura, com seis meses de gestação, e tive que ir pra incubadora. Foi quando, durante a fototerapia, houve um acidente que me causou a chamada retinoplasia da pré-maturidade". Os pais, relata, só conseguiram notar a cegueira quando ela tinha meio ano de idade. "A partir daí, recebi todo o apoio e estímulo imagináveis por parte deles. Com 1 ano e 9 meses entrei na Escola Pró-Visão. Mas acabei sendo alfabetizada, em Braille, na primeira série do Colégio Batista, em sala comum". Viviane também passou por processo de reabilitação no Cepre na adolescência, tendo recebido informações em recursos educacionais, orientação e mobilidade e terapia ocupacional.

Passar na Unicamp foi apenas um de seus feitos escolares. No mesmo ano, prestou para Psicologia na PUC de Campinas e também foi aprovada. Ainda em 2000, como treineira, havia sido aprovada em Tecnologia Sanitária. Uma escalada que anima a coordenadora de seu curso, Clara Germana, a considerá-la "um desafio que passou a enriquecer o nosso cotidiano".

Viviane não tem dúvidas de que "as universidades realmente precisam se mobilizar para garantir o acesso e a continuidade dos portadores de deficiências em seu meio, pois hoje vivemos sob o signo da inclusão social em todos os níveis e a tendência é isso se expandir cada vez mais". Mas nem por isso deixa o realismo de lado. "Ainda há muito preconceito. As pessoas ditas 'normais' tendem a nos ver de formas extremas: ou nos isolam ou nos tratam como super-heróis. Os dois ângulos são equivocados e não nos ajudam em nada", denuncia.

Enquanto fala, vai organizando o material para a volta às aulas. Com muita destreza. Tudo bem, nada de super-herói, como ela abomina. Apenas dignidade e beleza.

A INCLUSÃO ANO A ANO

Ano	Inscritos	Aprovados	Matriculados	Histórico
1997	10	3	3	Um dos matriculados (portadora de cegueira) não continuou o curso (Ciências Sociais), por não ter tido aproveitamento no 1º semestre.
1998	7	4	1	Três não convocados em razão do preenchimento das vagas antes de chegar nas classificações por eles obtidas.
1999	12	5	1	Quatro não convocados em razão do preenchimento das vagas antes de chegar nas classificações por eles obtidas.
2000	18	5	1	Dois estavam na 1ª lista de espera e não fizeram matrícula; os demais não foram convocados em razão do preenchimento das vagas antes de chegar nas classificações por eles obtidas.
2001	18	3	1	Um dos aprovados não compareceu para a matrícula em 1ª chamada e o outro ficou na lista de espera.

Fonte: Comissão Permanente para o Vestibular da Unicamp

ENSINO
ENSINO

O pioneirismo e excelência do Cepre

Unicamp tem no Centro de Estudos e Pesquisas em Reabilitação "Prof. Gabriel Porto" (Cepre) um dos maiores exemplos de acolhida aos portadores de necessidades especiais. Exemplar e pioneiro. "Temos estado tradicionalmente envolvidos com o ensino, pesquisa e assistência na área da deficiência visual (cegueira e baixa visão) e surdez", assinala a coordenadora, Cecília Guarnieri Batista. Só para se ter uma idéia da excelência das atividades do centro, o seu Programa de Apoio à Escolaridade para Surdos, criado há dez anos, ganhou, em 1999, o Prêmio Telecurso 2000, concedido conjuntamente por várias entidades, entre elas o Canal Futura de TV a Cabo, Fiesp, Fundação Roberto Marinho e Fundação de Amparo ao Trabalhador.

"A Comvest tem nos convidado, desde 1991, para assessorá-la no que tange aos alunos com deficiência visual", lembra Cecília. "A partir de 1995, passamos a oferecer a possibilidade de candidatos com baixa visão usarem o *Closed Circuit Television*, que permite a ampliação de um texto em até 60 vezes. Quando o candidato faz opção por esse equipamento, lhe é oferecido um período de treinamento, para familiarização".

O investimento mais recente se deu em 1997, quando o Cepre recebeu um novo prédio, com 27 salas totalmente adaptadas. Devido a suas características de acessibilidade, tem sido utilizado, desde 99, para o vestibular de candidatos com necessidades especiais e



Foto: Antoninho Perri

Equipamento oferecido a estudantes que possuem baixa visão: texto ampliado em até 60 vezes

mesmo para aqueles que estão temporariamente imobilizados ou em isolamento.

"Além disso, a comissão nos tem solicitado a indicação de intérpretes de Libras, quando há inscrição de candidatos surdos", acrescenta. O Cepre realiza há muitos anos cursos de Língua de Sinais, tanto para a comunidade interna como para a externa

(professores da rede de ensino, funcionários da área de saúde etc.).

A coordenadora salienta que, dentre as linhas de pesquisa do Cepre, destacam-se estudos e projetos relativos ao processo de inclusão/exclusão de alunos com deficiência visual ou surdez na escola regular, "tema candente, tendo em vista a atual legislação educacional".

Visão subnormal – Mais re-centemente, coube ao Serviço de Visão Subnormal reforçar a filosofia de inclusão que vem se consolidando na Unicamp. Em 23 de junho, a unidade promoveu o 8º Simpósio de Visão Subnormal – Diagnóstico, Tratamento e Reabilitação, destinado a orientar médicos oftalmologistas, reabilitadores (terapeutas oculopacionais, fisio-terapeutas etc.) e profissionais de educação no trabalho com portadores de deficiências visuais.

"O conceito atual em relação à conduta frente ao paciente com visão subnormal é que, paralelamente ao tratamento clínico ou cirúrgico, se realizem condutas óptica e reabilitacional", afirma a médica Keila Monteiro de Carvalho. Dentro desse conceito é importante a participação de profissionais em educação especial e reabilitadores que acompanhem o desenvolvimento dos pacientes. Aceitar e adaptar-se à visão subnormal não é coisa fácil para pessoas que sofrem o problema, em especial para aquelas que antes enxergavam.

A partir da constatação da perda visual, iniciam-se as ações de reabilitação. A primeira é ajudar o paciente a usar a visão residual, com auxílios óticos (lupas, telescópios, lentes de aumento) e não óticos (iluminação, postura etc.). A seguir, vem o treinamento para as atividades de vida diária, de orientação e mobilidade, inclusive a atuação sobre o meio familiar e social do indivíduo.

'Palma' para as boas idéias



Quevedo e Raimundo, da FEEC: exatas a serviço da inclusão

A "febre da inclusão" não poupa nem mesmo a área de exatas, incluindo cientistas que atuam com tecnologias de ponta, como a robótica. Ao mesmo tempo em que integra o pool de pesquisadores de instituições da América Latina e Península Ibérica que desenvolve um veículo autônomo com características dedicadas ao ensino de crianças com paralisia (inclusive cerebral), José Raimundo de Oliveira, chefe do Departamento de Computação e Automação Industrial da FEEC, é membro da comissão encarregada pela Pró-Reitoria de Extensão para o estabelecimento do Prêmio de Acessibilidade.

O projeto que Oliveira ajuda a aperfeiçoar é uma credencial perfeita para atuar nessa comissão. A denominação técnica de Plataforma de Apoio Lúdico à Mobilidade Alternativa foi pensada de modo a resultar, numa escolha feliz, na sigla Palma. Ou seja: uma saudação agradável-

mente jovial a um equipamento que, sob a carcaça de um colorido carrinho de brinquedo, desses a que nenhuma criança resiste ao desejo de pular a bordo, abriga, taticamente disfarçados, circuitos eletrônicos integrados em módulos bem reduzidos.

"O veículo tem cinco níveis de atuação. No primeiro, funciona sozinho, desviando-se de obstáculos, mediante sensores. Os outros níveis podem ser comandados pela criança usuária, de acordo com suas possibilidades e fases de familiarização com o sistema", explica o pesquisador. "Além de auxiliar na mobilidade do deficiente, o equipamento pode ser, em si, um vetor de inclusão da criança no ambiente escolar, pois, afinal, é um brinquedo, em que pese a sofisticação", defende. O projeto já passou por testes em Barcelona, que continuam em Lisboa. "Agora, precisamos de parceiros para a industrialização", torce o engenheiro.

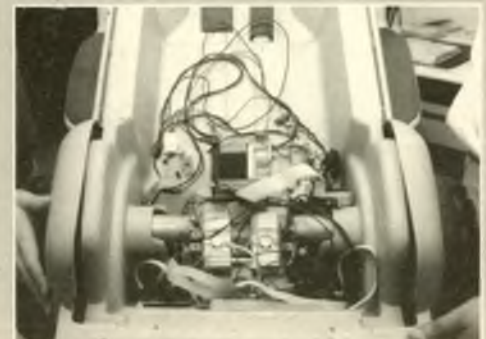
Prêmio de Acessibilidade – O Prêmio de Acessibilidade foi proposto durante o 2º Encontro de Comunicação e Mobilidade Alternativa/Aumentativa e visa contemplar projetos que apresentem idéias para tornar os campi da Unicamp acessíveis a todos, alunos, professores, funcionários e visitantes. Os dez trabalhos selecionados receberão uma bolsa de R\$ 500,00 mensais para desenvolvimento e o grande ganhador levará R\$ 5 mil. Os recursos são do Banco Real ABN Amro Bank e somam também as bolsas da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários. As inscrições foram fechadas no mês passado e os resultados serão conhecidos até o final do ano. Foram recebidas 18 propostas.

"Pensamos a Unicamp como o locus privilegiado para o desenvolvimento das idéias, por termos detectado necessidades específicas nos

campi; essa é uma 'faxina' que deve começar em casa", diz Oliveira. "O que mais nos gratifica é a constatação de que, mais do que a mera pretensão de bolar inventos geniais, a questão passou a fazer parte do cotidiano da comunidade universitária e até fora dela, como uma necessidade social", frisa Antonio Augusto Quevedo, professor do Departamento de Engenharia Biomédica da FEEC e membro da comissão.

O júri do prêmio contará com três usuários dos serviços propostos. "Queremos que as pessoas que eventualmente venham a se valer dos projetos avaliem sua funcionalidade", explica Afonso Celso von Zuben, do Serviço de Fisioterapia e Terapia Ocupacional do HC, outro membro da comissão. Também faz parte dela a professora Maria Teresa Eglér, da Educação.

Foto: Neldo Cantanti



A parte escondida do carro colorido: circuitos para ajudar a criança com paralisia

Colaborou CAIO TIDEI: ctidei@reitoria.unicamp.br

aldeiadomeco@uol.com.br

ALDEIA DO MECO
RESTAURANTE DANCE

Tel: (0xx19) 3258-4399

AV. ANTONIO C. C. BARROS, 1.310 - SOUSAS - CAMPINAS

Todas as
Quintas-Feiras
Show ao Vivo
com a **BANDA SALADA RUSSA**

aos **Sabados**
MAIOR AGITO DE
CAMPINAS E REGIÃO.

Todas as
Sextas
Sexta Maluca

aos **Domingos**
Pagode com o
Grupo Sem Tempo

CAVALOTTO
TUDO PARA A SEGURANÇA DO SEU VEÍCULO
PNEUS - FREIOS - MOLAS
AMORTECEDORES - ESCAPAMENTOS

ESCAPAMENTOS **IGE**
GALVANIZADOS A marca de quem exige qualidade

PNEUS Firestone
GOODYEAR e PIRELLI
TEMOS PNEUS PARA PICK-UPS E VANS.

Av. Eng. Antonio F.P. Souza, 1333 - saída p/ Valinhos - Campinas - SP

Fone/Fax:

3276-7000

ALINHAMENTO - BALANCEAMENTO
CAMBAGEM

AMORTECEDORES
c/ até **2** anos de GARANTIA

VOCÊ SABIA QUE O ÓLEO DO FREIO DEVE SER TROCADO A CADA 10.000 KM?

FAÇA UM CHECK-UP GRATIS

ENTREVISTA
ENTREVISTA

Os físicos e a Bíblia

Uma conversa sobre a origem do universo com o emérito Cesar Lattes, que considera Einstein um plagiador, e Marcos Danhoni, outro físico divergente que também ataca a dogmatização da ciência

TATIANA FÁVARO
tatianafavaro@bol.com.br

- No princípio, Deus criou os céus e a terra.
- Os céus e a terra, está bem? E depois criou as águas. Continue lendo...
- A terra era informe e vazia. As trevas cobriam o abismo e o espírito de Deus movia-se sobre a superfície das águas.
- Tinha o céu, a terra e as águas. Então, o que Ele disse?
- Deus disse: 'Faça-se a luz'.
- Ele estava no escuro...
- E a luz foi feita. Deus viu que a luz era boa e separou a luz das trevas. Deus chamou 'dia' a luz e às trevas, 'noite'. Assim surgiu a tarde e em seguida a manhã. Foi o primeiro dia.
- Está bom? Então você queria saber sobre a origem do Universo? Está aqui a origem do Universo. Você conhece, já ouviu falar desse livro?

Foi assim que começou o diálogo entre a repórter e o físico Cesar Lattes, professor emérito da Unicamp, na manhã de 19 de julho. O peso do livro do *Gênesis* foi maior que o dos livros todos reunidos na Bíblia pousada sobre o sofá, lida pela jornalista a pedido do cientista. Dia agradável, ensolarado, na casa simples e acolhedora do distrito de Barão Geraldo, em Campinas, onde se abriga a família de um maiores cientistas do mundo.

Em 1947 o professor descobriu o *méson-pi*, depois de expor chapas fotográficas muito sensíveis, conhecidas como emulsões nucleares, à altitude de 5,6 mil metros do Monte Chacaltaya, na Bolívia, onde a detecção dessas partículas seria presumivelmente mais favorável. "Mas mais emocionante foi detectar os *mésons* produzidos artificialmente, com Eugene Gardner, em Berkeley", relembra o mestre.

Aposentado desde 1986, Lattes diz aceitar a Bíblia como a origem da matéria. "Sou judeu, católico apostólico romano, stalinista, cristão, ortodoxo, animista e maometano", brinca, ao ser questionado sobre religião. Os óculos acima da testa, as pausas na fala e o cigarro sempre à mão – aos 77 anos fuma um maço e meio por dia, sempre com o cuidado de tirar o filtro –, dão ao cientista, que virou verbete da Enciclopédia Britânica, um ar compenetrado.

Bobagem, como diria ele. Lattes, apesar de ótimo observador, é uma criança. Brincalhão, irreverente, mostra as fotografias pregadas nas paredes de sua biblioteca maravilhado, como se também as visse primeira vez. "O patrão aqui sou eu. O manda-chuva é aquele com o cigarrinho na boca", diz, apontando para a fotografia do pai, Giuseppe, num pequeno quadro pendurado. "O patrono maior é esse aqui embaixo", acrescenta, indicando outra fotografia, a do físico dinamarquês Niels Bohr, prêmio Nobel em 1922 por apresentar a teoria sobre a estrutura atômica e espectros atômicos. "Ele (Bohr) foi um filósofo natural. E lá em cima está o maior do século, sabe quem é?", pergunta. "Ernst Rutherford", ensina, sobre o físico inglês que em 1911 revelava, por meio de sua experiência, a existência de um núcleo atômico. "Dois monstros. O Rutherford, mais pé no chão. O Bohr, um pouco visionário: fim da vida dele foi tentando convencer os norte-americanos a não fazerem a bomba atômica".

Curitiba, Cesar Lattes foi um dos criadores do

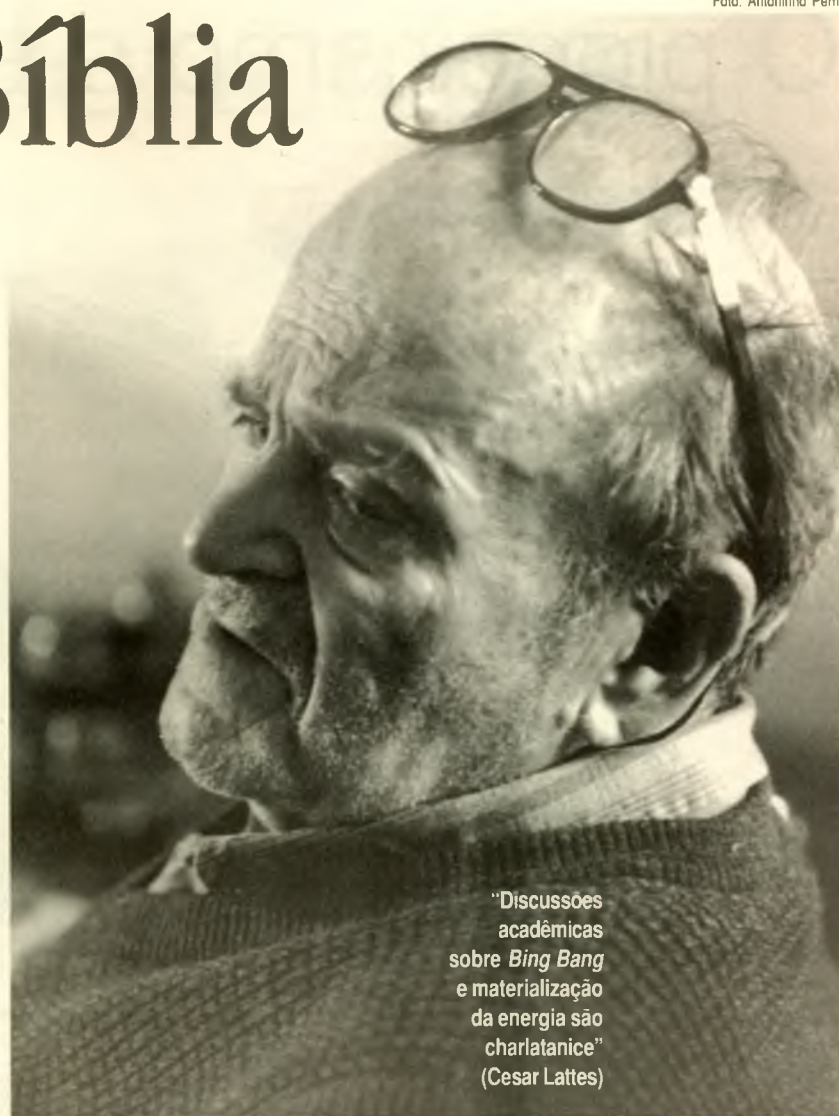
Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF) e tornou-se professor da Unicamp em 1967. Não vai mais à Universidade. "Às vezes ela vem a mim", afirma, desacreditado quanto aos moldes da educação atual. "Digo hoje para os estudantes de Física: assistam às aulas teóricas, mas façam a parte de laboratório e, se possível, construam sua aparelhagem". E para os físicos: "Ah, se eles são físicos mesmo, não tenho nada a dizer, eles sabem o que estão fazendo. Agora, para os que estão na pós-graduação, digo: não façam, porque ciência se aprende fazendo; não deixem que modelem sua cabeça".

Lattes é apenas bacharel. "Acho que, como bacharel, fiz bastante coisa". À sua frente, contudo, o professor Marcos Cesar Danhoni Neves, mestre em Física e doutor em Educação pela Unicamp, lamenta: "Não é mais possível deixar de se submeter a uma pós-graduação, porque infelizmente toda a estrutura está montada para te ver doutor". Danhoni, apesar de escolado, defende o pensamento intuitivo e prega a popularização da ciência por meio da literatura, temas de seu livro *Memórias do Invisível – Uma Reflexão Sobre a História no Ensino da Física e a Ética na Ciência*.

Danhoni esteve em Campinas para participar do 13º Congresso de Leitura do Brasil (Cole) e da 4ª Feira de Leitura, realizados na Unicamp. Aproveitou a passagem para enriquecer a conversa da manhã do dia 19. Abaixo, trechos do bate-papo do *Jornal da Unicamp* com Cesar Lattes e Marcos Danhoni Neves:

Jornal da Unicamp – O que o senhor acredita ser aceitável para explicar a origem do Universo.

Cesar Lattes – A realidade objetiva, a realidade no duro, é a resultante da superposição de todas as vontades: animais, vegetais, minerais e objetos manufaturados. Tudo tem alma. Até esse fósforo que acabei de acender. Vamos falar de Universo: cada ser é um Universo. Dizem que existem infinitos Universos. Eu não consigo conceber o conceito de infinito. Então, da origem de qual deles vamos falar? Das galáxias? Olha, eu acredito nesse livro aqui (*bate na capa da Bíblia*). Professo acreditar no que o cientista fala – porque é assim que ganho dinheiro como professor –, mas eu não acredito, acredito na Bíblia. As galáxias, dizem eles, está na moda, e o *Big Bang*, o traque enorme há 18 bilhões de anos, originou o Universo. Mas apareceu onde? No espaço e no tempo. Deus criou a matéria. Então, a origem do Universo, de acordo com os bobos dos astrônomos, foi há 18 bilhões de anos. Só que o Sol existe apenas há 5 bilhões de anos... Eles dizem também que o Universo está em expansão. É o que dizem.



"Discussões acadêmicas sobre *Bing Bang* e materialização da energia são charlatanice" (Cesar Lattes)

JU – E o senhor, o que diz?

Lattes – (Bate cinco, seis vezes sobre a Bíblia)

JU – Se a teoria do *Big Bang* ainda é aceita, não em sua essência, mas em algumas nuances, podemos questionar de onde veio a matéria antes da grande explosão...

Lattes – Deus criou. E eu não brigo com astrônomos por isso, porque eu não os levo a sério.

JU – Se formos falar nas teorias atuais...

Lattes – Quais? Temos a budista, a da Santa Igreja Católica e as que ensinam nas universidades ocidentais...

JU – Qual a avaliação que o senhor faz da discussão de teorias recentes sobre a origem do universo nas universidades?

Lattes – Charlatanice! Porque falam de coisas sobre as quais não se pode fazer experiência. O conhecimento vem da observação. E, mediante a observação, a gente faz medidas em geral para chegar às leis. O que se pratica nas universidades é muito limitado. Para se abrir a observação é preciso trabalhar.

JU – Quais as principais diferenças entre a Física de hoje e a praticada há 50 anos?

Lattes – Muito mais charlatanesca, porque o pessoal fica falando bobagens... *Big Bang*, materialização da energia... Energia não se materializa, energia é energia. Eu estou escrevendo um tratado, cujo título é "Tempo, Espaço, Matéria e Velocidade Limite", ou "Energia, Momento, Massa e Velocidade Limite". Você não pode materializar energia. Estudar a expansão do Universo é difícil. A gente pode tentar observar o Universo. Mas o estudo só é válido se houver observação. Só teoria é conversa. Tem expansão contínua, pré-expansão... Posso falar uma palavra chula? Teoria é masturbação. As mulheres não conseguem mais domar os homens e eles vão para os laboratórios e ficam se masturbando.

(Chega o professor Marcos Danhoni)

JU – Apesar de ser um físico da nova geração, a avaliação do professor Marcos também é crítica em relação ao que se ensina nas universidades...

Danhoni – Primeiro, apesar de eu ser físico, formado, graduado...

Lattes – Pós-graduado...

Danhoni – Pós-graduado na Unicamp, também tenho uma pós-graduação em Educação. Ou seja, tenho um pé nas ciências ditas exatas, que de exatas não têm nada, e um pé nas ciências humanas, o que já é considerado para a academia uma coisa complicada, apesar de se falar em interdisciplinaridade.

Lattes – Espera, espera! Você é órfão?

Danhoni – Não.

Lattes – Então, pós-graduação em Educação, não. Quem educou você foram seus pais. O que a pós ensina é bobagem. (Risos)

Danhoni – É. Digo que sou um contestador, educador, divulgador

ENTREVISTA
ENTREVISTA

da ciência. Porque quando se diz “você é físico”, parece que a gente tem de comungar da grande “igreja acadêmica”. Muitas teorias querem indexar o real à realidade objetiva e dizer que isso é a fotografia do real. É quando muitos deixam de fazer ciência para fazer sacerdócio. E nisso eu me aproximo do que o professor Lattes diz, que esse ensino visto hoje é muito dogmático. É uma educação que não estimula a criatividade, o pensamento divergente e não sabe trabalhar com esse tipo de atitude. Você é condicionado – e não educado – a ser um solucionador de problemas.

JU – Qual sua avaliação sobre o Big Bang?

Danhoni – É uma questão atual e complicada, porque uniu várias físicas, desde a cosmologia até a relatividade e criou uma estrutura que não pode ser testada. Tem sido um paradigma que está se tornando um dogma quase religioso da criação: “Existiu, há 15 ou 20 bilhões de anos, um momento onde só havia trevas e tudo virou luz...”.

Lattes – Isso é frescura do George Gamow (*físico norte-americano, 1904-1968, a quem se atribui a teoria do Big Bang*). O que possui o Gamow, além do Big Bang? A penetração das barreiras de potencial. Isso acontece em qualquer noite de núpcias. Esse é o George Gamow...

Danhoni – Ele ficou até chateado com Penzias e Wilson (*Arno Penzias e Robert Wilson*), que ganharam o Nobel (em 1978) pela descoberta da radiação fóssil, por não terem lembrado dele.

Lattes – Mas a radiação fóssil é uma descoberta experimental, não precisa se encaixar numa teoria...

Danhoni – Gamow, numa carta que enviou ao Penzias, fala: “Eu perdi uma moeda e vocês a encontraram”.

Lattes – Modesto...

Danhoni – Mas a história do Big Bang tem essa questão da bola de fogo, do Gamow, que ganhou força.

JU – *Lemaître* (Georges-Henri Lemaître, padre e cosmólogo belga, 1894-1966) foi o primeiro a propor um modelo específico para o Big Bang, a estudar modelos teóricos que deram origem à teoria de Gamow...

Lattes – Espera, vamos com calma. Lemaître escreveu “O átomo primitivo”. O abade era respeitável.

Danhoni – Tinha o Friedmann (*matemático e meteorologista russo Alexander Friedmann, 1888-1925, que descobriu soluções das equações da teoria da relatividade geral, a teoria da gravitação que suplantou a de Isaac Newton, 1643-1726*)...

Lattes – O Friedmann era bom também.

Danhoni – A história do Big Bang, de que foi Gamow quem propôs esse modelo, utilizando até os estudos do Friedmann e do Lemaître, é tida como oficial. Mas a predição da temperatura da radiação fóssil é uma coisa do final do século retrasado, de quando havia gente que acreditava em um modelo estático de Universo. Como o Guillaume (*C. Guillaume*), que ganhou o Nobel (em 1920).

Lattes – Você também está aderindo a essa história de predição? No meu tempo era previsão. Sabe por que eu não ganhei o prêmio Nobel? Em Chacaltaya, quando descobrimos o *méson-pi*, se publicou: Lattes, Occhialini (*Giuseppe Occhialini*) e Powell (*Cecil Powell, físico britânico que ganhou o Nobel em 1950 por fotografar os núcleos atômicos e pela descoberta do méson*). E o Powell, malandro, pegou o prêmio Nobel pra ele. Occhialini e eu entramos pelo cano. Ele era mais conhecido, tinha o trabalho da produção de pósitrons em 1933. Depois fui para a Universidade da Califórnia, onde foi inaugurado o sincrociclotron em 1946. Já era 1948 e estava produzindo *mésons* desde que entrou em funcionamento em 46, tinha energia mais que suficiente. Então, detectamos, Garden (*Eugene Garden*) e eu, o *méson* artificial, alimentando a presunção de retirar do empirismo todas as pesquisas que se relacionassem com a libertação da energia nuclear. Sabe por que não nos deram o Nobel? Garden estava com berliose, por ter trabalhado na bomba atômica durante a Guerra, e o berílio tira a elasticidade dos pulmões. Morreu pouco depois e não se dá o prêmio Nobel para morto. Me tungaram duas vezes.

JU – Professor Marcos, qual a teoria defende para a origem do Universo?

Danhoni – Não acredito num Universo que nasce. Acredito, diferentemente do professor Lattes,

num Universo infinito, que não tem origem, que sempre existiu.

Lattes – Concordo com você, mas não chamo de infinito, chamo de indefinido.

Danhoni – Pode ser. Minha idéia é quase uma idéia *Bruniana*.

Lattes – Sabe o que Giordano Bruno disse quando estava ardendo, morrendo queimado pela Inquisição (*acusado de conspiração contra a Igreja*)? “O Sol é uma estrela como as outras!”.

Danhoni – Giordano é mesmo um monstro universal, mas

Foto: Antoninho Perri



“Se você questiona a física do estado sólido, fica meio de lado, começa a incomodar,”

(Marcos Danhoni)

ainda pesa sobre ele essa censura. Ele falava em pluralidade dos mundos infinitos: que o Universo é infinito e Deus está em todas as coisas, portanto, em lugar algum. É um Universo aninimista. A estrela tem origem, desenvolvimento e morte. Ela vira uma fábrica atômica, produzindo elementos pesados como hélio, oxigênio, ferro e aí implode, explode e lança isso, que vai semear vida ou destruir vidas em outros sistemas. Assim talvez o Universo fosse contínuo, perpétuo dentro de sua infinidade. Agora, toda essa história do Big Bang explica a interpretação de uma coisa única: você tira o espectro de uma galáxia, o Universo está se expandindo e um dia ele esteve num ponto singular. E eu faço uma pergunta: todos nós sabemos que, pela Teoria da Relatividade, nada pode escapar de um buraco negro...

Lattes – Isso é uma bobagem. O buraco negro do Gamow (*risos*), uma bobagem, só tem o dele.

Danhoni – Mas a pergunta: se nada pode escapar de um buraco negro, como pôde o Universo nesse ponto singular se expandir? Ou seja, é uma coisa muito fantasiosa.

JU – Pois é. Mas permanece a dúvida: de onde teria vindo a matéria para explodir e originar o Universo, no caso do Big Bang? E que vale também para a teoria de um Universo infinito. De onde veio a matéria?

Danhoni – Eu acho que jamais conseguiremos uma resposta para isso. E isso dará emprego aos físicos (*risos*).

Lattes – Deus pode ter criado a matéria, pode até ter criado o espaço, mas o tempo, não. O tempo é uma variável termodinâmica, que cria a si mesmo, pelo fato de tender para a desordem. (*Pára, pensativo*). Mas ainda estou aprimorando isso no meu tratado. Fica para a próxima sessão. Vai haver próxima sessão?... Acho que ainda leva tempo.

JU – O senhor é um crítico ferrenho da Teoria da Relatividade e do próprio Einstein (Albert Einstein, físico alemão, 1878-1955).

Lattes – Coitadinho, a culpa não é sua, foi assim que te

ensinaram. Mas você sabe de quem é o princípio da relatividade?

Danhoni – Não nasce com o Poincaré (*Jules Henri Poincaré, físico, matemático e astrônomo francês, 1854-1912*)?

Lattes – Mesmo antes, mesmo o Galileu (*Galileu Galilei, físico, matemático, astrônomo, filósofo, literato italiano, 1564-1642*), o próprio Newton (*Isaac Newton, físico, matemático e astrônomo inglês, 1642-1727*) certamente falaram em relatividade. Mas quem anunciou corretamente e colocou em ordem foi o Poincaré, em 1900. Lá já aparece que o movimento retilíneo uniforme não pode ser detectado num laboratório. Admitindo como postulado (*algo que não pode ser demonstrado*) que o movimento retilíneo uniforme não altera os fenômenos de um laboratório fechado, e chamando a isso de princípio da relatividade – como eles falam –, mesmo que mais tarde viesse a ser provado o contrário pela experiência, Poincaré queria ver quais seriam as consequências lógicas. É assim que ele começa seu trabalho. Tudo o que Einstein diz, sobre dilatação do período dos relógios em movimento, variação da massa com a velocidade, isso é Lorentz (*Hendrik Antoon Lorentz, físico holandês, 1853-1928*). Einstein é uma bobagem. Eu não acredito na relatividade. Mas se ela fosse verdadeira, numa espaçonave que está em repouso em relação às galáxias ou em movimento retilíneo uniforme – o que não é possível porque o espaço está cheio de radiação –, você observaria os mesmos fenômenos, tanto num laboratório parado quanto num em movimento. O princípio do movimento retilíneo uniforme é do Poincaré. Einstein confundiu medida de grandeza física com grandeza física, que é uma coisa objetiva. O metro dele encolhe dependendo da velocidade. Depois, ele fez uma teoria da gravitação fajuta, que chamou de relatividade geral. Não tem relatividade geral. A teoria é furada. O movimento de aceleração é absoluto. Einstein é um palhaço, plagiador! Um século de tapeação e ninguém desmascarou.

Danhoni – É essa adesão ao modelo tido como real. Quem fez a fama do Einstein foi o Arthur Eddington (*astrônomo e físico inglês, 1882-1944*).

Lattes – Esse é um palhaço puro.

JU – O Eddington é o inglês...

Danhoni – O Eddington mandou uma equipe para o Brasil em 1919, em Sobral, e outra acompanhou na Guiné os melhores pontos para se observar um eclipse. É só durante um eclipse que você vê as estrelas de fundo e pode comparar se elas estão no mesmo ponto ou se a luz delas está defletida ou não. Só que ele pegou as chapas com desvio acima ou abaixo do previsto por Einstein e desconsiderou. Fez uma análise estatística de erros observacionais e experimentais e aquilo se encaixava dentro do previsto por Einstein. Isso fez a fama de Einstein.

JU – Como vocês avaliam a física no Brasil?

Danhoni – A ciência brasileira está muito condicionada pela Califórnia, que tem um indexador de revistas científicas, o ISI, “Institute for Scientific Information” (*Web of Cience*), um grande truste que indexa revistas do mundo inteiro – oito mil dentre cerca de 150 mil publicações, pouquíssimas no Brasil. E se você não publica nessas revistas, não faz ciência séria. A ciência séria, portanto, está atrelada à ciência que é feita no primeiro mundo.

JU – Danhoni, você é doutor em Educação e se mostra didático ao falar dos fenômenos astronômicos em “O Mago que veio do Céu”, um livro para crianças...

Danhoni – No livro de criança quero algo de ciência informal e tento recuperar o sistema referencial geocêntrico. Não por crença, mas porque é o que a gente vive inicialmente.

JU – O “Memórias do Invisível” enfoca um pouco dessa sua postura contra a doutrina educacional seguida atualmente...

Danhoni – O “Memórias...” tem vários livros dentro dele. É uma reunião de minha produção em 15 anos, sempre enfocando essa questão da não dogmatização da ciência, para estimular de alguma forma o pensamento divergente. Só que infelizmente a academia, no mundo, trata mal os divergentes, ela está interessada em comércio. E se você começa a questionar a física do estado sólido, a cromodinâmica quântica, fica meio de lado porque não vai produzir tecnologia. Você começa a incomodar.

JU – O que resta ser descoberto?

Danhoni – Tudo. E tudo o que for descoberto será reinterpretado no futuro.

Lattes – O que era aceito já não é mais.

Danhoni – A maioria das vezes a gente vê o que o nosso esquema teórico pede para a gente ver.

Lattes – Eu não vou nessa, não.

Reprodução



Revolução silenciosa

Programas de assistência à família estão mudando a lógica do sistema de saúde no Brasil, que privilegia a medicina curativa

JOSÉ PEDRO MARTINS

zepedro@correionet.com.br

Uma revolução silenciosa, em termos filosóficos e operacionais, vem sendo implantada na área de saúde no Brasil. São as mudanças de paradigma provocadas pelos conceitos que caracterizam a Atenção Básica à Saúde, um conjunto de medidas sustentado por dois vértices principais: o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (Pacs) e o Programa de Saúde da Família (PSF).

“A Atenção Básica à Saúde está mudando a lógica do sistema no País”, defende o médico Luiz Carlos Zeferino, diretor-executivo do Centro de Atenção Integral à Saúde da Mulher (Caism) da Unicamp. Zeferino é coordenador do grupo de trabalho montado na Faculdade de Ciências Médicas (FCM) para discutir e multiplicar os conceitos e técnicas associados à Atenção Básica.

O grupo de profissionais da Universidade, que recebe apoio integral da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários, vem tendo participação estratégica no Pólo de Capacitação, Formação e Educação Permanente em Saúde da Família da Região de Campinas. Fruto de uma parceria entre Ministério da Saúde, Secretaria de Estado e Secretarias Municipais de Saúde, além de cinco universidades, o Pólo já foi responsável pelo treinamento de 1.230 alunos, entre médicos e outros profissionais.

Os médicos da Unicamp estão se preparando, agora, para intensificar suas ações por meio da capacitação de nada menos que 1.800 profissionais da rede básica de Campinas. Com a qualificação dos agentes da cidade-sede da mais nova região metropolitana brasileira, a expectativa é de que esses conceitos sejam ainda mais disseminados na área de influência do Pólo de Capacitação.

Nova lógica – O diretor do Caism observa que o atual sistema de saúde privilegia o atendimento, por um médico especialista, quando a pessoa já está doente. “Pela lógica do sistema vigente, somente quando um idoso apresenta sintomas avançados de pressão alta ou de diabetes, por exemplo, é que o problema é detectado pelo médico que atende em determinado centro ou posto de saúde. Ou seja, já pode ser tarde demais”, alerta.

Já o sistema de Atenção Básica, fundado na atuação do agente comunitário e no médico de família, propicia a identificação de uma possível doença quando ela ainda está no começo, ou mesmo quando nem se manifestou. “A saúde é vista como a soma de vários ingredientes. Por isso, o modelo propicia a discussão de questões como o saneamento básico em um bairro enquanto fator de indução de doenças”, acrescenta a médica Ana Maria Franklin de Oliveira, assessora da FCM para o Programa de Saúde da Família.

Zeferino nota que a transição do sistema de atendimento tradicional para o de Atenção Básica à Saúde não vem sendo conduzida sem controvérsia. Pelo contrário, existem hábitos muito arraigados, derivados do modelo adotado nos últimos 40 anos no Brasil, que ainda geram fortes resistências entre profissionais do setor.



Profissional da Unicamp mede pressão de usuário em terminal de ônibus de Campinas: prevenir para depois não ter de curar



Ana Maria e Zeferino: médico deve conhecer como vivem os pacientes

Historicamente, o sistema privilegia a medicina intervencionista, curativa, com o poder nas mãos dos médicos especialistas. Este molde foi sendo estabelecido ao longo da existência dos antigos IAPs (Institutos de Aposentadoria e Pensões) e, no regime militar, do INPS, caracterizado por uma estrutura administrativa centralizada, “com decisões tomadas e praticadas de cima para baixo”, como lembra o diretor do Caism.

Mudanças nessa estrutura administrativa foram verificadas a partir do final dos anos 70, coincidindo com o início da chamada abertura política. A estrutura foi sendo aos poucos descentralizada e, principalmente nas grandes cidades, apareceram os primeiros centros e/ou postos de saúde para atuar junto a populações de determinados bairros.

Descentralização – Entretanto, salienta Luiz

Carlos Zeferino, a descentralização do atendimento continuou privilegiando a medicina curativa, feita pelo especialista, “que tem em média 15 minutos para atender uma pessoa e depois passa para a outra consulta”. Esse tipo de assistência, sustenta, não propicia a criação de vínculos entre médico e paciente. “O médico não conhece a real história de vida de quem é atendido, não sabe onde ele mora e em quais condições, o que pode ser fundamental para explicar uma doença”, acrescenta Ana Maria.

A “mudança de lógica” enfatizada pelos profissionais da Unicamp começou a ser verificada quando, a partir de meados da década de 80, se fortaleceu a vinculação entre saúde e as condições gerais de vida da população. Surgiram então as primeiras experiências dos agentes comunitários de saúde, pessoas em geral originárias das próprias comunidades e que passaram a receber capacitação para ações básicas na área.

“O agente comunitário é fundamental em um sistema de Atenção Básica, é o elo entre a comunidade e o médico”, sublinha Ana Maria. O primeiro estado brasileiro que assimilou oficialmente a atuação dos agentes comunitários como fundamentais foi o Ceará, entre o final dos anos 80 e primeira metade da década de 90. Depois, a atuação descentralizada, fundada na atuação conjunta e harmônica dos agentes comunitários, enfermeiros e clínicos gerais, foi sacramentada em termos nacionais com a criação, em 1998, do Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS) e Programa de Saúde da Família (PSF), sob coordenação do Ministério da Saúde.

SAÚDE
SAÚDE

Uma equipe atende até 4.500 pessoas

O sistema de Atenção Básica à Saúde segue uma estrutura totalmente descentralizada, a partir de uma equipe constituída por um médico de família, um enfermeiro, um auxiliar de enfermagem e, em média, cinco ou seis agentes comunitários de saúde. Cada equipe se responsabiliza pelo acompanhamento de aproximadamente 1.000 famílias, o que representa entre 2.400 e 4.500 pessoas.

Aqueles que serão acompanhados pela equipe inicialmente são cadastrados. A partir daí, ocorre um monitoramento permanente das condições de saúde dos integrantes do grupo. É onde se torna fundamental a atuação dos agentes comunitários, que são capacitados para detectar de forma precoce os sinais de alguma patologia. Exames permanentes também são realizados, com o mesmo objetivo. Quando alguém apresenta algum sintoma, é imediatamente encaminhado ao médico de família.

"No lugar de intervenções curativas quando o problema já pode ser grave, o modelo de Atenção Básica abre portas para ações como caminhadas com pessoas idosas, prevenindo a pressão alta. É uma outra concepção, que privilegia a qualidade de vida integral da pessoa", diz a médica Ana Maria Franklin de Oliveira.

A assessora da FCM lembra que o modelo de medicina familiar já vem sendo aplicado com sucesso, há anos, nos Estados Unidos, Canadá e países europeus. Nos EUA, o número de programas de residência médica na área de medicina da família aumentou de 164 em 1973 para 475 em 1998. No Canadá, onde esses programas de residência começaram na década de 1960, cerca de 50% dos médicos são clínicos gerais/médicos de família e 50%, especialistas. Na Espanha existem 6.000 residentes formando-se em medicina familiar e comunitária. Na Holanda, a atenção primária ocupa posição central no sistema de saúde: são 7 mil médicos de família, um terço de todo o corpo profissional do país.

Primeiros resultados – No Brasil, a Atenção Básica à Saúde fundamentada no Programa de Saúde da Família e no Programa de Agentes Comunitários da Saúde ainda é recente, se considerado o conjunto do país e a articulação entre as esferas federal, estadual e municipal. Entretanto, os primeiros resultados já são estimulantes para quem absorveu a nova forma de encarar a saúde.

A sensível diminuição dos custos praticados pelo sistema é uma das consequências, à medida que existe uma atenção prioritária à prevenção de doenças. Mas uma das grandes conquistas, na avaliação dos envolvidos, é o aumento acentuado da participação comunitária nos debates e na decisão sobre políticas globais de saúde, associadas a questões sociais, de saneamento básico, educação etc.

Atualmente o Programa de Saúde da Família envolve, em dimensão nacional, 11,7 mil equipes, abrangendo 3.200 municípios e 40 milhões de pessoas assistidas. A expectativa é a de que, até o final de 2002, o PSF envolva 20 mil equipes, cobrindo 4.000 cidades e contemplando 69 milhões de cidadãos.

Desafios do futuro – Os responsáveis na Unicamp pelo PSF admitem que persistem múltiplos desafios para o enraizamento dos novos paradigmas propostos pelo sistema de Atenção Básica à Saúde. "De forma geral os profissionais ainda são formados com base na especialização médica, para praticar uma medicina curativa", constata Luiz Carlos Zeferino.

Ampliar a capacitação dos profissionais, na linha dos novos conceitos, torna-se portanto uma estratégia fundamental, e é nesta área que a Unicamp pretende intensificar sua atuação. Além de se preparar para a capacitação dos 1.800 profissionais da rede básica de saúde de Campinas, o grupo de trabalho da FCM está propondo e articulando outras iniciativas, como a especialização multiprofissional em saúde da família e o curso de residência multiprofissional em saúde da família, de acordo com projeto que deve ser patrocinado pelo Ministério da Saúde e Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Curso vai capacitar hospitais no gerenciamento de equipamentos

Unicamp integra consórcio para treinar a distância 4.000 profissionais de 1.270 unidades do País

Capacitar perto de 4.000 profissionais de 1.270 hospitais brasileiros no gerenciamento de equipamentos médicos, com a utilização de múltiplos recursos de comunicação. Este é o objetivo do curso que um consórcio integrado por várias instituições vai ministrar nos próximos 15 meses, de acordo com projeto do Ministério da Saúde, estimulado pela Unesco e financiado pelo Banco Mundial.

O consórcio é formado pela Unicamp, Funcamp, Unifesp (Universidade Federal de São Paulo) e Lex Sistemas, uma empresa especializada em publicações e processos em informática. Este grupo foi o vencedor de concorrência internacional aberta para a implantação do curso a distância e que teve a participação de vários outros consórcios nacionais e estrangeiros.

"Será realmente um desafio, porque se trata de um curso a distância com estrutura descentralizada, o que é quase inédito no Brasil", afirma Saide Jorge Calil, professor que há anos integra o grupo de engenharia biomédica da Unicamp e que, juntamente com outros pesquisadores da Universidade, participará do desenvolvimento do projeto.

O curso visa a capacitação dos profissionais que lidam diretamente com o gerenciamento dos equipamentos hospitalares. Em 120 horas de aulas, serão ministradas noções gerais de funcionamento e manutenção dos equipamentos mais utilizados (bisturi elétrico, incubadoras, raio-x, tomografia computadorizada, carro de anestesia e outros), segurança hospitalar e até de procedimentos que devem ser seguidos para aquisição em condições adequadas de um aparelho. "Às vezes um hospital encaminha um equipamento para manutenção ou reparo e não sabe, depois, se o serviço foi bem feito ou não", observa Calil.

A capacitação dos profissionais, diz o especialista da Unicamp, é uma demanda gerada pelo programa do Ministério da Saúde que investiu cerca de US\$ 600 milhões para equipar hospi-



Calil e Marilda, da Unicamp: curso a distância quase inédito

tais de todo o Brasil nos últimos dois anos. Os recursos são originários do Banco Mundial.

Peculiaridade - Uma das características peculiares do curso à distância, que começa a ser implementado no segundo semestre, será de fato a sua estrutura descentralizada, como destaca Marilda Sólton Teixeira Bottesi, integrante do grupo que participa do consórcio e uma das responsáveis pelo curso técnico em equipamentos médico-hospitalares do Colégio Técnico Universitário (Cotuca) da Unicamp.

Para a garantia de melhores resultados no curso, explica Marilda, o território brasileiro foi dividido em seis macrorregiões. Em cada macrorregião haverá um grupo de tutores, encarregado de acompanhar as aulas que serão ministradas a distância, via Internet e com a utilização de outros recursos de mídia, como vídeos, cartilhas e apostilas. A coordenação geral ficará a cargo da Unicamp.

A primeira etapa do curso, de cerca de três meses, será reservada a uma radiografia dos hospitais atingidos e ao contato com os profissionais a quem as aulas serão destinadas. A expectativa é de que cada hospital indique três profissionais. As aulas serão oferecidas durante um período de nove meses. Outros três meses estão reservados à avaliação do curso.

Tira-dúvidas – Haverá uma central de atendimento para tirar dúvidas dos alunos, a qualquer momento. A central vai funcionar com um 0800 e também pela Internet. Dois softwares especiais estão sendo desenvolvidos para utilização durante o curso.

A Unicamp participa do consórcio interinstitucional com um currículo significativo em termos de gerenciamento de equipamentos médico-hospitalares. Há anos a Universidade mantém um dos únicos cursos de especialização no Brasil em engenharia clínica. (JPM)

Incubadora em unidade da Universidade: muitas vezes os hospitais desconhecem se a manutenção dos equipamentos foi feita corretamente



Foto: Antoninho Perri

SERVIÇO

Ensino a (pouca) distância

Unicamp constrói prédio para EAD e forma grupo de trabalho visando apoiar professores que queiram oferecer novos cursos não-presenciais

ROBERTO COSTA

rcosta@obelix.unicamp.br

Até o início do próximo ano a Unicamp inaugura um prédio exclusivo para a área de ensino a distância (EAD), anexo ao Centro de Computação. O embrião de uma provável Escola de Ensino a Distância da Universidade, por enquanto um sonho, é uma das iniciativas que visam incentivar o oferecimento de cursos não-presenciais. Diversos deles já estão sendo ministrados pelo campus, todos em caráter experimental, até que se tenha uma legislação própria.

A Coordenadoria Geral da Universidade (CGU) criou em dezembro passado um serviço de apoio a professores que queiram oferecer novos cursos de EAD usando recursos em rede (<http://www.ead.unicamp.br/>), com sede no Centro de Computação. Baseado na plataforma WebCT, uma das mais usadas em todo o mundo, a oferta tem sido progressiva. Em julho deste ano, os cursos já beiravam a 50, com 515 alunos inscritos.

Em abril de 1999, a Reitoria instituiu um Grupo de Trabalho em Educação a Distância (GT-EAD), considerando a necessidade de articular as iniciativas nas várias instâncias de deliberação e execução da Universidade. O grupo apresentou suas recomendações, indicando caminhos

a serem tomados. Criou-se em dezembro o segundo Grupo de Trabalho, com as funções de planejar, propor, coordenar e supervisionar as atividades de ensino a distância.

Esta equipe, lotada no Centro de Computação, vem se encarregando da divulgação de iniciativas de EAD para a comunidade acadêmica, instalação e administração do ambiente WebCT (cuja licença de uso ilimitado foi adquirida pela Unicamp), manutenção dos computadores e criação e atualização do site dedicado a ensino a distância (<http://www.ead.unicamp.br/>).

O mesmo grupo trabalha na organização de palestras, envolvendo experiências internas e externas à Universidade, que são transmitidas em vídeo pela Internet, em tempo real ou podendo ser assistidas posteriormente. Também é elaborado um boletim informativo quinzenal, distribuído para aproximadamente 2.500 assinantes.

Serviços – A equipe é multidisciplinar, com profissionais de computação e pedagogia. O analista de suporte Marcelo Araújo Franco desenvolve doutorado sobre ambientes informatizados para EAD na Faculdade de Educação (FE) da Unicamp. A analista de sistemas e pedagoga Edilene Ropoli é mestranda em educação e informática na FE. Eles têm o apoio de quatro estagiários e aguardam a contratação de quatro analistas e uma pedagoga. O grupo é responsável pelos treinamentos em WebCT. Neste ano foram oferecidos dois tutoriais e dois cursos; outros estão previstos para o segundo semestre. O curso de WebCT pode ser ministrado nas unidades do campus, desde que haja condição técnica para isso.



Marcelo Araújo (à direita) e equipe: indicando caminhos para a Unicamp e EAD.

Os serviços estão divididos em quatro áreas. Ambiente WebCT, que consiste na abertura de áreas para

dam a contratação de quatro analistas e uma pedagoga. O grupo é responsável pelos treinamentos em WebCT. Neste ano foram oferecidos dois tutoriais e dois cursos; outros estão previstos para o segundo semestre. O curso de WebCT pode ser ministrado nas unidades do campus, desde que haja condição técnica para isso. Os serviços estão divididos em quatro áreas. Ambiente WebCT, que consiste na abertura de áreas para cursos e suporte na utilização e hospedagem de material didático, é uma delas. Outra preocupação é a elaboração de projetos, desenvolvimento de material didático, sua adaptação para Web, uso de multimídia e produção de CD. Em videoconferência estão englobados o suporte no uso de conferência na Internet e a transmissão de palestras em vídeo. A criação de listas e websites para EAD é outra tarefa em andamento.

Engenharia Química avalia cursos que utilizam WebCT

Foto: Nélido Cantanti

A Faculdade de Engenharia Química (FEQ) já ministrou um curso experimental usando a estrutura do WebCT, na disciplina presencial "Fenômenos de Transporte I" (mecânica de fluidos), da professora Katia Tannous. A experiência estimulou a docente a oferecer novos cursos: neste segundo semestre acontece o de "Fundamentos e Aplicações de Fluidização", no doutorado da FEQ, e outro, "Tecnologia de Fluidização", pela Escola de Extensão da Unicamp, está em fase final de aprovação e deve começar em outubro.

"O mais importante da aplicação desse tipo de *software* é a possibilidade de atingir a todos que querem aprender, principalmente os que estão mais distantes e não dispõem de todo o seu tempo para estudos", afirma Kátia. Ela não se limitou a utilizar as ferramentas de ensino a distância. Ao final do curso aplicou um questionário que resultou em um trabalho apresentado no Cobenge 2001, onde constatou a aprovação dos alunos quanto à utilização da ferramenta e apresentação visual.

A realização de testes *on-line* foi considerada prioridade, enquanto se constatou que a maioria do grupo-alvo utilizou o WebCT através do Laboratório de Informática da FEQ. A falta de computadores em casa e conectados à Internet ficou evidente pela baixa frequência de uso, de uma a duas vezes por semana. Os alunos, no caso daqueles de período integral, acessaram o sistema à tarde, quando normalmente se encontram no campus.

A idéia de aplicar a ferramenta em outras disciplinas foi considerada boa, mas não em todas. Alguns comentários observados nos questionários são de que o *software* não substitui o professor, que o *chat* é válido somente em caso de longas distâncias e que a ferramenta foi bem utilizada como complemento ao curso.



Katia, da FEQ: atingindo a todos que querem aprender

Unicamp e USP unidas a distância

Foto: Antoninho Perri

Unicamp e USP uniram-se no ano passado para oferecer um curso de ensino a distância na área de biologia. Em caráter experimental, a disciplina de graduação "Bioquímica da Nutrição" foi cursada por 17 alunos da Unicamp e por 15 da USP. Desenvolvido sob orientação dos professores Bayardo Torres (IQ-USP) e Eduardo Galembeck (IB-Unicamp), o trabalho resultou numa dissertação de mestrado, "O ensino a distância aplicado a uma disciplina de Bioquímica - Bioquímica da Nutrição", defendida por Daniela Yokaichiya junto ao curso de pós-graduação em biologia funcional e molecular do IB.

A experiência, considerada positiva, vai ser repetida neste segundo semestre. O curso de bioquímica da nutrição será oferecido em duas versões, pela Escola de Extensão da Unicamp e como disciplina extra-curricular na graduação. Outro curso, Biologia Molecular para Ciências Exatas II, está aberto a alunos de graduação como parte de um programa de formação de recursos humanos em bioinformática, uma parceria entre o Instituto de Computação (IC) e o IB.

O curso de bioquímica da nutrição foi criado a partir de ferramentas disponíveis na Internet e em servidor do IB. Já a disciplina "Biologia Molecular" será oferecida aos interessados no



Eduardo, do IB: uma boa parceria com a USP

ambiente de EAD TelEduc, baseado no Nied.

As disciplinas a distância do IB fazem parte de um projeto de pesquisa. Segundo Eduardo Galembeck, os alunos avaliaram como positivos a interação tanto com os professores como com alunos de diferentes cursos e universidades, a flexibilidade de horários, a atualização e qualidade do conteúdo e seu registro para posterior consulta. O curso de Galembeck faz parte do material de análise de um pós-graduando do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL), orientado pela professora Denise Braga.

SERVIÇO
SERVIÇO

Foto: Antoninho Perri



Heloisa, do Nied: simplicidade de uso do programa é a virtude

TelEduc já foi 'baixado' por 380 instituições e empresas

O Núcleo de Informática Aplicada à Educação (Nied) da Unicamp tem tradição em pesquisas, trabalhos de apoio e treinamento na utilização de recursos de informática em escolas. Um de seus produtos, o TelEduc, que começou a ser desenvolvido em 1996 junto ao Instituto de Computação (IC), já está na terceira versão. Idealizado para criação, participação e administração de cursos na WEB, utiliza o sistema operacional Linux e trata-se de um software livre, cujo código fonte está disponível em <http://hera.nied.unicamp/teleduc>. Já foram feitos 380 downloads por universidades, escolas e empresas de todo o País.

"A simplicidade e facilidade de uso é sua grande virtude", avalia Heloisa Vieira da Rocha, coordenadora do projeto e professora do IC. Na coordenação do Nied desde o início de julho, Heloisa conta com o apoio de pesquisadores do núcleo e de pelo menos quatro estagiários de computação para o desenvolvimento do produto.

No final da primeira quinzena de junho, 22 cursos a distância estavam em andamento na plataforma do TelEduc, sendo 12 deles coordenados especificamente por professores da Unicamp. Desde que foi criado, o instrumento de EAD já possibilitou outros 25 cursos, fora os que se encontram em andamento. O servidor que hospeda o TelEduc, o Hera, tem espaço suficiente para hospedar novos cursos, bastando para isso que o interessado, professor da Universidade, solicite sua área de trabalho ao Nied. Para quem deseja fazer o download do produto, gratuitamente, e oferecer cursos a distância, basta possuir um PC Pentium II, 133 mhz, com 64 Mb de RAM e 4,5 Gb de disco rígido.

Apaes – No dia 13 de agosto o Nied e o Instituto de Artes, usando o TelEduc, passam a oferecer um curso a distância para o treinamento de 420 profissionais de Associações de Pais e Amigos de Excepcionais (Apaes). É um projeto conjunto com a Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação, que selecionou os participantes e ofereceu o suporte financeiro. O curso vai durar 15 semanas, com 120 horas. A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS) também está no programa. A PUC-SP é outra parceira da Unicamp em cursos do Nied. No ano passado, 120 pessoas foram contempladas com treinamento semelhante.

Além de proporcionar a estrutura física para novos cursos, o ambiente computacional TelEduc tem servido de base no desenvolvimento de diversas dissertações de mestrado e teses de doutoramento. No momento, três dissertações e cinco doutorados estudam diferentes aspectos da plataforma de ensino a distância e implementam ferramentas inovadoras. O retorno dos usuários também tem proporcionado constantes aperfeiçoamentos do programa.

A Universidade vai até as pessoas

Foto: Antoninho Perri



Galembeck: "Há muita gente talentosa que quer estudar"

As iniciativas da Unicamp em educação a distância têm total apoio da Reitoria, através da Coordenadoria Geral da Universidade. O professor Fernando Galembeck, coordenador geral, comenta na entrevista abaixo as propostas para utilizar os recursos de informática em benefício das pessoas que não têm acesso à universidade.

Jornal da Unicamp – Uma das propostas do primeiro Grupo de Trabalho em EAD era a criação de uma Escola de Ensino a Distância na Unicamp. A concretização dessa idéia é possível?

Fernando Galembeck – É possível e poderá vir a existir desde que seja aprovada pelo Conselho Universitário (Consu). Entretanto, o essencial para que a Unicamp venha a praticar a educação a distância é que as Comissões Centrais de Graduação e Pós-Graduação (CCG e CCPG) adotem essa idéia. A Escola de Extensão já está empenhada em adotar práticas de educação a distância.

P – Como regulamentar os cursos em EAD de forma que eles façam parte do currículo dos cursos e não sejam oferecidos como experimentais, a exemplo do que ocorre no momento?

R – As experiências atuais são importantíssimas para alicerçar quaisquer regulamentos que venham a ser elaborados. Usando a experiência adquirida aqui mesmo e também a experiência de outras universidades, poderemos elaborar bons regulamentos que ofereçam a professores e alunos todo o amparo legal. Dentro da Unicamp, quem tem competência para propor estes regulamentos são as comissões centrais, CCG e CCPG.

P – Como a Unicamp pretende agilizar o uso do prédio para EAD ao lado do Centro de Computação?

R – O prédio vai permitir uma expansão de atividades que hoje estão sendo executadas em áreas emprestadas e apertadas. Haverá mais espaço para a execução de todo o trabalho de apoio aos professores, bolsistas e monitores, na preparação de material para cursos a distância.

P – Se criada, a Escola de Ensino a Distância oferecerá cursos pagos ou eles seriam mantidos gratuitos?

R – Todos os cursos de graduação e de pós-graduação *strictu-sensu*, isto é, os cursos regulares da Unicamp, são gratuitos e deverão continuar a sê-lo, por força da Constituição da República. Os cursos de extensão ou de educação continuada poderão ser pagos ou não, da mesma forma que ocorre hoje com os cursos de extensão presenciais.

P – Cursos oficiais a distância significam novas cargas horárias. A Universidade aproveitaria seus próprios professores ou contrataria novos para EAD? Como obter recursos para isso?

R – O principal recurso humano da universidade é o seu corpo docente, e é com seus professores que a Unicamp conta para fazer educação a distância. Quanto a recursos adicionais, lembro que o Cruesp teve um importante sucesso recentemente, progredindo rumo à obtenção de mais recursos do Estado de São Paulo para a ampliação das atividades de ensino

público e gratuito que as universidades públicas estaduais já desempenham. No caso da extensão, não há dificuldades em obter recursos visto que os cursos podem ser pagos.

P – Serão oferecidos incentivos para os professores que quiserem trabalhar com EAD, tanto financeiros como de reconhecimento pela Universidade?

R – Um conjunto de propostas de incentivos será entregue ao Reitor proximamente, pelo grupo de trabalho de educação a distância. Pessoalmente, sou a favor da existência desses incentivos, porque acredito muito na educação a distância para que a Unicamp cumpra, cada vez mais, o seu papel formador de gente qualificada.

P – A Unicamp pretende aumentar o número de vagas na graduação e na pós com o uso de EAD?

R – A Unicamp está aumentando os números de vagas, mesmo sem EAD. Com EAD esse aumento será acelerado.

P – Estão sendo oferecidos os primeiros cursos de extensão a distância na Unicamp. A Universidade pretende oferecer cursos de graduação e pós-graduação a distância?

R – Não creio que venhamos a ter cursos inteiros de graduação e de pós-graduação a distância, a curto prazo. Entretanto, o atual ritmo de aumento da oferta de disciplinas a distância está se acelerando, e isso nos colocará em posição de oferecermos cursos com muitas atividades feitas a distância. Isso nos permitirá oferecer cursos a pessoas que não têm a possibilidade de morar em Campinas, nem de frequentar a Unicamp regularmente. Há muita gente talentosa que não teve e não tem a oportunidade de vir estudar na Universidade. A educação a distância já permite que a Unicamp vá até essas pessoas.

Contato

cgu@reitoria.unicamp.br

AGRICULTURA
AGRICULTURA

Olhar espectral

Nova tecnologia de imagens aéreas digitais permite prever safras e planejar produção

CARLOS TIDEI

ctidei@reitoria.unicamp.br

A mais moderna tecnologia de captação de imagens aéreas de culturas agrícolas já está disponível aos agricultores brasileiros, graças a uma técnica desenvolvida pelo Grupo de Estudos em Geoprocessamento, da Faculdade de Engenharia Agrícola (Feagri) da Unicamp. O novo equipamento fornece informações fundamentais para previsão e planejamento da safra agrícola, revelando, por exemplo, o estágio de desenvolvimento das plantações em determinadas áreas e incidência de pragas ou doenças, entre outras características.

Segundo Jansle Vieira Rocha, professor da Feagri, o trabalho é acessível aos pequenos agricultores, que podem se cotizar em cooperativas e dividir as despesas com vôo e processamento das imagens, obtendo informações de todas as áreas plantadas. O aluguel de um pequeno avião para captar imagens durante uma hora, tempo suficiente para filmar uma extensa área, fica em torno de R\$ 300,00.

A coleta de informações sobre as condições das culturas agrícolas utilizando a nova técnica representa um grande avanço científico diante dos métodos tradicionais, tanto pela redução da margem de erro e de tempo de pesquisa, como pela maior gama de informações obtidas. O projeto de pesquisa foi financiado pela Fapesp, ao custo de R\$ 80 mil, e utiliza imagens aéreas coletadas por videografia multiespectral (a bordo de aviões e helicópteros) para auxiliar o processo de estimativa de safras. A técnica consiste em capturar imagens digitais de áreas plantadas, na faixa do espectro do infravermelho, e gerar mapas de variabilidade espacial da cultura.

Uma mesma imagem capturada pelo equipamento (uma pequena câmera de vídeo, semelhante às utilizadas para vídeos caseiros, que registra imagens em menos quadros por segundo) fornece quatro bandas espectrais distintas das plantações: azul, verde, vermelho e infravermelho. A radiação do sol refletida nas plantas revela, no infravermelho, propriedades da cultura que o olho humano não enxerga. Pela análise das diferenças das cores apresentadas, obtida por meio de processamento digital, é possível apontar, por exemplo, áreas onde é necessário reforço de adubação, irrigação, combate a pragas e até planejar a colheita em uma sequência que priorize faixas onde a cultura está mais desenvolvida.

Segunda Guerra – A técnica não é recente: foi bastante utilizada durante a Segunda Guerra para



Jansle Rocha, da Feagri: tecnologia acessível ao pequeno agricultor

detectar tropas e tanques camuflados na vegetação. A novidade é o aperfeiçoamento da tecnologia, com maior definição das imagens e pesquisas que podem estabelecer padrões dos diferentes comportamentos espectrais de culturas agrícolas. “Mais avançada que esta tecnologia é a imagem hiperespectral, desenvolvida e estudada por meio de sensores em aviões da Nasa (agência espacial norte-americana), mas que já está sendo disponibilizada em sensores a bordo de satélites. Os sensores hiperespectrais deverão fornecer mais detalhamento do comportamento espectral dos diversos alvos na superfície terrestre, facilitando a sua diferenciação e mapeamento”, esclarece Rocha.

Estão envolvidos no projeto três docentes e 10 alunos de graduação e pós-graduação da Feagri, todos em áreas específicas de pesquisas, tais como meteorologia, biomassa, análise de solo e trabalho de campo, entre outras. “A partir das imagens captadas e coleta de dados no campo estudamos os diversos padrões das culturas e sua correlação com a produção de biomassa e produtividade”, detalha. Os estudos poderão abranger outras culturas, em parceria com produtores ou cooperativas.

Como as imagens são digitais e de alta definição, trabalha-se com a câmera conectada diretamente ao computador, onde um programa as registra e as trata. Pequenas diferenciações no interior das plantações podem ser ampliadas para análises mais detalhadas. “Com o tratamento digital podemos realçar mais ainda os detalhes de determinadas ocorrências. O infravermelho revela a estrutura celular interna das plantas e as deficiências causadas por pragas, doenças, seca etc. Por exemplo, se a plantação for alterada em sua forma somente pelo vento (acamamento), haverá uma pequena diferença de luminosidade; mas se o problema for de ordem orgânica, a alteração da resposta da planta à radiação solar fica mais evidente nas imagens”, explica o pesquisador.

Foto: Antoninho Perri

Tecnologia promissora
para a cultura de cana

A aplicação da nova tecnologia de sensoriamento remoto, orbital ou não orbital, tem se revelado particularmente promissora no setor sucro-alcooleiro, tanto por ser uma cultura dinâmica, de ciclo anual, que abrange grandes áreas, como por possuir um complexo esquema de planejamento, gerenciamento e logística, além de alta tecnologia agroindustrial.

Informações mais precisas e com antecedência em relação à época da safra são essenciais para o planejamento do transporte, processamento e armazenamento da produção, bem como para a tomada de decisões relacionadas à sua comercialização, fatores importantes para o planejamento estratégico do setor. A crise energética tem chamado a atenção de volta à cultura de cana-de-açúcar, dado o seu potencial de produção de biomassa que pode ser aproveitada para a geração de energia.

O processo tem sido utilizado com grande sucesso em plantações de cana no interior paulista. Em um trabalho realizado junto com a Usina São João Açúcar e Alcool, em Araras, este método possibilitou uma melhora de até 12% nos valores estimados de produção. A usina fecha contratos antecipados, em até oito meses, para venda do produto, e necessita de uma avaliação dos resultados da colheita antecipadamente.

Não é possível, por exemplo, retardar a colheita de cana devido à perda de teor de açúcar. Mas em alguns casos é possível antecipar a colheita com aplicação de maturador. A previsão do volume proporciona a redução de custos de armazenagem, e a avaliação dos danos causados por intempéries ou queimadas acidentais também pode ser mais precisa.

Métodos tradicionais de coleta de informações sobre produção agrícola do setor sucro-alcooleiro, como levantamentos e observações de campo, consomem muito tempo e estão sujeitos a imprecisões que comprometem as estimativas do volume dos produtos finais (álcool e açúcar), o que influencia diretamente na composição de preços e no fechamento de contratos de fornecimento das empresas ligadas ao setor.

O sensoriamento remoto proporciona uma visão sinótica da superfície, permitindo a análise e o mapeamento da distribuição espacial das áreas plantadas. Com esses mapas é possível detectar regiões com maior ou menor produção de biomassa dentro das áreas de plantio, auxiliando os técnicos encarregados a estimar a produção das usinas, direcionando suas observações de campo.

Serviço pode ser usado
em mapeamento de mata

A tecnologia multiespectral pode ser aplicada em qualquer cultura agrícola e também no estudo de florestas. A fundação para preservação da Mata Santa Genebra, em Campinas, estuda contratar os serviços de mapeamento das clareiras existentes na área, que não são detectadas pelas imagens do Landsat (satélite de prospecção espacial). O satélite Landsat 7 fornece imagens com resolução de 30m X 30m para cada ponto (pixel), enquanto a imagem multiespectral obtida por videografia digital pode fornecer pontos de até 10cm X 10cm. A resolução espacial é reduzida ou ampliada de acordo com a altitude dos aviões ou helicópteros, pelo controle da distância de captação das imagens, o que não é possível com satélites.

Pelas imagens obtidas é fácil identificar as áreas onde há cana, pasto, frutas, grãos, florestas, eucalipto, cursos de água, terra nua etc. Difícil é distinguir culturas muito semelhantes, tais como soja e feijão. “Nesses casos, somente trabalhando com dados multitemporais, ou seja, com imagens captadas em épocas diferentes, acompanhando o desenvolvimento da planta ao longo do tempo”, esclarece Rocha. “Ou através de imagem hiperespectral, ainda pouco disponível, o que ocorrerá em breve. Aí reside a importância da pesquisa. Estamos realizando um trabalho de vanguarda na área, que futuramente terá aplicações mais eficientes”, acrescenta Rubens Augusto Camargo Lamparelli, pesquisador do Centro de Ensino e Pesquisas em Agricultura (Cepagri), que integra o Grupo de Geoprocessamento.

Com base nos mapas fornecidos pelos pesquisadores, acompanhados de um relatório simplificado do comportamento das áreas filmadas, o agricultor pode planejar melhor sua produção. “O produtor, mesmo sendo leigo na tecnologia, conhece muito bem sua propriedade e identifica as ocorrências nas imagens”, afirma Lamparelli. Existem apenas quatro câmeras semelhantes no Brasil, todas em órgãos de pesquisa e universidades. Por uma questão de custo e também por falta de conhecimento, a tecnologia ainda é pouco utilizada por pequenos produtores.

Contato

Jansle Vieira Rocha – jansle@agr.unicamp.br
Rubens Lamparelli – rubens@cpa.unicamp.br
Grupo de Estudos em Geoprocessamento -
(19) 3788-1060



HISTÓRIA
HISTORIA

Festa ou insurreição?

Historiadora faz marxistas torcerem o nariz ao falar sobre a Comuna de Paris

CARLOS LEMES PEREIRA

calberto@reitoria.unicamp.br

Depois que Ernest Hemingway sentenciou que “Paris é uma festa”, a modernidade parece ter se conformado de que tudo já estava dito sobre a chamada Cidade-Luz. Mas, será que a síntese do genial e beerrão escritor norte-americano acabaria por condenar a essa dimensão lúdica até os episódios mais graves que crivaram a história da “capital dos vanguardismos”? Teria, hoje, se degenerado em mera “festa” inclusive a memória da Comuna de Paris, que diversas correntes de esquerda ainda consideram uma das mais originais experiências da luta operária no mundo? Pois, passados 130 anos daquela insurreição relâmpago (resistiu apenas 72 dias, entre 18 de março e 28 de maio de 1871), foi exatamente essa conotação que ecoou no auditório do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp, pela voz da historiadora francesa Danielle Tartakowsky.

Pesquisadora da Universidade de Sorbonne e especialista em manifestações das ruas parisienses, ela abriu, com a conferência *A Historiografia da Comuna de Paris*, o evento internacional *130 anos da Comuna de Paris (1871-2001)*, promovido pelo Centro de Estudos Marxistas (Cemarx), do IFCH, em parceria com a Coordenadoria de Desenvolvimento Cultural/Preac-Unicamp, Secretaria de Cultura de Campinas e outras entidades.

Costuma-se classificar a Comuna de Paris como a primeira insurreição comunista do mundo, que teria sido inspirada diretamente pela Associação Internacional de Trabalhadores. Ou a 1ª Internacional, criada por Karl Marx e Michael Bakunin. Isso, em 1864, quando ainda era possível a parceria entre o pensador alemão que passou à história como o “pai do socialismo científico” e o russo invocado que defendeu até a morte o “socialismo libertário”.

Numa brecha na desorganização sócio-política que dominou a França depois de sua derrota para a Prússia, socialistas franceses e revolucionários de muitos outros naipes deflagraram uma explosiva revolta, com adesão das camadas populares parisienses, objetivando tomar o poder na capital e torná-la o epicentro de uma sociedade igualitária. No entanto, o sonho acabou destrocado violentamente pelo Exército de Versalles, com o consentimento da Prússia, cujas forças ainda ocupavam a França.

Declínio das idéias — Em sua exposição, porém, a professora da Sorbonne começou ressaltando: “Os novos estudos consagrados sobre a Comuna, dos quais falei, não são mais condicionados pela urgência política; eles detêm raízes nas questões médias da historiografia francesa, que eu poderia caracterizar, muito rapidamente, por aquilo que chamo de ‘declínio da história das idéias’”. E continua: “É possível que fosse preciso que a memória viva se apagasse para que surgisse uma historiografia. Portanto, trata-se de uma verdadeira reviravolta historiográfica”.

Os “estudos consagrados” a que a pesquisadora se refere são de autores que, numa medida ou noutra, emanaram posições revisionistas acerca da Comuna. Principalmente Jacques Rougerie (*Procès des Communards - Paris*, Editora Giliard, 1964), R. V. Gould (*Insurgent identities: class, community and protest in Paris from 1848 to the Commune*, Editora Chicago-University Press, 1995) e Robert Tombs (*Le communux dans la ville: des analyses récentes à l'étranger*, Revista *Le Mouvement Social* nº 179, 1997).

Com base nesses textos e em suas próprias pesquisas, Danielle mostrou-se partidária da visão da Comuna muito mais como “uma tentativa do povo de Paris de retomar uma cidade”. Povo que tinha sido “alijado” pelas grandes obras de Georges-Eugène Haussmann, o administrador nomeado prefeito por Napoleão III e que remodelou a capital, ao longo de 17 anos, com a colaboração dos melhores arquitetos e engenheiros franceses. Daí nasceram, por exemplo, os *boulevards*. Belas avenidas, que hoje constituem uma das maiores atrações turísticas da cidade. Mas largas o suficiente para dificultar a montagem das barricadas dos “anos insurgentes”.

“Houve segregação social em virtude das reformas urbanas, de modo que a Comuna representava uma reconquista da cidade. E, a partir daí, se desenvolve o tema da revolução popular como *festa*”, disse a especialista francesa, realçando a palavri-



Reprodução

Cartaz exibido no evento internacional “130 anos da Comuna de Paris”, no auditório do IFCH da Unicamp: uma original experiência de luta operária ou apenas um episódio lúdico?

nha que teve o poder de provocar visíveis torções de nariz entre os marxistas da platéia.

Elevando a temperatura da polêmica, ela lembrou a conclusão de Rougerie, de que a Comuna se inscreveria mais como “a última das insurreições do século 19”, sendo, portanto, “um crepúsculo e não uma aurora”. A Paris de 1871 que Danielle revisitou seria “um lugar de socialização específica e politização precoce. E que esteve na origem de uma verdadeira ética popular, uma moral do trabalho, para a qual o adversário é quem vivia do ócio, muito mais do que o capitalista”.

Era dos genocídios — A pesquisadora acredita que toda a historiografia pós-Rougerie mostraria que a Comuna desempenhou um papel decisivo muito mais na construção republicana na França do que na construção socialista. O próprio autor, segundo ela, “descreve que a Comuna se quer inseparavelmente democrática, social e republicana. A grande maioria dos *communards* esperava a República, não apenas porque a forma republicana antecedia uma democracia social, mas porque, para eles, a República era consubstancialmente democrática e social”.

Para reforçar, ela citou o trabalho recente de um aluno seu, baseado nos arquivos do Banco da França: “Há o dia-a-dia das negociações entre os delegados da Comuna e os representantes do Banco da França, e se vê que são negociações afinal amigáveis, de uma parte e de outra. Os *communards* obtêm aquilo que pedem e não pedem mais”. Uma atitude que demonstraria o “apego à república social”, pois “utilizar os meios do Banco da França seria impedir o pagamento da indenização de guerra a Bismarck e, portanto, apunhalar a República”.

Tombs, segundo ela, aprofunda a concepção de que “a violência republicana do Exército de Versalles exorcizou a violência revolucionária”. Assim, a Semana Sangrenta — como passou à história o período da última e inglória resistência dos *communards* — teria sido o “Massacre Inaugural”, necessário para a consolidação do

regime republicano na França. “O efeito perverso da Comuna teria sido permitir a naturalização da república conservadora, à medida que os republicanos de Versalles mostraram-se capazes de colocar fim a revoltas populares, tais como as que se sucederam ao longo do século 19”, declarou Danielle. Ainda citando Tombs, ela frisou: “Estamos diante da primeira barbárie moderna. Fim das revoluções do século 19, mas o primeiro sinal da era moderna dos genocídios”.

“O massacre da Comuna dá credibilidade aos republicanos diante dos olhos dos conservadores. Isso tem efeito sobre a esquerda revolucionária. A esquerda não só é dizimada pelas mortes, deportações e exílios, como passa por uma transformação irreversível. A partir desse momento, na França, a insurreição se torna um fantasma. Uma lenda heróica e, portanto, um possível momento de comemoração, mas deixa de ser um método político”, conclui a historiadora.

Veja artigo nas páginas 18 e 19

PEREGRINOS DA COMUNA

O levante de Paris, porém, mereceu outros enfoques ao longo das mesas-redondas, coordenadas por pesquisadores brasileiros e franceses (caso de Claude Willard, historiador e presidente da associação Les Amis de la Commune). Um exemplo está no artigo de Armando Boito Jr., professor de Ciência Política do IFCH e presidente do Cemarx, que o *Jornal da Unicamp* publica nas páginas 18 e 19.

E, no esforço de resgatar a atualidade da Comuna, o Cemarx estará estendendo as comemorações para os próximos meses. Enquanto conclui uma coletânea de artigos dos especialistas que participaram do evento na Unicamp, a entidade planeja um seminário e mostra iconográfica na Faculdade Estadual de Passos (MG), para a última semana de agosto. E, em 29 de setembro, tendo novamente a Unicamp como palco, pretende reunir 900 professores da rede estadual de ensino no Centro de Convenções, para nova rodada de debates sobre as barricadas dos *communards*.

ARTIGO
ARTIGO

A Comuna dos Trabalhadores

A primeira experiência de um governo operário, uma 'revolução-aurora'

ARMANDO BOITO JR.

boito@uol.com.br

A Comuna de Paris de 1871 foi o poder revolucionário que governou aquela cidade durante o curto período de 18 de março a 28 de maio. Apesar de ter durado apenas 72 dias, a Comuna é um episódio muito importante e discutido. No simpósio que o Cemarx (Centro de Estudos Marxistas do IFCH), e a CDC (Coordenadoria de Desenvolvimento Cultural) realizaram em maio, em comemoração aos 130 anos da Comuna, diversos aspectos relativos ao episódio e às suas consequências foram discutidos. Um tema, contudo, interessou sobremaneira os participantes. Refiro-me à discussão mais geral sobre a natureza da Comuna, discussão que é, ao mesmo tempo, teórica, historiográfica e política.

Eco do século 18 ou prenúncio do século 20?

A tradição socialista apresentou a Comuna de Paris como o primeiro governo operário da História. Essa caracterização fora feita pelo próprio Karl Marx no calor dos acontecimentos, em textos reunidos posteriormente num livro que se tornou célebre, intitulado *A Guerra Civil na França*. Marx era teórico e dirigente da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), cuja seção francesa teve papel destacado na revolução e no governo da Comuna. Não se pode ignorar o fato de que a caracterização da Comuna como um governo operário tem consequências políticas. Nas ciências humanas, é possível ser objetivo, mas não é possível ser neutro. As consequências da tese de Marx são claras. Se a Comuna foi o primeiro governo operário, isso pode significar que, no final do século 19, a classe operária seria uma "classe social ascendente", teria demonstrado ter condições de elaborar um programa político próprio, organizar-se em torno dele, e assumir o governo da "capital do mundo". É compreensível que essa análise viesse a receber boa acolhida no movimento socialista.

Deixando de lado a literatura panfletária, podemos dizer que só um século depois, na década de 1960, começou a se desenvolver uma outra caracterização da Comuna. O historiador francês Jacques Roguerie, pesquisando os processos movidos pelas forças vitoriosas contra os *communards* sobreviventes, passou a sustentar a tese de que a revolução e o governo da Comuna teriam sido o último capítulo das revoluções burguesas dos séculos 18 e 19, e não o primeiro capítulo de um processo emergente de revolução operária. Essa tese empolgou o meio acadêmico; ela indicava o caminho para "desconstruir" o "mito socialista" da Comuna. Surgiu o debate: "Comuna-crepúsculo" ou "Comuna-aurora"? Negar a natureza operária da Comuna de Paris também tem consequências políticas, embora distintas, é claro, das consequências políticas da tese anterior. Essa negação sig-



Ilustração de combate da Comuna: destaque dos operários na insurreição

nifica diminuir, e muito, a presença política da classe operária na Europa do século 19 e lançar dúvidas sobre a capacidade política do operariado. Não há nada de estranho, portanto, no fato de a tese da "revolução-crepúsculo" ter sido muito bem aceita entre os liberais.

Estamos sugerindo que cada qual deve escolher, de acordo com suas preferências políticas, a tese que mais lhe convém? Seguramente esse não seria um bom procedimento para os historiadores e cientistas sociais. É necessário ter consciência das consequências políticas de cada tese em presença, dentre outras razões, para poder controlar os efeitos de nossas preferências políticas na discussão de um tema que é historiográfico. Pois bem, nós entendemos que a Comuna de Paris foi sim a primeira experiência de um governo operário e, como tal, uma "revolução-aurora", anunciadora do movimento operário e das revoluções que iriam mudar a história dos séculos 19 e 20. Por que pensamos assim? Por que consideramos que a análise de Marx resistiu à pesquisa historiográfica contemporânea?

Insurreição e governo operário

Os homens e mulheres que fizeram a Comuna de Paris eram de extração social operária e vinham se organizando em torno de idéias que tendiam ao socialismo.

Os trabalhadores de Paris da década de 1870 não podem ser assimilados aos artesãos, lojistas e companheiros que compunham o movimento *sans-culottes* da grande Revolução Francesa de 1789. Dois terços da população economicamente ativa da cidade eram compostos de assalariados e mais da metade dessa mesma população trabalhava na indústria. Grande parte desses assalariados trabalhava em pequenas empresas, mas um contingente significativo já era o típico trabalhador assalariado moderno produzido pela revolução industrial – a construção civil e a metalurgia cresceram muito sob o 2º Império e funcionavam em padrões capitalistas modernos para a época.

Reprodução

Em 1870, a classe operária parisiense já possuía organizações de massa e idéias próprias. Estava organizada sindicalmente na Federação das Associações Operárias de Paris, que reunia, então, cerca de 40 mil membros. Essa massa realizou grandes greves nos anos de 1868, 1869 e 1870. A greve é um método de luta que, por definição, não pode ser usado pelos pequenos proprietários ou pela "plebe urbana". Ademais, essa massa operária teve, no ocaso do 2º Império, a sua "escola de socialismo".

Os historiadores Alain Dalotel, Alain Faure e Jean-Claude Friermuth, no trabalho conjunto *Aux origines de la Commune - le mouvement développement réunions publiques à Paris 1868-1870*, usando uma documentação inédita formada por copiosos relatórios policiais, fizeram um estudo importante e detalhado das reuniões públicas do período de crise do regime político imperial. Esse estudo mostra que a oposição operária e popular ao 2º Império já era forte antes do desastre da Guerra Franco-Prussiana de 1870. Mostra também que o conteúdo político e ideológico dessa oposição iam muito além do republicanismo democrático-burguês. A igualdade sócio-econômica, a eliminação da propriedade privada dos meios de produção, a instauração da propriedade coletiva e o uso da ação revolucionária para alcançar esses objetivos eram temas dominantes nos salões de reuniões dos

bairros populares de Paris. Vê-se que se trata de um programa coletivista, que deixou para trás o igualitarismo de pequeno proprietário (= dividir a propriedade privada) típico dos *sans-culottes* do século 18. Esses salões de reuniões públicas iriam, logo após a queda do 2º Império, em setembro de 1870, dar origem aos clubes operários e populares, que formariam uma rede de organizações de massa dos trabalhadores de Paris. Foi essa massa operária que fez a revolução de 1871.

O perfil sócio-econômico dos dirigentes de organismos de base da Comuna, dos militantes e dos combatentes prova a afirmação acima. A presença do trabalhador manual é amplamente majoritária, sendo que os novos setores tipicamente operários (construção civil, metalurgia, diaristas sem especialização) têm uma presença bem superior ao seu peso na população ativa de Paris. Foram presos pelas tropas de Versalhes mais de 35 mil parisienses que participaram da Comuna. Dentre esses, mais de 5 mil eram operários da construção civil, mais de 4 mil diaristas sem especialização, outros 4 mil operários metalúrgicos e milhares de outros eram operários de diferentes setores econômicos. Ao todo, cerca de 90% dos prisioneiros eram de origem operária e popular. Chama atenção a participação dos trabalhadores que compunham o moderno operariado de então. Os operários da construção civil, metalúrgicos e diaristas sem especialização representam 39% dos prisioneiros e 45% do contingente de condenados à deportação. Esse levantamento foi feito pelo próprio Roguerie, o historiador que iniciara a "desconstrução" do "mito socialista" da Comuna, quinze anos após ter lançado seu primeiro livro sobre o tema. Após essa nova pesquisa, ele reviu, sem o dizer, sua análise anterior da Comuna. Afirmando, após o exame dos dados, que a Comuna foi a "revolução da Paris do trabalho" (*La Commune de 1871*, Paris, PUF, 1997, pág. 102).

Além da predominância nas organizações de massa e nos combates da Comuna, os operários parisienses tiveram um

Continua na página ao lado



Semana Sangrenta: Exército de Versalhes massacra movimento

ARTIGO

papel de destaque na insurreição e no governo de Paris.

O órgão que comandou a insurreição de 18 de março de 1871, dando origem à Comuna, foi o Comitê Central da Guarda Nacional. Era composto por 38 delegados eleitos nos bairros de Paris, sendo 21 operários; cerca de 20 deles filiados à seção francesa da AIT e às Câmaras Sindicais de Paris. O órgão político maior da Comuna, o Conselho da Comuna, eleito em 26 de março, oito dias após a insurreição, também era composto por uma maioria de operários e de filiados à AIT e às Câmaras Sindicais. Esse Conselho contava, nominalmente, com 79 membros, dos quais apenas cerca de 50 compareciam às sessões. Nada menos que 33 dos conselheiros eleitos eram operários; o restante eram intelectuais, pequenos proprietários e profissionais liberais. Roguerie, na obra citada mais acima, calcula que a maioria do Conselho – cerca de 40 dos membros – pertencia à AIT e às Câmaras Sindicais. Era um conselho de trabalhadores. Ao lado dele, a assembléia eleita pelos habitantes de Paris operava o “braço executivo” da revolução, as “comissões ministeriais”. Nesse organismo, a componente proletária, se não domina como nos demais, pelo menos é marcante. Logo abaixo das “comissões ministeriais”, estão os grandes serviços públicos e de infraestrutura, onde os operários de Paris também tiveram atuação destacada.

Um governo socialista?

Podemos afirmar, portanto, que a composição social dos combatentes de base e dos dirigentes da Comuna de Paris foi marcadamente operária. Não eram apenas operários. Os profissionais liberais, pequenos proprietários, lojistas e artesãos, que eram muito numerosos na população de Paris, tiveram, como indicamos de passagem, participação importante nos órgãos de governo da Comuna. Aliás, Marx fala em “governo *essencialmente* operário” e não em governo operário sem mais. Continuando. Pelos dados apresentados, também é legítimo dizer que os operários estavam forjando uma concepção de mundo anticapitalista na conjuntura da crise do 2º Império e se valendo da extraordinária experiência revolucionária dos trabalhadores de Paris. Essas duas constatações são fundamentais, tendo em vista a atual operação de “destruição” do “mito socialista” da Comuna. Mas elas não encerram a questão. Pois resta saber o que foi a política implementada pela Comuna. Ela foi simplesmente uma política republicana burguesa? Uma política de reformas sociais? Uma política socialista?

Os *communards* lutaram pela “república social”, tomaram diversas medidas de proteção ao trabalho e à população pobre, mas só uma que prenunciava uma economia de tipo socialista: decretaram que toda fábrica abandonada pelo

proprietário – fenômeno comum em tempo de revolução – ficaria sob controle dos seus operários. Mas isso é pouco para afirmar que o governo da Comuna foi socialista. O grande historiador Ernest Labrousse insistiu, num debate entre os historiadores franceses por ocasião do centenário da Comuna, num ponto importante: nenhum documento da Comuna apresenta o socialismo como objetivo de governo. Marx, cuja tese sobre a natureza operária da Comuna é o motivo de toda essa discussão historiográfica, escrevendo cerca de dez anos após a Comuna, observou, em carta a um correspondente, que a maioria dos dirigentes não era socialista. Alguns autores afirmam que Marx estaria, nessa observação, revendo a análise que fizera no já citado *Guerre Civil na França*, obra que teria sido escrita num momento de entusiasmo e com objetivos políticos. Nós pensamos que não se trata disso. Marx afirmou em *Guerre Civil na França* que a Comuna foi a primeira experiência de um governo operário, mas não disse que ela foi um governo socialista. Isso ela não foi – e dificilmente poderia sê-lo.

Não se pode perder de vista um fato elementar: o objetivo imediato da Comuna foi depor um governo considerado de traição nacional. Por temor ao proletariado de Paris, esse governo aceitara uma paz forçada com a Prússia, paz que restringia a soberania da França e mutilava o seu território. A Comuna tinha pela frente, então, uma tarefa nacional e democrática, que é tarefa típica das revoluções burguesas. Ademais, outras tarefas burguesas contidas como promessa na Revolução de 1789 não tinham sido cumpridas. Exemplos mais importantes são a separação da Igreja e do Estado e a implantação do ensino público, gratuito, obrigatório e laico. O desenvolvimento do princípio da cidadania, criação típica da revolução burguesa, depende da implementação de medidas como essas. A Comuna tratou de realizar essas duas tarefas. Em resumo, a Comuna tinha de levar adiante as transformações burguesas inacabadas para, como disse Engels, “aplainar o terreno” para a transformação socialista da velha sociedade. Para essa tarefa foi possível contar com grande parte da pequena burguesia de Paris, dos artistas, dos profissionais liberais e de alguns setores radicalizados do republicanismo burguês. É por isso que, quando Marx apresenta sua caracterização da Comuna, ele usa a expressão um “governo *essencialmente* operário”, indicando a existência de uma frente popular predominantemente operária no governo da Comuna.

Mas há uma componente socialista presente na política da Comuna que é menosprezada pelos historiadores, inclusive pelos historiadores socialistas. Isso não decorre da ignorância dos fatos históricos, mas da concepção economicista de socialismo que ainda vigora entre os analistas. Refiro-me ao tipo de democracia que a Comuna esta-



Boito, do IFCH: avaliando a tese de Marx sobre a Comuna

beleceu: mandato imperativo, revogável pelos eleitores, eleição para os cargos administrativos do Estado, transferência de tarefas do Estado para a população trabalhadora organizada, dissolução do Exército permanente e criação de uma milícia operária, salário dos funcionários públicos igual ao salário médio dos operários (a Comuna foi o “governo mais barato” da história) etc. Essa democracia de tipo novo, que combina democracia representativa com democracia direta, representa o início de um processo de extinção do aparelho de Estado, enquanto aparelho especial colocado acima da sociedade. Ou seja, essa política representa uma socialização do poder político. Pois bem, esse elemento é parte integrante e imprescindível do socialismo, do mesmo modo que a socialização dos meios de produção. A política da Comuna para a organização do poder era uma política socialista, embora seus dirigentes não o tivessem declarado e muitos deles, talvez, não tivessem consciência desse fato.

Vejam como Marx resume sua tese sobre a Comuna de Paris no livro *Guerre Civil na França*.

“A Comuna era, essencialmente, um governo da classe operária, fruto da luta da classe produtora contra a classe apropriadora, a forma política enfim descoberta para levar adiante, dentro de si própria, a emancipação econômica do trabalho. (...) A dominação política dos produtores é incompatível com a perpetuação de sua escravidão social. Portanto, a Comuna teria de servir de alavanca para extirpar o cimento econômico sobre o qual descansa a existência das classes e, por conseguinte, a dominação de classe.”

No texto acima observa-se que se trata de uma forma política que traz “dentro de si própria” a “emancipação econômica do trabalho”. Ou seja, a socialização do poder induz a socialização dos meios de produção. Com o movimento operário exercendo democraticamente o poder (mandato imperativo, dissolução do exército permanente etc.) pode-se afirmar que se cria um desajuste – ou desequilíbrio, ou contradição – entre o poder socializado, de um lado, e a economia capitalista baseada na propriedade privada, de outro. Retomando os termos de Marx, a “dominação política dos trabalhadores” é “incompatível” com sua “escravidão social”. Daí ser possível fundamentar teoricamente a análise prospectiva que se segue no raciocínio de Marx: a Comuna (realidade política) “teria de servir” (tempo futuro) de “alavanca” para a eliminação da exploração de classe (realidade econômica).

É por isso, e apenas por isso, que é correto repetir, 130 anos depois, a idéia de Marx, segundo a qual a Comuna de Paris, embora não fosse socialista, continha, por ser um governo operário, “em si mesma” o socialismo. Foi só isso que Marx afirmou. E, visto os debates que essa afirmação ensejou, podemos dizer que só isso já foi afirmar muito.

Armando Boito Jr. é professor de Ciência Política do IFCH da Unicamp e diretor do Centro de Estudos Marxistas (Cemarx)

LANÇAMENTOS





COMO FAZER EXPERIMENTOS
Pesquisa e desenvolvimento na ciência e na indústria
Benício de Barros Neto
Ieda Spacino Scaramino
Roy Edward Bruno
ISBN: 85-268-0544-4
21 x 28 cm
402 páginas
R\$ 48,00



COMO SE FAZ QUÍMICA
Uma reflexão sobre a Química e a atividade do químico
Aécio Pereira Chagas
3ª Edição – Revista e Atualizada
ISBN: 85-268-0142-2
14 x 21 cm
92 páginas
R\$ 17,00



A CAPOEIRA ESCRAVA E OUTRAS TRADIÇÕES REBELDES NO RIO DE JANEIRO (1808-1850)
Carlos Ungênio L. S. Soares
Co-edição C'ecult-IFCH
ISBN: 85-268-0517-7
14 x 21 cm
595 páginas
R\$ 49,00



SOLIDIFICAÇÃO
Fundamentos e aplicações
Amami Garcia
ISBN: 85-268-0523-1
21 x 28 cm
400 páginas
R\$ 52,00



PAJENS DA CASA IMPERIAL
Jurisconsultos e escravidão no Brasil do século XIX
Filadelfo Spiller Pena
Co-edição com C'ecult - IFCH
ISBN: 85-268-0519-3
14 x 21 cm
329 páginas
R\$ 36,00

LIVRARIAS DA EDITORA DA UNICAMP

BIBLIOTECA CENTRAL
(19) 3788-7030

CICLO BÁSICO
(19) 3788-7740



A venda nas melhores livrarias do País ou pelos telefones (19) 3788-1094/1096/1097 – www.editora.unicamp.br



Suave, a dor

Fotos: Neldo Cantanti



Caism recorre à arte para proporcionar um ambiente menos árido aos pacientes

ISABEL GARDENAL

bel@obelix.unicamp.br

Enquanto espera, Marilane Oliveira Garcia olha para o infinito, como se estivesse prestes a desvendar mais um mistério. Está grávida. Aguarda a chegada do segundo filho e tem apenas 18 anos. Aos poucos tenta desviar o foco de preocupação, olhando o movimento ao redor: gente chegando, gente saindo, gente esperando para ser atendida.

O cenário não é o de um *shopping center* - chafariz, escada rolante, lojas, jogos de luzes - onde as pessoas vão porque se sentem bem. O ambiente é outro, onde outras tantas pessoas vão para curar a dor e a angústia. "Por isso temos procurado suavizar o tempo de permanência de baixo do mesmo teto, sob o qual convivem lado a lado doentes e pessoas sãs", explica o oncologista Luiz Carlos Zeferino, diretor-executivo do Centro de Atenção Integral à Saúde da Mulher (Caism).

De repente, Marilane detém os olhos em um ponto diferente de tudo aquilo, fora da atmosfera triste. A visão é sugestiva: cores, formas, ação. Parece ter sido transportada para uma galeria de arte. "É a arte sendo levada ao hospital", acrescenta Zeferino. "Por que não?"

Na tarde de 5 de junho, a direção do Caism promoveu em suas dependências uma *vernissage* para tornar oficial o trabalho voluntário que vinha sendo realizado há exatos três anos por seis pintores: Fúlvia Gonçalves, Luciane Gardesani, Luise Weiss, Jeronimo Noboru, Marilene Laubenstein e Rejane Barros. Boa safra de artistas do Instituto de Artes (IA) da Unicamp. "Foi uma prazerosa parceria com o hospital", avalia Noboru, um dos organizadores da exposição.

A mostra reúne 20 dos 100 quadros em aquarela ainda previstos para integrar o acervo do hospital. São pinturas abstratas, lúdicas, holísticas, paisagísticas, de traços japoneses e do universo da infância. Segundo Zeferino, a introdução da pintura em lugares estratégicos pode trazer, de certa forma, benefícios terapêuticos aos pacientes.

Os mesmos quadros ilustram as páginas do catálogo *Acervo do Caism: Primeiro Módulo* e o *site* www.caism.unicamp.br. Concluída esta fase do projeto, que culminou com a mostra, o diretor do hospital adianta que a segunda etapa está praticamente pronta, desta vez com a chancela de outros artistas. "Onde a arte puder atuar, ela atuará", enfatiza Noboru, referindo-se à rotina hospitalar como fonte de inspiração. "Nossa proposta é a da direção do Caism é tornar o ambiente interno menos árido e mais humano".

Maria Aparecida Campanholi, enfermeira no Pronto-Atendimento, acredita que os quadros - doados pelos artistas para ficarem expostos no hospital permanentemente - trazem um pouco mais de esperança a pacientes e familiares, que passam a refletir sobre a beleza dos temas, tendo aliviada a tensão da espera. Hermano Paião, funcionário do Serviço de Apoio Médico e Estatístico, diz que o paciente poderá apreciar pintura de boa qualidade e, quem sabe, estimular-se a fazer o mesmo. "O dom é natural, mas o incentivo faz despertar para a arte".



Reprodução



Noboru, ao centro: parceria prazerosa



Reprodução

Humanizar é o lema

Desde quando era chamado de o "caçula" da área de saúde da Unicamp, o Caism se notabiliza como hospital-modelo no tratamento exclusivo à mulher. Criado nos moldes ingleses de assistência, em 1986, teve sempre incorporada a filosofia de oferecer mais que um simples atendimento. Prova disso é o processo de humanização pelo qual vem passando principalmente nos últimos cinco anos, com a prática mais voltada ao paciente, mas sem deixar de lado seus funcionários.

Dinâmicas como agendamento de consultas com hora marcada por telefone, trabalho da capelania, coral, fóruns semanais entre equipe médica e paramédica enfocando a atenção ao paciente e reuniões com familiares são constantemente estimuladas pela instituição, somadas à modernização de

áreas clínicas, cirúrgicas e de pesquisa.

De acordo com o diretor Luiz Carlos Zeferino, nada disso seria suficiente sem que houvesse a recuperação da auto-estima dos funcionários, hoje bem treinados, de bem com o ambiente e com eles mesmos. "Esses fatores fizeram ressurgir uma plêiade de programas que têm o paciente como ponto de convergência. E são estas características que fazem do Caism um hospital público diferente dos demais. Quanto melhor formos, mais teremos a oferecer", finaliza Zeferino.



Zeferino, do Caism: um hospital público diferente

Primeira mostra reúne 20 obras de seis artistas: projeto prevê um total de 100 pinturas



Reprodução

CADERNO Temático

Campinas, agosto de 2001 – ANO I – Nº 8

Suplemento do Jornal da Unicamp

PRESTE ATENÇÃO!

ÁLVARO KASSAB

kassab@reitoria.unicamp.br

JOÃO MAURÍCIO DA ROSA

jmauricio@reitoria.unicamp.br

Patrícia Peter Sousa, estudante gaúcha, carrega uma mala enorme na entrada do Ginásio de Esportes, totalmente lotado. A atmosfera não é de férias: as cantinas fervilham, as praças, ruas, alamedas e gramados estão tomados por sotaques de todas as partes do país. Barracas e ônibus com placas de distantes proliferam. O retrato é de um festival, mas Patrícia está arrastando a mala para ampliar sua bagagem profissional. Veio à Unicamp para saber mais sobre educação de deficientes, sua matéria favorita. Com ela, cerca de 10 mil pessoas desfilarão pela universidade durante o 13º Cole (Congresso de Leitura do Brasil), realizado entre 17 e 20 de julho último. Dois circos foram armados no estacionamento do Ginásio que abrigou estandes nos quais as principais editoras do mercado exibiram os últimos lançamentos, dezenas deles autografados pelos próprios autores.

Os temas abordados em quase uma centena de seminários, mesas-redondas e painéis, e o número recorde de trabalhos inscritos (930), mostraram porque o evento é considerado o mais importante do gênero no país. Mas, de todos os debates, aqueles relacionados ao papel da escola no atual cenário de globalização – e conseqüente exclusão –, foram objeto de maior interesse, conforme já antecipara Luiz Percival Leme Britto, presidente da Associação de Leitura do Brasil (ALB) e coordenador geral do encontro, na publicação que trazia a diversificada programação do Cole, ao destacar que o encontro “expressa uma concepção político-pedagógica em que fazer e pesquisar são ações complementares e que não devem estar dissociadas” e que “letramento só pode significar participação social se houver democracia social”. Opinião semelhante à emitida, na mesma publicação, por Valdir Heitor Barzotto, professor da Faculdade de Educação da USP e segundo secretário da ALB, para quem “todos os participantes do congresso têm algumas certezas sobre os males políticos que abalam o país e dificultam o acesso aos bens de cultura”.

Neste Caderno Temático, o *Jornal da Unicamp* ouviu especialistas e representantes de povos historicamente excluídos. E apesar de todos os males que atingem o sistema educacional do país, o conjunto de entrevistados tem duas certezas. A exclusão está fazendo emergir uma nova escola e o corpo docente, embora ferido, não foge da luta, segundo a resposta dada no evento. E, por incrível que pareça, a globalização, que enfraquece o Estado, fortalece as enti-

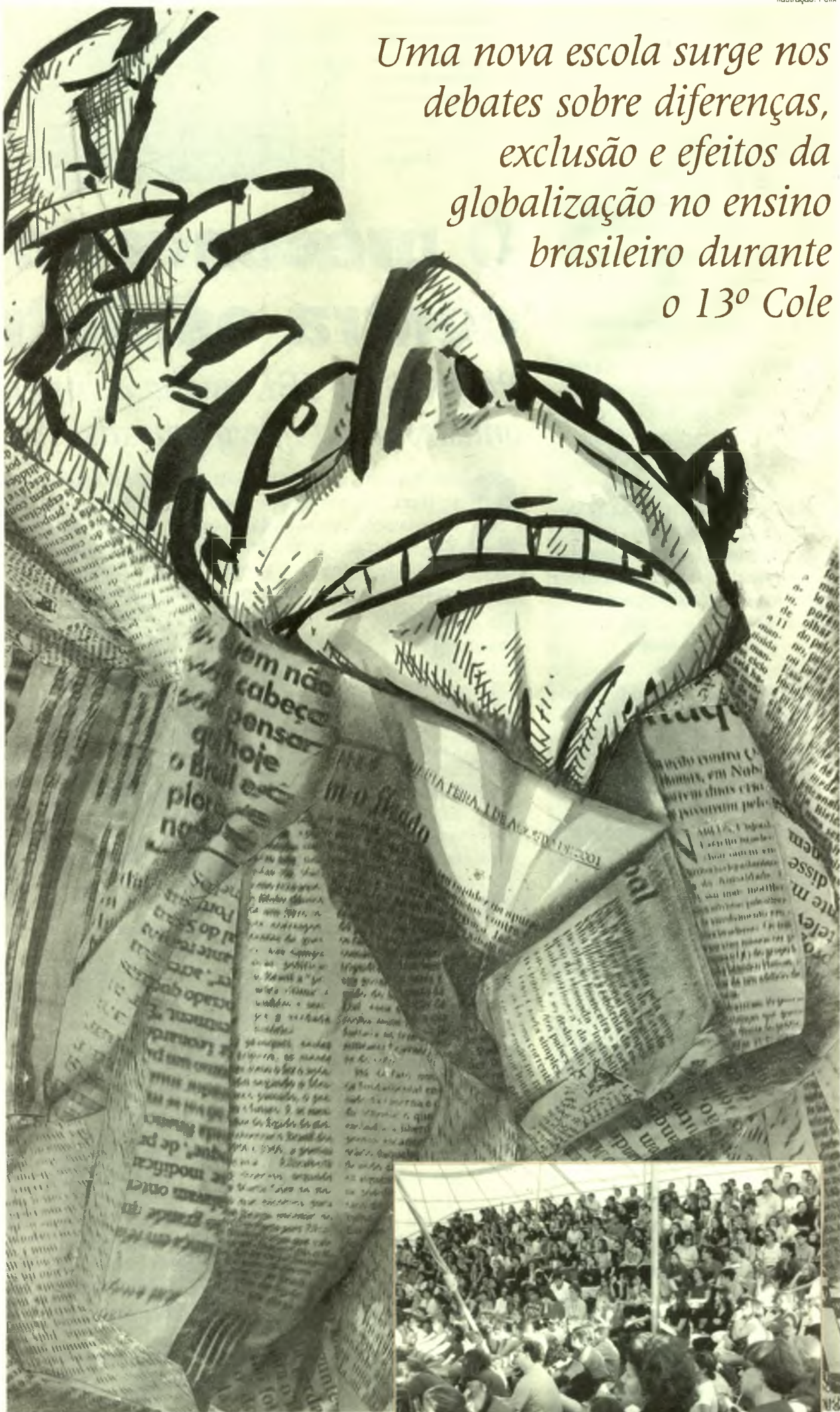


Ilustração: Félix

Uma nova escola surge nos debates sobre diferenças, exclusão e efeitos da globalização no ensino brasileiro durante o 13º Cole

dades civis, cada vez mais organizadas e dispostas a trilhar por uma proposta de ensino que resulte em igualdade e felicidade, nesta ordem, pois uma não pode existir sem a outra.



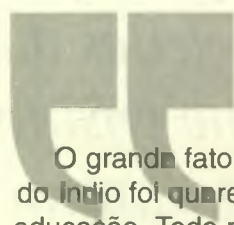
Foto: Nélido Caranti

Platêia em um dos circos armados para seminários: professores, estudantes e pesquisadores trocam as férias pelo aprimoramento



Bartolomeu Melià

Padre jesuíta espanhol que trabalha há 32 anos diretamente com tribos indígenas, primeiramente no Brasil e agora no Paraguai. É educador e falou no IV Encontro sobre Leitura e Escrita em Sociedades Indígenas.



O grande fator de exclusão do índio foi querer integrá-lo à educação. Todo movimento de integração passava pela escola, primeiramente na missionária e, depois, na escola pública. Hoje, ele está tendo uma criatividade enorme na maneira de desenvolver a própria educação sem jogar fora a educação brasileira.

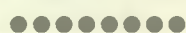
Assim, ele lidera um movimento que de certo modo é paradigmático, já que mostra à sociedade brasileira que a verdadeira integração é respeitar as diferenças.



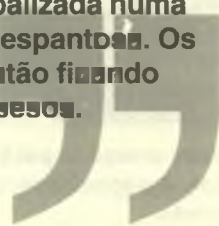
O índio retomou o próprio discurso, não tem medo de ser feliz. Alguns povos conseguiram o equilíbrio de não sair da própria educação, mantendo a escrita, o livro didático e a literatura próprios.



O silêncio de uma língua não depende da estrutura, não depende das injunções demográficas. Depende da vontade. A sociedade indígena tem de estar decidida a manter a língua; do contrário, ela fica silenciada.



A globalização é excludente por natureza. Agora, muitas vezes, também provoca a mundialização de conhecimentos, e o que hoje se idealiza é a anti-globalização. Por outro lado, temos os efeitos perversos. A comida, por exemplo, está sendo globalizada numa velocidade espantosa. Os índios estão ficando obesos.



Possenti, do IEL da Unicamp: "A pessoa que não fala do modo corriqueiro precisa ser respeitada"



O preconceito da mídia contra os iletrados

Professor do IEL avalia a língua como espaço de poder, onde se julga que quem diz 'nós vai', não pensa

Sérgio Possenti, um estudioso da análise do discurso, se interessa por duas coisas: por piadas e pela disputa política que se dá no campo da linguagem. Mas o que tem feito ultimamente é se dedicar à coleta de opiniões da mídia sobre a língua. O resultado da garimpagem não é nada lisonjeiro para os profissionais envolvidos com a notícia. Possenti, professor do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da Unicamp, tem percebido que a mídia lê a língua como se ela fosse um manual, mais precisamente um manual de etiqueta. Mais: ignora as relações existentes entre linguagem e outros campos, como cultura, sociedade e ideologia. "Ou a gente sabe ou não sabe. Para a mídia, só existe a gramática. Você tem os columnistas que corrigem, que falam das regras de concordância, regência, conjugação verbal, ortografia, daquilo que está na lei". Na opinião do especialista, o fenômeno, classificado por ele de "incompreensível", respinga em áreas vitais – educação incluída.

Segundo Possenti, o que mais impressiona na mídia é o quanto ela passa a ser conservadora, normativa e preconceituosa por só enxergar a língua como escrita. "É espantoso o fato de seus representantes não se darem conta de que se trata de um fenômeno sócio-cultural a ser investigado, discutido e explicado". No diagnóstico feito pelo professor, essa distorção predomina por ser a língua o espaço mais óbvio do poder. Para Possenti, é ensinado que "não pega bem" o homem ter preconceito contra as mulheres, ou homossexual em relação aos homossexuais, mas ninguém aprende que se deve respeitar aqueles que falam de um jeito que não seja o corriqueiro. "É como se a fala fosse o divisor de águas entre quem é bom e quem é ruim, quem está certo e quem está errado. E quem está certo é aquele que segue o manual da escrita, uma coisa ridícula para quem investiga qualquer coisa".

Assim, na análise de Possenti, a escrita passa a ser um lugar de indiscutível discriminação. De um lado, pode-se discutir sexo, raça, ideologia ou qualquer outro assunto; de outro, a discussão sobre língua é ignorada. "Quem fala errado, está errado, não pensa, embora o Ocidente tenha descoberto há pelo menos dois séculos que não é assim". Um conceito, continua, reproduzido na escola, no ministério, nas secretarias de Educação, e que reflete o poder "de um país reacionário como o Brasil". O

professor do IEL não entende, porém, a adesão da mídia e de intelectuais engajados à "ladainha". "Se você é democrático no que se refere a sexo e gênero, não adianta muito, porque a escola vai continuar reprovando quem erra ortografia. E quem erra ortografia vai ser preto e pobre".

Um discurso, acrescenta Possenti, cujo efeito trágico pode ser conferido nas colunas publicadas nos jornais, em sua opinião mais conservadoras que as gramáticas e os dicionários. O linguista choca-se com o "governismo" da imprensa e acha que a preocupação deve recair não sobre os iletrados, mas sim sobre aqueles que lêem. "Fico me perguntando, por exemplo, o que levou o doutor Ermírio de Moraes, que tem pós-graduação, ou o doutor Delfim Netto, a votarem no Collor. Por que o homem que escreve no jornal votou no Collor? Por que os sábios votam na direita? Por que o Gianotti é tucano?"

Não que se refere à linguagem, Possenti vê a questão como decorrente da ideologia, que pode ser alimentada pela ignorância. Uma questão com várias faces, uma dela a possibilidade de crítica. "Sexo, raça e poder podem ser objetos de crítica, mas a língua ainda não o é, ela se restringe ao que é certo ou errado. Transponha isso para o sexo e etnia e você vai ter as coisas dos séculos 13, 14, 15, 16.... As mulheres não tinham alma, questionava-se se negro e índio eram gente". No domínio da língua, acredita o linguista, as discussões estão nesse patamar. "Quem diz nós vai, pensa ou não pensa?", compara, para fuzilar em seguida. "Pior que isso: esquecemos que o inglês é assim. Nossos intelectuais não são capazes de ver o óbvio, que grita na frente deles. Eles dizem "i go", mas não conseguem suportar eu vou, cê vai, ele vai".

Tamãha aberração, avalia o professor, desemboca numa discriminação perversa, na qual a escola é emblemática, com reprovações de alunos que não conseguem conjugar o verbo na regência certa, revelando as distorções de uma política cultural e educacional equivocada. Primeiramente, por achar que colocando computador nos colégios o problema será atenuado. Segundo, pela abordagem dispensada às questões curriculares. "As perguntas das provas são para a classe média responder, nunca para as classe populares, para os alunos de áreas rurais. Ninguém pergunta qual a diferença entre um tico-tico e outro pássaro. Eles perguntam a diferença entre abstrato e concreto", cutuca.



Fotos: Neldo Cantanti

Petronilha, pós-doutorada na África do Sul: “Questões e tensões raciais devem ser colocadas no centro da sala de aula”

Afinal, qual é o pente que te penteia?

Educadora questiona porque as professoras da pré-escola também não penteiam as crianças negras

Uma mulher negra aproximou-se, tímida, da educadora Petronilha Gonçalves e Silva, que acabara de falar no I Seminário sobre Gênero, Exclusão e Prática de Leitura. O testemunho da mulher, confessional e sussurrado, poderia ser acrescentado aos demais relatos de discriminação ouvidos e narrados na manhã do último dia 18 de julho por Petronilha. Mas era uma história diferente, na qual a vítima era a diferença. A professora, que fez pós-doutorado em Teoria da Educação na Universidade da África do Sul, dois anos depois do fim do *apartheid*, ficou emocionada com o que fora balbuciado por sua interlocutora, mãe de um menino matriculado numa escola tradicional de São Paulo.

Um menino vaiado por toda a classe a mando da professora e que se transformara em saco de pancadas dos colegas no pátio. Apertando a bolsa contra o peito, a mãe disse que o menino, um dos três negros da escola, estava ficando agressivo. “É o mínimo. Graças a Deus, é um sinal de que ele está reagindo”, argumentou Petronilha, para em seguida passar à mulher o telefone do Instituto Negro, que oferece apoio psicológico em casos de racismo. “É uma tragédia, um caso de polícia”, opinou, minutos depois do encontro. Mais uma presenciada por essa professora do Departamento de Metodologia do Ensino da Faculdade de Educação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Apesar de tudo, ela aposta num novo modelo de escola, implementado por representantes dos excluídos e de instituições.

Petronilha cita exemplos isolados, entre eles o curso batizado de Direitos Humanos e de Combate ao Racismo, promovido pela UFSCar. Dirigido a professores, foi assistido por 500 docentes, alcançando indiretamente seis mil alunos em cidades como Rio Claro, Americana, Limeira e São Carlos. “A gente vê que a desinformação é muito grande, que o professor ainda trabalha e julga em cima de estereótipos, mas não há dúvida de que eles estão despertando”. Para Petronilha, as mudanças em curso tocam questões pertinentes à própria

identidade dos professores. “Quem prega uma educação transformadora e se pretende justo não pode aceitar essas circunstâncias”.

A professora vê nos chamados parâmetros curriculares da pluralidade cultural o “grande mérito” de colocar a discussão no centro da sala de aula, embora, ressalva, não tratem das questões e das tensões raciais. “Os professores se vêem instados a debater essa pluralidade. E a questão do racismo aponta disparada”. Petronilha entende também que a uma mudança de mentalidade só virá a longo prazo, por meio de uma discussão que envolva todos os segmentos da sociedade. “Não é um assunto só de negros e professores; é um assunto de brasileiros”.

A educadora vai desafiando o rosário de aberrações. Inúmeras delas. “Não vamos nem falar em saúde, trabalho, moradia... No quê diz respeito à educação, o preconceito está nas falas dos professores, na postura. Os negros estão nas escolas apenas nas primeiras séries; depois, na universidade, sua presença vai rareando, embora o número de matriculados seja maior do que o de 10 anos atrás”. A exclusão, diz, começa na pré-escola, em procedimentos prosaicos, como, por exemplo, com o fato de os professores não pentearem o cabelo de crianças negras. “Os professores deveriam perguntar às mães, se é que eles não sabem. Não há mistério, mesmo porque existem pentes especiais. A exclusão começa aí, o ambiente não acolhe”.

Petronilha cita ainda o livro didático como segregador ao omitir a presença do negro ou ao colocá-lo invariavelmente na condição de escravo e não de escravizado. “Parece que os males do nosso ensino só aparecem com os negros, quando eles estão presentes. Parece que seria da natureza dos negros serem escravos. E não há esclarecimentos sobre isso”. A educadora lembra que, na mesma época em que era fundada a Universidade de Bolonha, o continente africano tinha duas instituições de ensino superior. No século 16, a África tinha pelo menos três universidades. “Uma professora negra chorou quando soube disso”, revela.



Anete Abramowicz

Fez Ciências Sociais na USP, mestrado na PUC-SP e doutorado em Educação na Unicamp. Professora da Universidade Federal de São Carlos, coordenou, no 13º Cole, o I Seminário sobre Gênero, Exclusão e Práticas de Leitura.

“FHC quis salvar um pedaço do Brasil moderno; o resto do país que se danasse. Ficaram os de sempre, um contingente engrossado pela exclusão recente provocada pelo desemprego. São pessoas que foram socializadas pela escola e pelo emprego, mas que estão excluídas agora.

É diferente daquele que jamais teve emprego, e isso é uma bomba porque você está ampliando a exclusão. Os jovens não encontram trabalho, não encontram saídas.

E na hora em que FHC decide salvar o pedaço moderno do Brasil, acaba a luz...”

●●●●●●●●
 “Trabalho um pouco com essa coisa das analfabetas, com essa escola que tem incorporados diferentes. Acho que tem uma novidade na escola: ela está se tornando mais democrática, porque está incluindo os portadores de necessidade especial, que estavam escondidos pelas suas famílias”.

●●●●●●●●
 “Na hora em que propõe a educação inclusiva, a escola é interessante. Essas crianças das classe populares cada vez mais passam pela escola, que ao mesmo tempo em que abre suas portas, abandona. Por que? Qual a professora capaz de dar conta de tamanha diferença, diversidade e exclusão. É um paradoxo: ao mesmo tempo em que tem uma potência de diferença, os professores não conseguem fazer nada”.

●●●●●●●●
 “É preciso dar condições para que os professores administrem a diferença. Ninguém sabe o que é diferença, a gente não lida com isso. O que a nossa cultura faz com o diferente? Exclui, tira da frente... Acho que temos de centrar fogo nessa escola, por que nela está todo mundo: as classes populares, os portadores de deficiência. Por isso, acho que a força da escola nesse momento pode ser interessante”.

●●●●●●●●
 “Os professores não podem estar sozinhos, tem de ser um trabalho coletivo, tem de ser um projeto da escola. Não é apenas a professora e sua sala de aula. Isso é mortífero para ela e para seus alunos. Precisa ser um trabalho coletivo, que envolva pais, diretores, universidade e comunidade, seja em oficinas ou em projetos educativos”.

●●●●●●●●
 “O país hoje não é uma abstração. Você tem prefeituras de esquerda em várias cidades, e isso é uma mudança. São lentas, pode ser até que não evoluam, mas acho que algo de novo se anuncia. Projetos passam a ser forçados nas escolas e isso talvez dê resultados daqui a quatro anos”.

ENTREVISTA

A língua entre os dentes

Gilvan Muller de Oliveira acredita que a língua é um poderoso instrumento de poder e de resistência das minorias aos desmandos do Estado. Graduado em Lingüística pela Unicamp, com mestrado em História e Filosofia na Alemanha, o professor da Universidade Federal de Santa Catarina percorre aldeias, atuando na formação de professores indígenas. Na entrevista que segue, concedida após a mesa-redonda “Língua e Discriminação”, realizada em 17 de julho como parte da programação do 13º Cole, o lingüista critica a aliança entre os gramáticos e as classes dominantes, julga que a globalização enfraqueceu o poder centralizador do Estado e vislumbra o surgimento de um novo modelo educacional no Brasil.

Jornal da Unicamp – *Em que áreas da lingüística o senhor atua?*

Gilvan Muller de Oliveira - Trabalho atualmente com política lingüística, uma área que não é representada na universidade brasileira por uma série de razões históricas. É uma área que se preocupa com a questão de que as línguas estão estruturadas numa relação de poder entre si. E, portanto, são instrumentos de poder, instrumentos de resistência ao poder e, assim, compõem a história das sociedades humanas como um elemento ativo.

P – *Em que contexto?*

R – Pelo deslocamento, pelo assassinato e pela expansão de línguas, por exemplo. A discriminação utilizada contra os falantes para excluí-los de certos meios de produção faz parte de uma das manobras de poder de uma sociedade ou de sociedades que se confrontam. Isso possibilita uma leitura diferente daquela que normalmente é feita no âmbito da universidade brasileira, do que é a responsabilidade do lingüista frente aos vários grupos étnicos, aos vários grupos de classe que compõem a sociedade. Enquanto os gramáticos tradicionais são aliados de um certo grupo de elite e, portanto, utilizam esse instrumental para assegurar o lugar desses grupos de elite (Academia Brasileira de Letras, jornais etc), a gramática será claramente uma aliança entre o pensamento lingüístico e as classes dominantes.

P – *Como o seu trabalho se diferencia dos demais?*

R – É possível estabelecer alianças com outros grupos. No meu caso, trabalho sobretudo com grupos indígenas, que precisam também de aliados tecnicamente qualificados no sentido de trazer a esses povos ferramentas para pensar o poder, para pensar a resistência ao poder e seu projeto político de inserção nessa sociedade dita nacional. Então o lingüista revela que a atividade lingüística é uma atividade de alianças com grupos, numa iniciação política inevitável. Isso pode ser visto nessa relação dos gramáticos com as classes dominantes, que mantêm a discriminação e o preconceito como uma forma ativa de se perpetuar nesse lugar, de legitimar o seu próprio lugar.

P – *Como o senhor vê o papel da universidade brasileira nesse cenário?*

R – Não é muito diferente. Muitos lingüistas universitários criticam os gramáticos, mas apenas fazem o trabalho de tribuna, apenas anunciam essa crítica, dentro dos muros da universidade, não estabelecendo alianças com grupo algum. Esse discurso não tem representatividade na luta política.

P – *Quais seriam então os instrumentos de representatividade?*

R – Nós fundamos uma entidade chamada Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Lingüística, que é uma ONG com sede em Santa Catarina. Foi necessário nos constituirmos assim porque as pessoas que trabalham com essa questão estão dispersas pelo país. Trabalhamos com vários programas que se limitam a espaços político-lingüísticos. Por exemplo: um programa chamado Mercosul Lingüístico. Por que? Porque o Mercosul é um espaço político e, portanto, se estabelece uma série de relações, de poder, de expansão do espanhol, do português, de planificação. Outra área é de línguas indígenas e educação indígena. Por que? Porque o Estado brasileiro tem cerca de 180 línguas indígenas que lutam por certos direitos e, por isso, precisam de instrumentos. Um terceiro programa se chama línguas alóctones, que trabalha com as línguas de imigração, que no Brasil são cerca de 30, mas não têm um quadro jurídico capaz de assegurar-lhes um lugar. Outro programa se chama gestão da língua portuguesa na escola, que trabalha com as questões do preconceito. E um último programa é o da CPLP, da comunidade dos países de língua portuguesa. A ONG tem programas que analisam e atuam em projetos pontuais e aglutinam profissionais brasileiros e de outros países.

P – *Que tipo de trabalho é desenvolvido nas comunidades indígenas?*

R – Minha grande atuação é em curso de formação de professores indígenas. Há muitos projetos em curso. Eu assessoro o governo do Estado do Amazonas, onde se falam 54 línguas e onde há seis projetos de formação de professores indígenas em curso; assessoro também o governo do Ceará, onde vivem 11 povos indígenas, cujas línguas desapareceram, assassinadas nesse processo de deslocamento que o Estado brasileiro ativamente construiu.

P – *Quais seriam as bases dessa atuação?*

R – As elites sempre tiveram um projeto lusófono e monolíngüe do Brasil. E continuam trabalhando nesse sentido, por mais que, a partir da Constituição de 1988, a gente tenha tido importantes ganhos em termos de rever esses conceitos de monoculturalismo, de monolingüismo, e o reconhecimento, muito parcial ainda, do caráter plurinacional, pluriétnico e pluricultural do país.

P – *O senhor poderia dar exemplos de avanços estabelecidos pela Constituição de 1988?*

R – Através dos artigos 210 e 230, que garantem, aos índios, direitos à sua cultura e à sua língua. Depois vão ser ancorados também na LDB. E que pela primeira vez acenam para o reconhecimento, por parte do Estado, de que os índios são uma categoria permanente, que não vão desaparecer. Na mentalidade das elites, índio será integrado, o que significa ser dissolvido enquanto etnia e cultura. E passará a ser mão-de-obra nas fazendas, favelas e periferias; passará a ser brasileiro pobre e excluído da estrutura de classe, mas tendo deixado de ter essa especificidade étnica, o que justamente traz um potencial de resistência, de reivindicação de direito. O índio ameaça o Estado, para o qual é muito mais fácil lidar com o mito republicano de um homem e um voto, e com a relação individual entre a pessoa e o Estado, não mediada por grupo ou povos. A atomização dos grupos e a emergência do indivíduo são importantes para o Estado se afirmar como única fonte de representatividade.

P – *Que tipo de trabalho é feito para fortalecer esse potencial de resistência?*

R – No sentido de ajudar os professores a pensarem a sua língua e seu projeto de futuro. Colocamos algumas questões. Como nós queremos lidar com a situação da nossa língua? Qual é a situação sócio-lingüística da nossa língua hoje? É preciso fazer um diagnóstico de cada caso? Queremos estabelecer o bilingüismo, mas o que é isso? Trabalhamos em sociedades plurilingües, como no Alto Rio Negro, onde num único município (São Gabriel da Cachoeira) se falam 19 línguas indígenas, e onde numa parte significativa da cidade os casamentos são interlingüísticos. É um lugar onde o repertório lingüístico é diversificado. Que modelo esses povos querem construir, querem escrever suas línguas?

P – *Como se dá a inserção do português nesse universo?*

R – Línguas como o português foram constituídas como escrita a partir da eliminação da diversidade. Não é o caso das línguas indígenas, que não têm um centro. São línguas que convivem com essa pluralidade, com essa diversidade. Cada aldeia tem uma forma, e não se trata de estabelecer uma política de centralização, porque isso seria artificial, não é essa a estrutura dos povos indígenas. Eles não têm um Estado, uma capital, nenhuma corte... Então, necessariamente, as discussões correm por esse viés: qual é o projeto de futuro desse povo particular para esta relação lingüística, dessa língua indígena com a língua portuguesa, oficial e dominante? Meu trabalho é escutar, quase como psicanalista. Dialogar, trazer exemplos, trazer instrumentos, fazer junto e colaborar para que esses povos e seu projeto lingüístico estejam de acordo com seu projeto político. Só assim esses povos vão ter uma chance contra um Estado que divulgou ideologias, hoje dominantes, de intolerância com a diferença.

Gilvan, lingüista da UFSC: “A globalização é um grande perigo, mas ao mesmo tempo uma grande oportunidade para as minorias”



P – *Quais as diretrizes desse trabalho no cenário de globalização e exclusão?*

R – Interessante essa pergunta. Autores ligados à globalização têm refletido, Otávio Ianni por exemplo, que ao mesmo tempo em que a globalização traz uma homogeneização, traz também a emergência da diversidade. Alguns teóricos afirmam que entramos numa fase de explosão das diferenças. Por que? É simples: porque o grande eliminador das diferenças sempre foi o Estado. Ele, com sua ideologia nacional de equalização de todos os cantos do país, foi o grande vilão que atacou as diferenças. A globalização é um grande perigo e ao mesmo tempo uma grande oportunidade, porque enfraquece o Estado. As coisas não são simples, pelo menos para as minorias. E a globalização faz o que? Enfraquece esse poder, cria interferências internacionais em questões sobre as quais a soberania do Estado era indiscutível. Se a Turquia queria matar 1,5 milhão de curdos, ninguém interferia, era caso interno. Mas hoje, não. Isso traz oportunidades muito grandes para a diferença.

P – *Dá para dissociar os componentes econômicos dos culturais?*

R – É um cenário muito complicado para a gente lidar. Eu diria que o cultural e o econômico não estão tão dissociados assim. No Brasil de hoje, com essa crise, vivenciamos um cenário de ameaça contra as minorias, ameaça contra os territórios indígenas, inclusive em processo de demarcação – são muitos os pedidos de fazendeiros e de suas representações políticas para mutilar territórios indígenas como a Serra do Sol, em Roraima, e tantos outros. Mas, com todas essas ameaças, nunca tivemos tamanha movimentação das organizações indígenas que se dirigem ao MEC, ao governo, a entidades internacionais. Elas têm estabelecido alianças e conseguido recursos para projetos, seja na área cultural, seja na área de sustentabilidade. Nunca as representações indígenas – mesmo que ainda pequenas e débeis para o conjunto da sociedade, por serem uma minoria de 400 mil pessoas – fizeram uma movimentação tão interessante. E, dentro de toda a perspectiva negra, é também promissora. Não é uma questão simples, nem dicotômica, dual – é bom ou ruim... Todas as coisas acontecem concomitantemente. Estou tendo o privilégio de participar de projetos na Amazônia, no Sul, no Centro-Oeste, no Nor-

deste, vendo povos indígenas tomar as rédeas em vários processos.

P – *E isso é novo?*

R – É uma coisa nova, que na década de 80, quando comecei a trabalhar com isso, não existia de maneira alguma. Isso tem fomentado processos de aprendizado da lida com a questão política, econômica, na qualificação de novos quadros indígenas, advogados indígenas, lideranças muito mais poderosas em termos de projeção, de serem escutadas pela mídia, de representarem seus povos. Não tínhamos isso há 20 anos, no quadro jurídico anterior a 1988. E por mais que estejamos 10 anos atrasados em termos de implementação das políticas esboçadas em nossa Constituição, por mais que ela seja mais avançada que a realidade do país hoje, tem-se realizado progressos. E parte desses avanços decorre da alteração dos lugares que o Estado ocupa frente aos povos. Diria que a globalização traz perigos, mas temos chances que nunca tivemos.

P – *De certa forma, essas entidades de defesa das minorias ganharam mais visibilidade.*

R – Exato. Hoje temos entidades que financiam projetos para línguas ameaçadas, projetos qualificados de acompanhamento de políticas linguísticas, de formação de quadros indígenas que vão assumir tarefas importantes na condução desse processo, passando a não depender de assessores externos, o que é muito importante.

P – *Existe uma estimativa de quantas línguas indígenas sobreviveram no país?*

R – Cerca de 180 línguas. Contar línguas é muito difícil. Numa estimativa a partir de relatos de viajantes do século 16, 1.078 línguas teriam desaparecido, algo em torno de 85%. E muitas continuam em processo rápido de desaparecimento.

P – *É feito mapeamento das línguas remanescentes?*

R – Uma área acadêmica, chamada Línguas Indígenas, pesquisa sobre o assunto. Os especialistas escrevem a língua, fazem a fonologia da língua, a sintaxe. A maioria absoluta não está descrita de uma maneira completa. Existem fragmentos de descrição, em geral só a fonologia, léxico de viajantes, mas o número de linguistas envolvidos nisso é ínfimo. Dificilmente vai passar de 25,30.

P – *A descrição auxilia na manutenção dessas línguas?*

R – Mais importante é que o trabalho não poderia se restringir à descrição das línguas indígenas. Muitas vezes as línguas são descritas com a seguinte justificativa: temos que descrevê-la antes que desapareçam. Mas o interesse de descrever antes que desapareçam é o interesse do botânico, do colecionador. É o interesse de quem acumula o dado dentro dos muros da universidade para o seu uso. É de alguém que está interessado no dado, não nas pessoas que falam a língua e no que a língua representa para essas pessoas. A mentalidade, mesmo para esse grupo qualificado de linguistas, é de que o importante não é a língua como objeto, como dado, mas sim a língua gravada e escrita para ser guardada no acervo que o Ocidente possui sobre o que era o mundo no ano 2000, por exemplo.

P – *O que mais poderia ser feito?*

R – O fundamental são as pessoas que falam a língua, os projetos políticos que têm e a nossa intervenção no sentido de ajudar nos aspectos políticos relacionados com o que tais línguas significam para essa sociedade. Isso em termos da sua manutenção, do seu bem-estar, das suas perspectivas do futuro, da sua possibilidade de existência no meio ambiente sobre o qual eles sabem muito mais que nós e sobre o qual eles desenvolveram reflexões que nós nem sonhamos. Não é à-toa que essa massa de pessoas, sobretudo os americanos, através da biopirataria, tenta se apropriar desses conhecimentos indígenas, para transformá-los em bens de consumos a serem vendidos. Mas isso passa pela língua enquanto instrumento de um *constructo* teórico e de conhecimento que esses povos construíram através dos séculos.

P – *Qual o papel do gramático nesse contexto?*

R – O movimento de discriminação exercido pelos gramáticos é duplo. Há um fundamental, primário, originário, que é considerar que no Brasil só se fala o português. Ao se apagar as outras línguas, está se exercendo a forma mais primorosa de discriminação. Eu não te enxergo, você não existe. Não há discriminação mais efetiva do que o apagamento do outro. A segunda forma, que é mais discutida, é a discriminação causada internamente aos lusófonos, ao ambiente lusófono no Brasil. Que é, na verdade, a discriminação contra as outras variedades. Sem dúvida, há dois movimentos, ambos preconceituosos.

P – *Quais os canais usados para a reprodução desse movimento discriminatório?*

R – A mídia e até mesmo grande parte das universidades reproduzem preconceitos. Os cursos de letras são na sua maioria formadores e reprodutores de pessoas preconceituosas, que vão atuar no aparato escolar em que ele mes-

mo, de novo, é um reproduzidor dessa mentalidade. Então você tem de localizar o preconceito nas práticas cotidianas. E onde que se dão essas práticas cotidianas? Em instituições, em aparelhos ideológicos do Estado, na escola, na universidade que forma quadros para a escola, na imprensa... A Academia Brasileira de Letras, por exemplo, se legitima a partir de mecanismos muito interessantes.

P – *O senhor poderia exemplificar?*

R – Uma das consequências do projeto do deputado Aldo Rebelo, que agora tramita no Senado, contra os chamados estrangeirismos... Nem é tanto o efeito que ela terá contra eles, mas aqueles aparentemente secundários da lei, como o de instituir a ABL, na qual não há pesquisa sobre a língua portuguesa, como único órgão decisório. Outro efeito secundário: a lei proíbe pessoas que vivam há mais de um ano no país de falar suas línguas. Isso respinga em quem? Nos imigrantes que estão aqui há 100 anos e querem falar a sua língua porque isso é um projeto político.

P – *Quais são os efeitos dessas distorções?*

R – Desse duplo movimento exercido pelos gramáticos, só um é percebido. O apagamento não é percebido como um movimento ativo desse projeto de constituição de um país monolíngue e de uma língua monodialetal, que é a grande visão do Estado, aquilo que o Estado sonha em ter. O Estado sonha em moldar a nação à sua imagem: um centro, um poder, um povo, uma língua. Isso reproduz, no seu limite, o que o totalitarismo, o nazismo defendia, que é essa unidade entre o Estado e a nação como projeto das elites.

P – *O ensino oficial é atingido por essa política centralizadora?*

R – Muitas coisas interessantes estão acontecendo na educação no Brasil. Trabalho num projeto em Florianópolis com educação de jovens e adultos, que pega exatamente a população que foi tirada da escola e hoje frequenta curso noturno, no qual assessoro 1.700 alunos. Nós fizemos várias modificações.

P – *Quais mudanças foram introduzidas?*

R – É um ensino não disciplinar, que ocorre via pesquisa. Veja o que acontece no ensino fundamental brasileiro, que incorporou grandes parcelas de alunos que até uma década atrás estavam excluídos da escola. Nessa incorporação, introduziram-se variedades linguísticas, relações com a escrita, com a língua, que eram desconhecidas para a escola de 20 anos atrás. Essas pessoas trouxeram questões que a escola não sabe lidar, porque ela se situa entre dois fogos: de um lado tem que produzir indicadores que façam com que o trabalho do governo seja valorizado; tem que diminuir a evasão, a repetência, melhorar os índices de conclusão. Então a escola é forçada, pelo aparelho de governo, a resolver esses problemas. No en-

tanto, ela atua sobre esses alunos reproduzindo as velhas formas de tratar a questão da língua. E melhorar esses indicadores significaria alterar as práticas escolares que são, por outro lado, também emanadas dessa estrutura de poder.

P – *E ela não está preparada para essa metodologia?*

R – Abandonar essas práticas escolares também é possível e, com isso, melhorar enormemente os indicadores. A grande questão é que, abandonando essas práticas, você cria na escola um outro ambiente, perpassado por outras vozes, com outros interesses, que começa a desmontar uma série de dominós que estão de pé e vão caindo. Quando você começa a desmontar, verifica que a formação que o professor recebe é absolutamente insuficiente, é errada. Isso coloca em questão as universidades, os professores, as relações desses professores com seus pais teóricos e a própria relação hierárquica entre, talvez, quem está nas universidades e quem não sabe, que está nas escolas. Veja que quando você modifica esse ambiente, muita coisa é ameaçada, a reação é violenta.

P – *Que tipo de reação?*

R – Os professores não sabem atuar de outra maneira. Sentem que estão perdendo espaço na relação tradicional em que eles sabem e os alunos não sabem. Então reagem a isso. Não é possível esperar da universidade que ela produza o professor que se precisa. É preciso capacitar o professor em processo, porque a universidade não faz isso. Mas quando isso se afirma, coloca-se em xeque a universidade, coloca-se em xeque procedimentos do MEC, coloca-se em xeque procedimentos das secretarias.

P – *Não seria, então, a hora de se implantar novas linhas de ação?*

R – Sim, estamos num momento em que há uma grande oportunidade também nesse campo. Por que? Os sinais que vêm do governo são contraditórios para a escola. E a escola fica numa camisa de força em que ela tem que melhorar os indicadores. Para melhorar os indicadores com o quadro institucional criado tradicionalmente para a escola, é impossível. Então temos associações que vivem uma angústia muito grande, buscando soluções. E quando as soluções se conformam e os professores se engajam no projeto, como tem acontecido, começa um processo de desmonte muito produtivo, muito criativo e muito apaixonante, muito sério tecnicamente. Começa-se a desmontar peça por peça. E vai desmontando progressivamente, sofrendo todo tipo de reação dos professores, dos próprios alunos que introverteram uma idéia de escola em que eles copiam, uma escola de educação bancária, como diria Paulo Freire. E eles mesmos demoram um certo tempo para se redimensionar nesse processo, como agentes, como pessoas que têm questionamentos e que podem ver a escola como um espaço de tra-

Ilustração: Félix

P – *Até que ponto a chamada militarização das escolas, sobretudo em São Paulo, pode interferir nessa nova ordem?*

R – Em primeiro lugar eu diria que é preciso nunca tratar o Brasil como uma unidade. O Estado de São Paulo, que sempre ocupou esse lugar de locomotiva do Brasil, na verdade tem exacerbadas as contradições do próprio sistema. O grau de violência encontrado em São Paulo não existe em toda a parte, porque é o lugar onde a contradição da exclusão, da riqueza absoluta, da pobreza absoluta, do domínio político, é naturalmente mais notável. Logo, a militarização das escolas é apenas a consequência da militarização da sociedade. Florianópolis vive outra situação, também problemática, mas são outros níveis, outras configurações e outras contradições que lá existem. Como é no Norte, no Nordeste. Se a realidade é tão diversa, as soluções também serão diversas. Não acredito que as soluções possam vir de cima para baixo, nem como soluções únicas.

P – *Como elas viriam?*

R – Eu diria que o primeiro passo para começar a solucionar o problema é enxergá-lo localmente, a partir de níveis concretos de intervenção. Vejo que existem oportunidades dispersas por todo o país, existem mudanças e experiências em curso. Acho, volto a dizer, que estamos num momento muito privilegiado para tentar isso. Os professores não têm conseguido, aqui em São Paulo principalmente, mas têm buscado. E onde se busca, se tem chance de achar. Essa grande contradição em que a escola entrou, de ter que atender a mensagens contraditórias do próprio governo, leva a uma procura, que é um terreno fértil para a mudança. Mas particularmente eu só acredito num trabalho concreto, localizado, que vai se espalhando, que vai saltando para outras regiões. Um movimento capilar que vai criando redes, com diferentes graus de penetração nos aparelhos do Estado. Isso vai possibilitar a implantação das mudanças concretas.





Nádia Farage

Antropóloga, do Centro de Pesquisa em Etnologia Indígena da Unicamp, falou dia 20 de julho na mesa-redonda “A memória oral e o ensino de história na escola”. Sua pesquisa de campo foi no sudeste de Roraima, com o povo wapixana.

O que mais interessa em meu trabalho é que constatarei que a história e o tempo eram neutralizados através do discurso. Ou seja, a experiência da história para os wapixana era uma experiência de linguagem. E havia para eles um corte fenomenológico fundamental, que é o tempo dos vivos, que é um tempo da materialidade dos corpos, e o tempo dos mortos, o passado, que é exatamente o oposto. Ele só existe no discurso.

●●●●●●●●

Acho que os sistemas – o dos índios e o oficial – são paralelos e devem permanecer paralelos, ou seja, a transmissão oral desse conhecimento histórico existe, é dinâmica, atuante e eficiente. Proponho um regime de não-intervenção do discurso oficial, desde que isso continue, que não se tente trazer isso para escola, porque seria a morte do sistema. E a escola, me parece, é um espaço de tradução, ela deve tentar construir o dispositivo de tradução de saberes alheios, de outras histórias. Ou seja: uma criança indígena tem que ir à escola para aprender a história dos outros. Não a própria história, porque para essa existem mecanismos no próprio sistema cultural de reprodução desse saber histórico.

●●●●●●●●

A língua é um sinal diacrítico possível de uma cultura. É claro que existe todo um histórico de línguas que desapareceram. Quanto ao desaparecimento de culturas, o que defendo, assim como a teoria antropológica contemporânea – pelo menos desde os anos 70 –, é que o extermínio de uma cultura só ocorre com o extermínio físico de uma população. A cultura não é um conjunto de dados que podem ser dilapidados, mas um esquema de significação dinâmica. Não acredito em perda cultural, mas acredito em confrontos. E esses confrontos são de ordem política.

●●●●●●●●

Quanto mais se fala em globalização, mais você tem a multiplicação de perspectivas locais ou mesmo de protestos locais. Não partilho de um visão pessimista de que o capitalismo é uma máquina que vai obter homogeneização. Sim, o capitalismo é uma máquina, tem impulso homogeneizador, mas que ele consiga isso politicamente é outra história. Há trabalhos que mostram que o capitalismo também depende de inflexões locais. Não acho que o global prescindisse disso.

●●●●●●●●

Com muito esforço, os povos indígenas estão conseguindo visibilidade, fora do painel do exotismo, como cidadãos pertencentes a minorias que têm direitos específicos. Precisamos pensar hoje mais no campo indigenista do que no indígena. O campo indigenista corre o risco do populismo, sobretudo depois da Constituição de 1988. Acho que aí tem um marco que precisa ser motivo de reflexão crítica. No caso da escola, acho que isso é bastante candente.



José Agnaldo Xucuru: língua é secundária diante da cultura



Daniel Mundurucu: branco impõe forma de pensar

Com que língua?

Abertura de aldeias para letramento bilíngüe divide lideranças indígenas

Os xucurus do Ororubá, índios da serra pernambucana homônima, perderam a língua nativa no percurso de quase 400 anos de contato com a civilização branca. Alguns vocábulos foram resgatados, outros estão sendo pesquisados, mas o idioma é considerado morto. E isso nem parece importar aos cerca de 8.140 xucurus que reivindicam 27,5 mil hectares de terras distribuídos entre o agreste e o sertão de Pernambuco. “O fortalecimento da tradição e a manutenção de nosso povo, neste momento, é muito mais importante que recuperar a língua”, defende José Agnaldo Xucuru, 32 anos, da Organização dos Professores Indígenas de Pernambuco (Opi).

O povo de Agnaldo, relatado desde os idos de 1640, foi uma exceção no IV Encontro sobre Leitura e Escrita em Sociedades Indígenas no 13º Cole. Terenas de Mato Grosso do Sul, guaranis do Litoral de São Paulo, caingangues, do Rio Grande do Sul, ashaninkas, do Acre, e mundurucus, do Pará, passaram dois dias no auditório da Faculdade de Educação da Unicamp discutindo um projeto político-pedagógico para os seus povos. Os índios concluíram que cada povo, de acordo com suas peculiaridades, deve ter uma política pedagógica específica, mas que podem traçar planos comuns em busca de autonomia.

A abertura das aldeias para o letramento bilíngüe é visto com reservas. Se os guaranis, terenas, caingangues e mundurucus adotaram o duplo idioma nas salas de aula, o representante ashaninka, Izaac da Silva Pinhano, da Organização dos Professores

Indígenas do Acre, manifestou dúvida. “A educação bilíngüe pode ser boa para uns e ruim para outros. É difícil para um ianomami, por exemplo, entender o que é ser bilíngüe. Não é sabendo ler e escrever que a gente pode se

defender, discutir de igual para igual. Cada um conhecendo sua realidade, mostrando um para outro o seu valor, a partir daí a gente vai ter autonomia”, argumenta Izaac, que veio do distante Vale do Juruá, na divisa do Acre com o Peru, onde vive a maior parte de seu povo.

Mas Izaac não reflete o pensamento da maioria. O professor Daniel Mundurucu, pós-graduado em antropologia pela USP, defende a “incorporação de elementos da sociedade envolvente para sobrevivermos”. Autor de dois livros sobre a temática, Daniel é integrante do Ideti (Instituto de Desenvolvimento das Tradições Indígenas), uma ONG composta por índios letrados com sede em São Paulo.

Segundo ele, 60% dos mais de 9 mil mundurucus espalhados por 90 aldeias do interior do Pará, falam só a língua mãe. Os demais são bilíngües, com uma pequena parte que só fala o português. “Lá, a escola é bilíngüe, mas as crianças aprendem primeiro o mundurucu. As crianças só falam e até lêem em mundurucu, depois vão aprender português. Muitos poucos falam só o português e alguns estão ainda isolados”, informa Daniel. “Então temos discutido de que forma transformar nossa tradição oral em escrita sem perder este lance da oralidade”.

A língua dos invasores, na ótica da professora Pierangela Nascimento da Cunha, dos índios wapixana de Roraima, é como uma arma. “É fundamental que a gente conheça a língua do inimigo para aprender a lidar com ele”, diz. Seu povo foi contatado há cerca de um século e começou a ser letrado, segundo ela, há 15 anos. “Foi um letramento de acordo com os critérios do homem branco. O início foi para catequese e dominação. Agora estamos revertendo isso para que este conhecimento seja usado como instrumento de defesa de nossos direitos”.

Pierangela, que estudou o magistério em escola de brancos, atualmente integra a Opir (Organização dos Professores Indígenas de Roraima). “Hoje temos dicionários e cartilhas em língua wapixana e estamos lançando um livro de história no idioma para crianças da quinta série”, comunica.

Daniel Mundurucu, que além da pós-graduação tem estudos em história, filosofia, psicologia, está bastante esclarecido sobre o tornar-se pensante além do beabá. “A coisa é complexa, pois trata-se do branco querendo impor ao índio uma forma de pensar e formatar uma escola”, diz.

Inútil escrita

A escola ofertada aos índios pelos brancos é um equívoco fatal, segundo o professor João Wanderley Geraldi, do Departamento de Linguística do IEL (Instituto de Estudos da Linguagem) da Unicamp e presidente da Comissão Organizadora do 13º Cole. “O mundo ocidental, com sua herança greco-judaica sempre projetou um ideal da beleza e felicidade humana e a partir deste projeto começou a trabalhar por este ideal, numa luta diária e contínua para transformar o real no ideal. Já os índios em lugar de projetar um ideal, olham para sua tradição, mitos e histórias do cotidiano e a vida cotidiana flui segundo a natureza”, explica.

Esta é a diferença entre educação de índios e não índios segundo a análise do professor. “A escola branca não opera no seu mundo, mas numa idealização de mundo que quer construir e sobre o qual não pensa. A escola não é um espaço para a construção do homem ideal do futuro, mas o local de preservação daquilo que ele cultua”, argumenta. A escrita, segundo o professor, não merece ser incorporada pelos índios a não ser que seja para produzir felicidade.



Pierangela Nascimento da Cunha: dicionários, cartilhas e livro de história em wapixana

Foto: Dário Crispim



Bartolomeu, escritor de Belo Horizonte: "A educação do Brasil é servil, à mercê do mercado consumidor"

A escola forma homens infelizes e inseguros

Escritor afirma que livro é usado como muleta pedagógica e não como instrumento de vôo e percepção

Bartolomeu Campos Queiroz tem muita afinidade com os educadores. Trabalhou com arte na educação, passou pelo Instituto Pedagógico Nacional de Paris, até decidir se dedicar apenas à literatura. E, na condição de escritor, sai de Belo Horizonte, sua cidade natal, para percorrer escolas por todo o Brasil. Não gosta do que tem visto, apesar de reconhecer que a peregrinação é fruto de uma nova abertura, necessária diante dos equívocos perpetrados por uma instituição que optou em ser fim e não um espaço intermediário, onde o aluno sai com um certificado, mas desconhece a perspectiva de ser ouvido. "Essa determinação, para mim, é muito autoritária. Sempre trabalho com os professores – e isso tem me aproximado deles – essa necessidade afetiva de levar o aluno a dizer quem ele é e para onde ele quer ir", revela Queiroz, que falou no 13º Cole na conferência "Literatura e Participação Social".

O escritor acredita que a escola está produzindo um homem mais infeliz, inseguro, medroso, menos sensível e cada vez mais ocupado unicamente com o financeiro. Nesse sentido, acredita, a literatura é um caminho que abre portas por ser um instrumento de reflexão, artigo raro num universo no qual predomina a quantidade em detrimento da qualidade. "O governo está interessado em número de alunos matriculados. Se estivesse preocupado com a qualidade do aluno, pagaria salários dignos, construiria prédios e priorizaria a formação de estudantes conscientes", critica Queiroz, para quem a escola não é um investimento de futuro, sobretudo por se preocupar mais com os índices do governo do que com o desejo do aluno.

Queiroz classifica a educação no país como "servil", por ficar à mercê da ideologia dominante e por atender apenas ao mercado consumidor. "Se você não estuda, não tem emprego. E eu não quero só isso. Quero um empregador que reconheça minha capacidade criativa, minha sensibilidade". Para o escritor, o jovem de hoje é preparado para um mercado de trabalho provisório e, com as exceções de sempre, está inapto a assumir tarefas

que exijam criatividade e jogo de cintura. Esse quadro, em sua opinião, favorece a inserção da literatura. "A globalização não dá lugar para as configurações emocionais do homem. Isso me amedronta um pouco", admite, fazendo ressalvas quanto ao papel destinado ao livro nas salas de aula.

As críticas feitas pelo escritor são muitas, a começar da insistência dos professores em utilizar o livro como muleta pedagógica e não como instrumento de vôo e de percepção. Essa opção, segundo ele, enfraquece o texto literário e afugenta leitores potenciais – crianças e jovens. "A escola está sempre perguntando o que o autor quis dizer, qual o pedacinho que o aluno mais gostou, qual o personagem principal. Isso reduz a literatura", avalia. Queiroz entende que o aluno não se expressa como leitor, tendo sua capacidade de discernimento desprezada.

Essa metodologia, para o escritor, revela-se mais trágica por excluir das salas de aula as discussões sobre a nova ordem mundial. "O homem passa a ser uma máquina produtora, isso me assusta. Então, quando tento trabalhar a literatura é porque acredito que ela devolve ao sujeito sua própria humanidade". E a obra de Queiroz busca predispor o leitor a conviver com a dúvida, com a alternância e com a complexidade, longe da certeza que, para o autor, conduz ao fanatismo cego. "Tento preparar o leitor para essa reflexão".

Uma reflexão, revela, ancorada na fantasia e puxada pela memória afetiva, tendo a realidade como ponto de partida para um tratamento deliberadamente ficcional. Essa opção faz com que sua obra seja consumida por leitores de todas as faixas etárias, apesar de parte da crítica insistir em indexá-la. Queiroz rejeita os rótulos por acreditar que, em literatura, não se coloca o destinatário. "Não acredito nesse negócio de escrever para criança, isso tolhe sua liberdade de expressão. Prefiro que ela leia o texto, procure e cresça pela diferença, e não pela igualdade da minha obra". Um texto amplo e aberto, lido por crianças e pela terceira idade, e adotado em cursos de mestrado e doutorado. Um texto que, como gosta Queiroz, conduza ao novo.

Foto: Nélido Cantanti



Miriam Chnaiderman

Psicanalista, exibiu seu filme sobre moradores de rua de São Paulo no 13º Cole, durante a mesa-redonda "Exclusão e práticas de leitura", realizada no dia 18 de julho.

As falas dos moradores de rua são muito ricas e poéticas. Existem algumas características que são dessas falas, entre elas a construção de um mundo mítico original.

.....

Os chamados loucos de rua são diferentes do desempregado, do bebum, do homem de rua. Eles não vão para a rua por questões econômicas, mas sim porque o barulho da rua os alivia do barulho interno.

.....

Cheguei à conclusão, em dois anos de convivência com os moradores de rua, de que a miséria leva à loucura.

.....

Acho que a loucura, infelizmente, vai petrificando e cristalizando os discursos, mesmo do mais letrado. Ele tem mais repertório, mais argumento, mais vivacidade, mas tem alguma coisa que vai petrificando sua fala. É muito triste. Por outro lado, registramos falas de um repertório muito rico. Filmamos uma pintora que mora na rua e dizia o seguinte: "Esses girassóis são meus", numa referência aos girassóis de Van Gogh. E os quadros revelam que ela tem um referencial, que foi educada. Ela, que diz ter sido da vanguarda, vende cada obra a R\$ 20, R\$ 30, quer dizer, poderia alugar um quatinho, mas prefere morar na rua. A pintora afirma: "Quando alguém é roubado, a culpa é de quem tem, não de quem rouba". E ela escolheu não ler. Mantém algo preservado nisso.

Corpo docente, corpo doente?

Poesia não compra sapato. Mas dá para andar sem poesia?” O poeta pantaneiro Manoel Marinho, que subiu ao palanque sem ser anunciado, recita os versos que vão nortear os discursos do 13º Cole. Afinado com a massa de quase cinco mil participantes do evento e com a comissão organizadora, Marinho levantou a platéia com seus poemas de protesto que depois seriam traduzidos em discursos. “Tem pão velho? Não criança, temos talheres, mulheres servis, toalhas de linho, mas não temos pão.

Mário Sérgio Cortella, professor da PUC-SP, convidado especial para a conferência de abertura do congresso, mostrou quão real são os versos do poeta. “O neoliberalismo nos coloca uma regra: tudo o que você tiver de melhor, guarde; tudo o que o outro tiver de melhor, tome”, disse, lembrando que os educadores presentes estão na contramão do ditado. “Tudo o que tiver de melhor, reparta e tudo o que o outro tiver de melhor, traga também para nós como maneira de convivência. Isso é loucura, só o professor entende o significado disto. O que fazemos aqui no mês de férias?”, pergunta, como que incrédulo com o número de participantes.

“Dizemos que somos professores de carreira. Você corre de uma escola para outra. Esta é a carreira do professor. Porque somos educadores? Ganhar mal, correr muito, trabalhar demais? Todos os dias pensamos em largar tudo, o nosso corpo docente está cansado, seu corpo docente não comeu, não tomou banho, está com fome, só se alimentou de café e bolacha. Para onde vai, café e bolacha. Eu vou largar isso! Para que fazer isso?”.

Na platéia, professores distribuem um abaixo-assinado para uma campanha visando derrubar vetos do presidente Fernando Henrique ao Plano Nacional de Educação, principalmente aquele que impede o comprometimento do poder público de elevar o investimento em educação para um mínimo de 7% do PIB.

Cortella lembrou-se do 3º Cole, realizado em 1981 com a participação de Paulo Freire, que chegara do exílio havia dois anos. “Ele teria uma alegria imensa em ver que, 20 anos depois, não desistimos. Que continuamos a fazer campanha contra o ‘pedagocídio’ que a gente ainda tem no Brasil. De nossa capacidade de nos juntarmos e continuar a dizer não a este tipo de patifaria”. Paulo Freire, na época, fez um pronunciamento no Cole que depois se tornou um de seus textos mais importantes, sobre o componente político do ato de ler.

Mas Freire também ficaria infeliz se soubesse que pouco mudou na situação do ensino brasileiro nas duas últimas décadas. O “pedagocídio” continua, como mostra o professor Cortella, ex-secretário de Educação da Prefeitura de São Paulo. Ele informa que 90% das crianças em idade escolar no país estão longe do perfil idealizado para um feliz aprendizado. “Têm

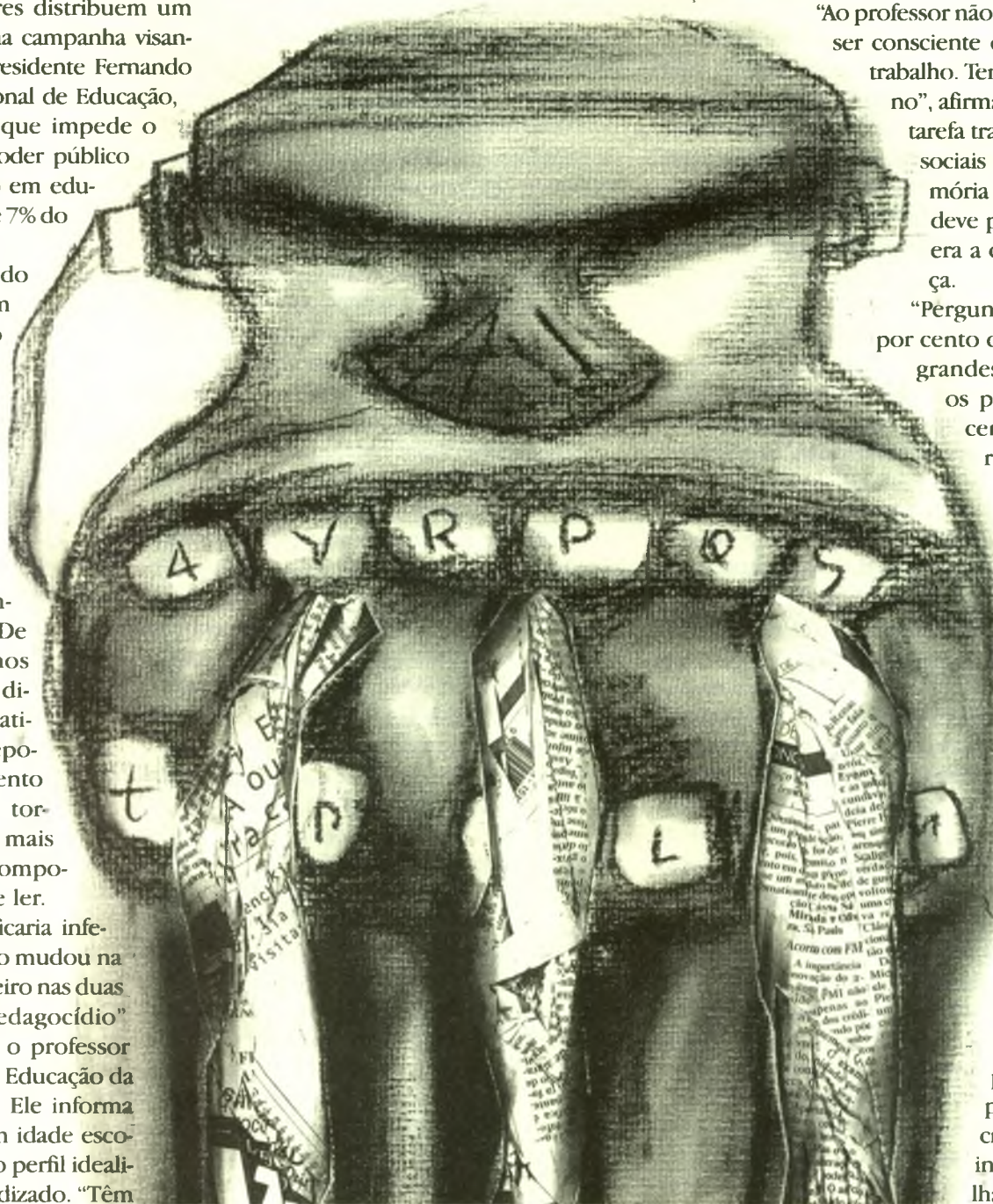


Foto: Antoninho Perri

O poeta Manoel Marinho: afinado com a massa

Professor lembra que, se vivo, Paulo Freire ficaria alegre em ver que, apesar de tudo, campanha contra o “pedagocídio” ainda sobrevive graças à união dos educadores

Ilustração: Félix



o nariz escorrendo, tomam banho de vez em quando e estudam em um canto escuro”.

Além da precariedade de sua existência, os alunos ainda têm pela frente a barreira do próprio corpo docente que pouco aprecia a leitura e ainda ignora as diferenças entre os alunos. A vocação magisterial enrosca no estereótipo do aluno idealizado. “Você quer ser professora? Gosta de crianças? Sabe quanto ganha? Mas de que criança você gosta? De qual idade? Porque você pode gostar de seu sobrinho, que toma banho todo dia, que não tem piolho, que vai ao médico, que o nariz não escorre, que compra os livros, que os pais são alfabetizados, que tem um canto para fazer tarefas”, alerta o professor Cortella.

Para os professores que sonham com este tipo de aluno, Cortella lembra que só 10 por cento das crianças brasileiras são assim. O restante não tem pais escolarizados, não toma banho diariamente, não tem alimentação adequada, não vai a médico, tem deficiência visual, às vezes confundida com deficiência mental, não ouve direito, não tem onde fazer tarefa, faz na mesa da cozinha sem iluminação, não viaja para meio de obter mais conhecimento, não tem como comprar livro, nem incentivo em casa.

Contradição

Cortella define a escola como uma instituição social contraditória, pois de acordo com o conteúdo selecionado, em vez de beneficiar a humanidade, pode conduzir à barbárie. “Dependendo do tipo de aula que você dá, vai interferir no modo como as pessoas serão formadas e viver socialmente”, disse, lembrando do nazismo alemão, que floresceu nas escolas mesmo sem existir uma matéria chamada nazismo, mas a partir do ensino de geografia, literatura de língua alemã ou física.

“Ao professor não basta amorosidade. Tem que ser consciente das implicações políticas do trabalho. Tem que prestar atenção no aluno”, afirma. Cortella se recorda de uma tarefa trazida em um livro de estudos sociais para a criança levantar a memória do lugar em que ela vive. Ela deve perguntar para seu pai como era a cidade quando ele era criança.

“Perguntar ao pai como? Quarenta por cento das crianças da periferia das grandes cidades não moram com os pais, só com a mãe, 40 por cento das casas só têm mulheres na direção”.

Uma das maiores aberrações das escolas brasileiras, segundo o professor, são as festas juninas. “Professores e professoras formam crianças sem respeito ao homem do campo, ensinando-as a ridicularizá-lo, ao fazer com que criança ande torto, pintar o dentinho para ficar engraçado, isso não é engraçado. É sinal de miséria. A primeira coisa que o pobre faz é cobrir a boca, ele tem vergonha, fala olhando para ao chão.

Aí a gente não presta atenção e faz a festa esquecendo que folclore não é para humilhar. Educação e participação são amor. E essa criança vai crescer com idéia incorreta a respeito do trabalhador do campo”.